

Richard Cantillon

ENSAIO SOBRE A NATUREZA DO COMÉRCIO EM GERAL

(1755)



EDICIÓN
1994



ENSAIO SOBRE A NATUREZA DO COMÉRCIO EM GERAL
(1755)

RAÍZES DO PENSAMENTO ECONÔMICO

Volume 3

Dados internacionais de catalogação na publicação
Bibliotecária responsável: MARA REJANE VICENTE TEIXEIRA

CANTILLON, Richard, 1697 - 1734

Ensaio sobre a natureza do comércio em geral ;
tradução: Fani Goldfarb Figueira. — Curitiba:
Segesta Editora, 2002.

196 p. ; 23 cm.

Inclui índice.

- I. Comércio – História. I. Figueira, Fani Goldfarb.
II. Título.

CDD (20. ed.)
380.9

ISBN 85-89075-01-X

RICHARD CANTILLON

ENSAIO SOBRE A NATUREZA DO COMÉRCIO EM GERAL
(1755)

Apresentação e tradução de
FANI GOLDFARB FIGUEIRA



SEGESTA
EDITORA

Título original: *Essai sur la nature du commerce en général*, de Richard Cantillon
(Edição Francesa do Institut National d'Études Démographiques, 1952)

© Fani Goldfarb Figueira

Capa: Sobre Simone Martini, *São Martinho renuncia às armas*, detalhe.
Editoração Eletrônica: Marcio Renato dos Santos
Revisão: Gerson Carvalho
Finalização: Halisson Roberto de Souza



SEGESTA
EDITORA

Al. Princesa Isabel, 256 / apto 24
Curitiba / PR
80410 110
Tel.: (41) 233 8783
E-mail: segesta@uol.com.br

Sumário

Apresentação	11
--------------------	----

PRIMEIRA PARTE

Capítulo I	
Da riqueza	20

Capítulo II	
Das sociedades de homens	20

Capítulo III	
Das aldeias	24

Capítulo IV	
Dos burgos	25

Capítulo V	
Das cidades	26

Capítulo VI	
Das capitais	28

Capítulo VII

O trabalho de um lavrador vale menos do que o de um artesão 29

Capítulo VIII

Os artesãos ganham, uns mais e outros menos, segundo os casos e as diferentes circunstâncias 30

Capítulo IX

O número de lavradores, artesãos e outros, que trabalham num país, é naturalmente proporcional à necessidade que se tem deles 31

Capítulo X

O preço e valor intrínseco de uma coisa, em geral, tem como medida a terra e o trabalho que entram na sua produção 33

Capítulo XI

Da paridade ou relação entre o valor da terra e o valor do trabalho 35

Capítulo XII

Todas as ordens e todos os homens de um estado subsistem ou enriquecem às expensas dos proprietários de terra 41

Capítulo XIII

A circulação e a troca de gêneros e mercadorias, assim como sua produção, são conduzidas na Europa por empresários de modo fortuito 43

Capítulo XIV

Os caprichos e os hábitos de vida do príncipe e, sobretudo, dos proprietários de terra, determinam o uso que se dá às terras de um país e provocam, no mercado, variações no preço de todas as coisas 48

Capítulo XV

O aumento e a diminuição da população de um país dependem principalmente da vontade e dos hábitos dos proprietários de terra 52

Capítulo XVI

Quanto mais trabalho houver numa nação, mais esta nação é considerada naturalmente rica 61

Capítulo XVII

Dos metais e das moedas, particularmente o ouro e a prata 66

SEGUNDA PARTE

Capítulo I

Da troca 77

Capítulo II

Dos preços de mercado 78

Capítulo III

Da circulação do dinheiro 80

Capítulo IV

Outra reflexão sobre a rapidez ou lentidão da circulação do dinheiro, na troca 89

Capítulo V

Sobre a desigualdade da circulação de dinheiro vivo num país 94

Capítulo VI

Do aumento e diminuição da quantidade de dinheiro vivo num país ... 99

Capítulo VII

Continuação da mesma questão: do aumento e da diminuição da quantidade de dinheiro efetivo num país 106

Capítulo VIII

Outra reflexão sobre o aumento e a diminuição da quantidade de dinheiro efetivo num país 109

Capítulo IX	
Dos juros do dinheiro e de suas causas	118

Capítulo X	
Causas do aumento e da diminuição dos juros do dinheiro	125

TERCEIRA PARTE

Capítulo I	
Do comércio exterior	133

Capítulo II	
Do câmbio e sua natureza	142

Capítulo III	
Outros esclarecimentos para o conhecimento da natureza do câmbio .	148

Capítulo IV	
Variações nas proporções dos valores em relação aos metais que servem de moeda	154

Capítulo V	
Do aumento e diminuição do valor nominal das moedas	163

Capítulo VI	
Dos bancos e do crédito	169

Capítulo VII	
Outros esclarecimentos e considerações sobre a utilidade de um banco nacional	172

Capítulo VIII	
Refinamentos do crédito dos bancos gerais	178
Índice remissivo	183

APRESENTAÇÃO

Tenho a grata satisfação de ter traduzido, para o português, o *Ensaio sobre a Natureza do Comércio*, de Richard Cantillon, publicado em 1755.

Cantillon não é uma figura muito conhecida. Seu livro, que só foi publicado após a sua morte, não causou, na época, uma grande impressão. Os comentaristas, por sua vez, não parecem ter informações muito esclarecedoras sobre a sua biografia. Tudo se passa como se, ao perceberem a importância da obra, os dados sobre o autor – banqueiro, mas também um especulador – já tivessem se perdido no tempo. Tem-se a sensação de que, quando perceberam sua importância como pensador, seus dados pessoais já se haviam embaralhado. Diga-se, aliás, que, como especulador, Cantillon talvez não tivesse, ele próprio, muito interesse em precisar informações a seu respeito. Isto é tanto mais verdade que mesmo a sua morte não fica muito clara. Segundo alguns, ele teria sido roubado por ladrões que, a seguir, atearam fogo à casa. Outros, no entanto, relatam que o incêndio na casa visava, apenas, encobrir seu assassinato, pois quando, surpreendentemente, o fogo foi apagado, encontraram Cantillon apunhalado, em um dos aposentos que escapara do incêndio.

Estas curiosidades policialescas, digamos assim, da biografia de Cantillon, não representam um papel importante para o entendimento da sua obra. Ao contrário. A leitura do *Ensaio* revelará um pensamento tão sóbrio e equilibrado que se torna difícil imaginar seu autor envolvido em questões desta ordem.

Irlandês de nascimento, Cantillon, que vivia na Inglaterra, passou, no entanto, alguns anos em Paris, o que explicaria – em parte – o fato de o *Ensaio* ter sido, originalmente, escrito em francês. Seu nome, associado às escandalosas especulações financeiras que têm em Law sua

figura principal, só entrou para o rol dos grandes economistas quando, em 1755, Mirabeau editou o *Ensaio*.

Mirabeau, que acreditava dever a Cantillon as idéias que defende-ra em *O Amigo do Povo*, pois que decidira escrever seu livro a partir dos comentários que se propusera fazer do *Ensaio*, renuncia, ele próprio, a “fazer passar à posteridade alguns detalhes da vida laboriosa” daquele autor, para não magoar sua família. A leitura de sua obra - diz Mirabeau - bastará para conferir-lhe a “autenticidade que merece”.

Deixemos então, como o fez Mirabeau, estas curiosidades à margem. Mesmo porque elas são, de fato, marginais - e, portanto, desnecessárias - ao entendimento de Cantillon.

Cantillon situa-se entre os precursores da Economia Política por-que atribui toda a vida à produção humana. Os problemas - e suas soluções - são, todos, humanos. Não há forças sobrenaturais nesta história. Mesmo nesta ciência, contudo, nem todos - tão radicalmente quanto ele - entenderam que a produção é a produção da vida huma-na. Mas é desta radicalidade que emana o prazer e a importância da leitura do *Ensaio*. Porque vemos, a cada capítulo e a cada página, emergir - em toda a sua complexidade - o produto maior da ação humana, isto é, o próprio homem. Acompanhar a linha de montagem numa indús-tria não nos permitiria ver mais claramente do que em suas páginas que cada produto é a quantidade de terra e trabalho que entram em sua composição. O local em que o homem vive, a comida que come, a bebida que consome, a roupa que veste, o tamanho da casa que habita e a dimensão da sua família, tudo se mensura em terra e trabalho. Assim como os homens se organizam, assim são eles.

Cantillon descreve minuciosa e detalhadamente as distintas for-mas desta organização. Nada passa despercebido a este minucioso pensador. O usufruto de cavalos para o trabalho ou as belas parelhas de passeio, a fina seda ou a bela renda, a renúncia ao casamento ou à constituição de uma família, tudo obedece às determinações das re-gras da produção.

O leitor que pela primeira vez debruçar-se sobre Cantillon ficará surpreso com a simplicidade de seu estilo. As questões de que trata são, evidentemente, extremamente complexas, já que ele se propõe a entender a organização da sociedade humana, mas a forma em que

efetiva sua proposição surpreende por sua absoluta singeleza. Se há quem possa com ele não concordar, não há quem possa argumentar não tê-lo entendido bem.

Cantillon começa afirmando que toda a riqueza de uma sociedade advém da terra. A terra é, na sua expressão, a mãe, enquanto o trabalho humano é o pai.

O trabalho, diz Cantillon, transforma em riqueza, em bens, aquilo que a terra oferece. É possível ser mais simples ou mais direto?

Terra, porém, não é, para Cantillon, natureza e, sim, propriedade. Isto é, ele trata de homens, mas homens pertencentes a uma determinada forma histórica da sua organização. Se, pois, a fonte de toda a riqueza, a terra, está apropriada, a vida, nos diferentes países (ou regiões, para nos atermos à sua linguagem), dependerá da maneira como vivem os proprietários da terra, os proprietários da fonte de toda a riqueza.

Os homens estabelecem, pois, determinadas relações sociais e vivem de acordo com estas relações. Como diria Marx, eles não são senão estas relações.

O leitor ficará, também, surpreso ao verificar quão impossível é encontrar nestas páginas um único deslize fantasioso ou uma qualquer proposição utópica de igualdade. Jamais veremos nestas páginas uma idealização de como deveria ser a sociedade humana. Jamais uma condenação pela forma que esta assumiu. Apenas – e sempre – a descrição de uma determinada forma de organização social. O selvagem – diz ele – consome o equivalente a x alqueires de terra, enquanto o chinês, que come apenas arroz e bebe água de arroz, sobrevive com y alqueires de terra. Qual destas formas é a melhor, mais justa ou mais desejável? Para estas questões o leitor não encontrará resposta no *Ensaio*. Em compensação encontrará um dos mais profundos métodos de entendimento de sua própria vida. Cantillon obriga-nos a olhar para nós mesmos. Obriga-nos a buscar entender nossa própria forma de organização social.

Nunca mais – após a leitura do *Ensaio* – desfrutaremos da inocência anterior. Cantillon nos abre os olhos e nos obriga a mantê-los bem abertos. Somos os únicos responsáveis pela vida humana, responsabilidade esta gratificante, mas também assustadora.

RICHARD CANTILLON
(1697 – 1734)

Ensaio sobre a natureza do comércio em geral
1ª ed.: 1755

PRIMEIRA PARTE

CAPÍTULO I

DA RIQUEZA

A terra é a fonte ou a matéria de onde se tira a riqueza; o trabalho do homem é a forma que a produz; e a riqueza em si mesma não é outra coisa senão o alimento, as comodidades e os deleites da vida.

A terra produz ervas, raízes, cereais, linho, algodão, cânhamo, arbustos e árvores de várias espécies, com frutos, cascas e folhagens diversas, como as das amoreiras para os bichos da seda; ela produz minas e minerais. O trabalho do homem dá forma de riqueza a tudo isto.

Os rios e os mares fornecem peixes para a alimentação do homem e muitas outras coisas para o seu deleite. Mas estes mares e estes rios pertencem às terras adjacentes ou são comuns; e deles o trabalho do homem tira o peixe e outros proveitos.

CAPÍTULO II

DAS SOCIEDADES DE HOMENS

Como quer que se forme uma sociedade de homens, a propriedade das terras que eles habitam pertencerá necessariamente a um pequeno número dentre eles.

Nas sociedades nômades, como as hordas tártaras e os aldeamentos indígenas, que vão de um lugar ao outro com seus animais e a família, é preciso que o chefe ou o rei que as conduz, regule os limites de cada chefe de família e as parcelas de cada qual em torno do acampamento.

Se assim não fora haveria sempre disputas pelas parcelas, pelos bens, bosques, pastos, águas, etc. Porém, tendo sido regulamentadas as parcelas e os limites de cada um, esta regulamentação valerá tanto quanto uma propriedade durante todo o tempo em que eles aí permanecerem.

Nas sociedades mais estáveis, se um Príncipe, à frente de um exército, conquistou um território, ele distribuirá as terras entre os seus oficiais ou favoritos segundo seus méritos ou a seu bel-prazer (que é o que originariamente acontece na França); ele estabelecerá leis para conservar-lhes a propriedade e a seus descendentes; ou então, reservará para si a propriedade das terras e utilizará seus oficiais e favoritos para valorizá-las; ele pode, ainda, lhas ceder, com a condição que eles lhe paguem todos os anos um certo censo ou renda; ou ele as cederá reservando-se a prerrogativa de taxá-las todos os anos, de acordo com suas necessidades e o rendimento delas.

Em todos estes casos, estes oficiais ou favoritos, quer sejam eles proprietários absolutos, quer dependentes, quer sejam eles intendentes ou inspetores do produto das terras, eles não serão mais do que um pequeno número em relação ao conjunto dos habitantes.

Mesmo que o Príncipe faça a distribuição das terras em partes iguais entre todos os habitantes, nem por isso elas deixarão, posteriormente, de vir a pertencer apenas a um reduzido número. Um habitante terá muitos filhos e não poderá deixar para cada um deles uma porção de terra igual a sua; um outro morrerá sem filhos, e deixará seu quinhão de terra para aquele que já a tem, de preferência a deixá-la para quem não a tem; um terceiro será preguiçoso, excêntrico ou doentio e se verá obrigado a vender seu pedaço de terra para um outro que, frugal e industrioso, aumentará continuamente suas terras por meio de novas compras. Este empregará o trabalho daqueles que, não tendo nenhuma porção de terra própria, serão obrigados a lhe oferecer seu trabalho, para subsistir.

Quando da fundação de Roma, cada habitante recebeu dois jornais de terra: o que não impediu que logo depois houvesse uma desigualdade tão grande nos patrimônios quanto a que vemos hoje em todos os países da Europa. As terras couberam em partilha a um pequeno número.

Supondo que as terras de um novo país pertençam a um pequeno número de pessoas, cada proprietário trabalhará, ele próprio, as suas terras ou as cederá a um ou a vários arrendatários. Esta organização econômica deve assegurar aos arrendatários e lavradores sua subsistência, necessidade esta indispensável, quer as terras sejam utilizadas por conta do proprietário, quer o sejam por conta do arrendatário. O excedente do produto da terra é devido ao proprietário que entrega uma parte ao Príncipe ou ao Estado; ou então, é o arrendatário que faz a entrega desta parte ao Príncipe, descontando-a do proprietário.

Quanto ao uso que se deve dar à terra, antes de mais nada uma parte dela tem que ser empregada para manutenção e alimentação daqueles que a trabalham e valorizam: o resto depende principalmente do temperamento e da maneira de viver do Príncipe, dos senhores, e do proprietário; se eles gostam de beber, é preciso cultivar vinhas; se apreciam as sedas, é preciso plantar amoreiras e criar bichos-da-seda; ademais, é preciso empregar uma certa porção da terra para manter todos os que são necessários a este trabalho; se eles gostam de cavalos, são precisos prados, e assim sucessivamente.

Não é fácil conceber a formação de uma sociedade de homens se se supõe que as terras não pertencem a ninguém em particular. Vemos, por exemplo, que, numa aldeia, o número de animais que cada habitante pode enviar às terras comunais é regulamentado.

Ainda que as terras fossem deixadas ao primeiro que as ocupasse quando de uma nova conquista, ou quando do descobrimento de um novo território, mesmo assim, se acabaria tendo que recorrer a uma regra que fixasse a propriedade para poder chegar a estabelecer uma sociedade de homens. Neste caso, pouco importa que seja a força ou a ordem política que decidam desta regra.

CAPÍTULO III

DAS ALDEIAS

Qualquer que seja o uso que se faça da terra, quer seja pastagem, quer seja para o cultivo de trigo ou vinhas, é preciso que os arrendatários ou lavradores que conduzem o trabalho residam bem próximo; caso contrário, o tempo que gastariam para ir ao campo e retornar às suas casas consumiria uma parte muito grande da jornada. Por isso é que é necessário que haja aldeias espalhadas por todo o campo e terras cultivadas onde deve haver também ferradores e carpinteiros que façam as ferramentas, os arados e as carroças que se requer, sobretudo, quando a aldeia fica distante dos burgos e cidades. No que diz respeito ao número de habitantes, o tamanho de uma aldeia é naturalmente proporcional ao número daqueles cujo trabalho diário é requerido pela terra e, também, ao de artesãos que encontram ocupação junto aos arrendatários e lavradores. Nas aldeias próximas às cidades, esses artesãos não são assim tão indispensáveis porquanto os lavradores podem se dirigir a elas sem perder muito tempo.

Se um ou vários dos proprietários das terras dependentes da aldeia vier nela fixar residência, o número de habitantes será muito maior, em função dos criados e artesãos que para ela eles atrairão, bem como das tabernas que serão abertas para comodidade dos domésticos e dos trabalhadores que ganham a vida com esses proprietários.

Se a terra servir apenas para alimentar rebanhos de carneiros, como as dunas e as charnecas, as aldeias serão mais raras e menores porque a terra não requer mais do que um reduzido número de pastores.

Se a terra não produz senão bosques, em terrenos arenosos, onde não nasce nem pasto para os animais, e se ela fica distante de cidades e rios, o que torna a madeira destes bosques inútil para o consumo, como ocorre muito na Alemanha, não haverá nem casas, nem aldeias a não ser as necessárias para recolher as bolotas e alimentar os porcos, no inverno; mas se a terra for inteiramente estéril não haverá nem aldeias nem habitantes.

CAPÍTULO IV

DOS BURGOS

Há aldeias onde, por influência de algum proprietário ou senhor da Corte, foram estabelecidas feiras. Essas feiras, que se realizam uma ou duas vezes por semana, encorajam muitos pequenos empresários e mercadores a estabelecerem-se no local; ou então, eles compram na feira os gêneros que são trazidos das aldeias próximas e os levam para as cidades onde são trocados por ferro, sal, açúcar e outras mercadorias que, nos dias de feira, vendem, por sua vez, aos habitantes das aldeias. Do mesmo modo, muitos pequenos artesãos vêm estabelecer-se nesses locais, como é o caso dos serralheiros, marceneiros e outros que atendem àquelas necessidades dos aldeões que não podem ser satisfeitas nas aldeias. Por fim, essas aldeias vêm a se tornar burgos.

Quando um burgo está situado no centro das aldeias e seus habitantes vão à feira é mais natural e mais fácil que nestes dias os aldeões nela vendam seus gêneros e comprem as mercadorias de que necessitam, do que esperar que os mercadores e empresários tragam tais mercadorias para as aldeias a fim de trocá-las pelos gêneros dos aldeões.

- 1.º – A circulação dos mercadores nas aldeias aumentaria sem necessidade a despesa com transporte.
- 2.º – Esses mercadores teriam que percorrer um número muito maior de aldeias até poder encontrar os gêneros na qualidade e na quantidade que procuram.
- 3.º – Muito freqüentemente os aldeões estariam no campo por ocasião da chegada desses mercadores e, sem saber exatamente que espécie de gêneros eles queriam comprar, não teriam deixado nada já preparado.
- 4.º – Seria praticamente impossível que os aldeões e os mercadores chegassem a um acordo quanto aos preços dos gêneros e das mercadorias nas aldeias. O mercador recusaria o preço pedido por um gênero numa dada aldeia na esperança de encontrar esse mesmo gênero mais barato em outra, e o aldeão recusaria o preço que o mercador lhe oferece pela sua mercadoria, na esperança de que um outro mercador lhe comprasse por um preço maior.

Evitam-se todos esses inconvenientes quando os aldeões vêm ao burgo nos dias de feira para vender seus produtos e comprar as mercadorias de que precisam. Os preços são fixados pela proporção entre os gêneros ofertados e o dinheiro disponível para comprá-los; isto se passa no mesmo local e sob as vistas de todos os aldeões de diferentes aldeias e dos mercadores ou empresários do burgo. Quando o preço ficou acertado entre alguns, os outros o seguem sem dificuldade e estabelece-se, assim, o preço de mercado daquele dia. O camponês retorna para a aldeia e retoma o seu trabalho.

O tamanho do burgo é naturalmente proporcional ao número de arrendatários e lavradores necessários para o cultivo das terras a ele vinculadas, ao número de artesãos e pequenos mercadores que as aldeias da circunscrição deste burgo empregam, seus ajudantes, seus cavalos, e, por fim, ao número de pessoas que os proprietários das terras que nele residem mantêm a seu serviço.

Quando as aldeias da circunscrição de um burgo (aquelas a que os habitantes levam ordinariamente seus gêneros à feira) são importantes, isto é, quando têm muitos produtos, o burgo tornar-se-á também, e na mesma proporção, grande e rico; mas, quando as aldeias que o circundam produzem pouco, o burgo é, ele também, pobre e insignificante.

CAPÍTULO V

DAS CIDADES

Os proprietários que têm apenas pequenas porções de terra moram, em geral, em burgos e aldeias próximos de suas terras e de seus arrendatários. Transportar os gêneros que lhes cabem até cidades muito distantes os deixaria sem condições de viver comodamente nestas cidades. Mas os proprietários que têm muitas terras têm os meios que lhes permitem ir residir longe das suas terras e usufruir de uma agradável companhia com outros proprietários e senhores da mesma espécie.

Se um príncipe ou senhor, que recebeu grandes concessões de terras quando da conquista ou descoberta de um território, fixa sua residência em algum lugar agradável, e se muitos outros senhores vêm nele estabelecer também a sua residência para estar em condições de verem-se freqüentemente e gozar de uma companhia agradável, este lugar tornar-se-á uma cidade. Serão construídas grandes casas para estes senhores viverem; mais uma infinidade delas para os mercadores, os artesãos, gente de toda sorte de profissões que a presença desses senhores atrairá.

Para atender a esses senhores serão necessários padeiros, açougueiros, cervejeiros, mercadores de vinho, fabricantes de toda espécie. Estes empresários construirão suas casas no local em questão ou alugarão casas construídas por outros empresários. Não há grande senhor cujas despesas com a casa, com os criados, com seu estilo de vida, em geral, não mantenha mercadores e artesãos de toda espécie, como se pode ver pelos cálculos que se encontram no *Suplemento* deste ensaio.¹

Como todos esses artesãos e empresários prestam-se mutuamente serviços, do mesmo modo que servem diretamente aos senhores, não é fácil perceber que, em última análise, são os senhores e os proprietários de terra que os mantêm.

Não é igualmente fácil perceber que todas as pequenas casas de uma cidade, tal como aqui foi descrito, dependem e subsistem graças ao dispêndio das grandes casas. Veremos, contudo, a seguir, que todas as ordens e habitantes de um país subsistem às expensas dos proprietários de terra.

A referida cidade crescerá ainda mais se o rei ou o governo nela vier a estabelecer Tribunais de Justiça aos quais recorrerão os habitantes dos burgos e aldeias da província. Será preciso aumentar o contingente de empresários e artesãos de toda espécie para atender ao pessoal da justiça e aos pleiteantes.

Se nesta mesma cidade vêm a organizar-se trabalhos e manufaturas que produzem para além do que é requerido pelo consumo interno,

1 O "Suplemento" em questão não foi encontrado. [Nota da Edição Francesa]

e esses produtos são enviados para ser vendidos no exterior, a cidade crescerá na proporção dos trabalhadores e artesãos que nela subsistem às expensas desse comércio.

Mas, se, para não perturbar a nossa questão, descartarmos essas idéias, podemos dizer que o conjunto de muitos ricos proprietários de terra, vivendo num mesmo local, basta para formar o que se chama uma cidade, e muitas cidades na Europa devem o número de seus habitantes a esta reunião. Neste caso, a dimensão de uma cidade é naturalmente proporcional ao número dos proprietários de terra que nela residem, ou, antes, ao produto das terras que lhes pertencem, descontando-se os custos do transporte daqueles cujas terras ficam mais distantes, e aquela parte que eles são obrigados a fornecer ao rei ou ao Estado, a qual deve normalmente ser consumida na Capital.

CAPÍTULO VI

DAS CAPITALS

Uma Capital forma-se da mesma maneira que uma cidade de província, com a diferença que os mais ricos proprietários de terra de todo Estado residem na Capital; que o Rei ou o Governo supremo nela vivem e nela despendem as rendas do Estado; que os Tribunais de Justiça de última instância nela se encontram; que ela é o centro da moda que todas as províncias imitam; que os proprietários de terra que vivem nas províncias jamais deixam de vir de vez em quando passar uns tempos na Capital e de enviar seus filhos para nela se polirem. Deste modo, todas as terras do Estado contribuem, mais ou menos, para a subsistência dos habitantes da Capital.

Se um soberano deixa uma cidade para ir viver em outra, a nobreza certamente o seguirá e estabelecerá residência junto a ele, na nova cidade, que virá a se tornar grande e considerável em detrimento da primeira. Temos disso um exemplo muito recente na cidade de Petersburgo que se desenvolveu em detrimento de Moscou. É muito

comum também ver-se cidades antigas e que eram importantes entrar em decadência e outras renascerem das suas cinzas.

As grandes cidades são, em geral, construídas no litoral ou às margens dos grandes rios, pois o transporte de gêneros e mercadorias necessários à manutenção e conforto dos habitantes é bem mais barato quando feito por água do que por terra.

CAPÍTULO VII

O TRABALHO DE UM LAVRADOR VALE MENOS DO QUE O DE UM ARTESÃO

O filho de um lavrador, aos sete ou doze anos, começa a ajudar seu pai; quer guardando o rebanho, quer revolvendo a terra, ou em outros trabalhos do campo que não exigem nenhuma arte nem habilidade.

Se seu pai o encaminhasse para aprender um ofício perderia seu trabalho durante todo o tempo que durasse o aprendizado e ainda seria obrigado a pagar sua manutenção e os custos da sua aprendizagem durante muitos anos. Ele viveria às custas do pai e seu trabalho não traria nenhuma vantagem senão ao fim de um certo número de anos. Não se calcula a vida de um homem em mais do que dez ou doze anos.² Tendo em vista que se perdem muitos anos para aprender um ofício, porquanto a maior parte deles requer, na Inglaterra, sete anos de aprendizagem, um lavrador jamais desejaria que seu filho aprendesse uma profissão se as pessoas de ofício não ganhassem bem mais do que os lavradores.

Portanto, aqueles que empregam artesãos ou gente de ofício devem necessariamente pagar mais caro pelo seu trabalho do que pelo de um lavrador ou trabalhador braçal; e este trabalho será tanto mais caro quanto maior for o tempo que se perde para aprendê-lo e maiores as despesas e riscos necessários ao seu aperfeiçoamento.

2 O original não é claro nesta passagem. [N. T.]

Mesmo aqueles que têm um ofício não encaminham todos os seus filhos para aprendê-lo, porquanto seu número seria excessivo para as necessidades da cidade ou do Estado e muitos ficariam absolutamente sem trabalho. De todo modo, este trabalho é sempre naturalmente mais caro do que o dos lavradores.

CAPÍTULO VIII

OS ARTESÃOS GANHAM, UNS MAIS E OUTROS MENOS, SEGUNDO OS CASOS E AS DIFERENTES CIRCUNSTÂNCIAS

Se dois alfaiates fazem todo o vestuário de uma aldeia, um poderá ter mais clientes do que outro, seja por sua maneira de atrair a freguesia, seja porque é mais competente, ou trabalhe com mais afinco, seja porque ele segue melhor a moda na confecção das roupas.

Se um alfaiate morre, o outro, ficando assoberbado de serviço, poderá aumentar o preço do seu trabalho, preterindo uns clientes a outros até o ponto em que os aldeões, mesmo perdendo o tempo de ir e vir, prefiram levar suas roupas para fazer em alguma outra aldeia, burgo ou cidade. Ou então, até que um outro alfaiate venha viver na aldeia e divida com ele o trabalho.

Os ofícios que requerem mais tempo para seu aperfeiçoamento, ou mais habilidade e destreza, devem naturalmente ser mais bem pagos. Aquele artesão que é hábil em fazer gabinetes deve receber um pagamento melhor por seu trabalho do que um marceneiro comum, e um bom relojoeiro mais do que um ferrador.

As artes e ofícios sujeitos a riscos e perigos, como fundidores, marinheiros, mineiros de prata, etc., devem ser pagos proporcionalmente a estes riscos. Quando, além dos riscos, é preciso ter habilidade, eles devem ser mais bem pagos ainda; é o caso dos pilotos, dos mergulhadores, dos engenheiros, etc. Quando, além da capacidade, se requer também confiança é necessário pagar ainda mais caro pelo trabalho, como para os joalheiros, os contadores, os caixas e outros.

Segundo essas observações e tantas outras que se poderia tirar da experiência diária, vê-se facilmente que a diferença de preço que se paga pelo trabalho diário está fundada em razões naturais e evidentes.

CAPÍTULO IX

O NÚMERO DE LAVRADORES, ARTESÃOS E OUTROS, QUE TRABALHAM NUM PAÍS, É NATURALMENTE PROPORCIONAL À NECESSIDADE QUE SE TEM DELES

Se todos os lavradores de uma aldeia encaminham muitos filhos para o mesmo trabalho, haverá um número excessivo de lavradores para o cultivo das terras ligadas a essa aldeia e, portanto, será necessário que os adultos excedentes se dirijam a outra parte para tentar ganhar a vida, como o fazem, em geral, nas cidades. Se alguns permanecem junto a seus pais, como não encontrarão trabalho de maneira nenhuma, viverão em grande miséria e não se casarão por falta de condições para criar filhos ou, se casarem e tiverem filhos, esses morrerão de miséria juntamente com os pais, como se vê diariamente na França.

Assim, se a aldeia mantém as mesmas condições de trabalho e tira sua subsistência da mesma porção de terra, nem em mil anos ela aumentará o número de seus habitantes.

É verdade que as mulheres e moças desta aldeia podem, nas horas em que não estão trabalhando no campo, dedicar-se a fiar, tricotar ou a fazer outros trabalhos que poderão ser vendidos nas cidades. Mas isto raramente é suficiente para manter os filhos excedentes que deixam a aldeia para tentar a sorte em outra parte.

O mesmo raciocínio vale para os artesãos de uma aldeia. Se um único alfaiate faz todas as roupas do lugar e se ele encaminha três filhos para o mesmo ofício, como só há trabalho para um deles, que o sucederá, os outros dois têm que tentar ganhar a vida em outro lugar. Se eles não encontrarem emprego na cidade próxima, terão que ir para mais longe ou, então, terão que mudar de profissão e ganhar a vida como lacaios, soldados, marinheiros, etc.

Donde se pode facilmente concluir que os lavradores, artesãos e outros que ganham a vida com o próprio trabalho, devem ser numeri-

camente proporcionais ao emprego e às necessidades que se tem deles nos burgos e nas cidades.

Mas se quatro alfaiates bastam para fazer as roupas de um burgo, e aparece um quinto alfaiate, ele só poderá conseguir trabalho em detrimento dos outros quatro; de modo que, se o trabalho vem a ser dividido entre os cinco alfaiates, nenhum deles terá serviço suficiente e todos viverão ainda mais pobremente.

Ocorre freqüentemente que lavradores e artesãos não tenham serviço suficiente quando um número muito grande deles tem que partilhar o mesmo trabalho. Dá-se, também, ficarem privados dos empregos que tinham por acidentes ou variações no consumo. Pode-se dar também que em certas circunstâncias lhes sobrevenha um excesso de serviço. Qualquer que seja a causa, quando lhes falta trabalho eles deixam as aldeias, burgos ou cidades em que viviam, em número tal que os que permanecem são sempre proporcionais às atividades que lhes permite subsistir; ocorrendo um aumento constante de trabalho, aparecem muitos outros para partilhar deste trabalho.

Essas reflexões permitem compreender que as escolas de caridade na Inglaterra e os projetos para aumentar, na França, o número de artesãos são absolutamente inúteis. Se o rei da França enviasse à Holanda, às suas custas, milhares de súditos para aprender a navegar, eles seriam inúteis ao voltar se não se puser mais navios no mar do que havia antes. É verdade que seria muito mais vantajoso para um país fazer com que seus súditos aprendessem a confeccionar aquelas manufaturas que habitualmente são compradas no exterior. Por ora, no entanto, não estou considerando um país senão em relação a si mesmo.

Como os artesãos ganham mais do que os lavradores eles estão em melhores condições para fazer seus filhos seguirem seus ofícios; e num país em que haja abundância de trabalho para ocupar permanentemente os artesãos não pode haver falta deles.

CAPÍTULO X

O PREÇO E VALOR INTRÍNSECO DE UMA COISA, EM GERAL, TEM COMO MEDIDA A TERRA E O TRABALHO QUE ENTRAM NA SUA PRODUÇÃO

Um arpeno de terra produz mais trigo ou alimenta mais carneiros do que outro; o trabalho de um homem é mais caro do que o de outro, dependendo – como já expliquei – da habilidade e do acaso. Se dois arpenos forem da mesma qualidade, um deles sustentará tantos carneiros e produzirá a mesma quantidade de lã que o outro, supondo-se o mesmo trabalho. A lã produzida por um vender-se-á pelo mesmo preço do que a produzida pelo outro.

Se se confecciona com a lã de um deles uma roupa de tecido grosso e, com a lã do outro, uma roupa de tecido fino, tendo em vista que esta última demandará uma maior quantidade de trabalho e um trabalho mais caro do que o que confeccionou a de tecido grosso, esta roupa será freqüentemente dez vezes mais cara, ainda que uma e outra contenham a mesma quantidade de lã da mesma qualidade. A quantidade do produto da terra, e a quantidade, tanto quanto a qualidade, do trabalho, entrarão necessariamente no preço.

Uma libra de linho transformada em rendas finas de Bruxelas requer o trabalho de quatorze pessoas durante um ano ou o trabalho de uma pessoa durante quatorze anos, como se pode ver pelo cálculo das diferentes partes do trabalho no *Suplemento*. Nele vê-se, também, que o preço dessas rendas dá para pagar a manutenção de uma pessoa durante quatorze anos e, ainda, para pagar os lucros de todos os empresários e mercadores envolvidos.

A mola de aço fino que regula um relógio na Inglaterra, é, em geral, vendida por um preço que estabelece a proporção entre a matéria³ e o trabalho ou entre o aço e a mola, proporção esta que é de um⁴

3 O leitor verá, ao fim deste capítulo, a definição que Cantillon dá para “matéria”. [NT.]

4 A Edição Francesa alerta para o fato de ter havido, talvez, um erro de impressão. A proporção, aqui, poderia ser de 1 para 1 milhão. [NT.]

para um, de modo que quase todo o valor desta mola deve-se ao trabalho. Ver este cálculo no *Suplemento*.

Por outro lado, o preço do feno, entregue no próprio local, ou o preço da madeira a ser cortada, é regulado pela matéria ou pelo produto que a terra, segundo sua fertilidade, pode dar.

O preço de um cântaro de água do rio Sena é nenhum, porque esta é uma matéria imensa que não se esgota nunca; mas paga-se um soldo por ela nas ruas de Paris, que é o preço ou a medida do trabalho do aguadeiro.

Tais considerações e exemplos permitirão, acredito, que se compreenda que o preço ou o valor intrínseco de uma coisa tem como medida a quantidade de terra e de trabalho que entram na sua produção, levando-se em conta a qualidade ou rendimento da terra e a qualidade do trabalho.

Ocorre freqüentemente que várias coisas que atualmente têm valor intrínseco não se vendem no mercado segundo este valor: isto dependerá do capricho e das fantasias dos homens, e do consumo que farão.

Se um senhor abre canais e ergue terraços na sua herdade, seu valor intrínseco será proporcional à terra e ao trabalho. Mas, na verdade, o preço não manterá sempre esta proporção: se ele puser à venda esta herdade, pode ocorrer que ninguém queira lhe pagar nem a metade do que ele despendeu; mas pode se dar também, se muitos a desejarem, que ele logre o dobro do seu valor intrínseco, isto é, o valor do terreno e a despesa que ele fez.

Se os agricultores de um país semeiam mais trigo do que fazem habitualmente, isto é, muito mais trigo do que é necessário para o consumo anual, o valor intrínseco e real do trigo corresponderá à terra e ao trabalho que entram na sua produção. Todavia, como há uma quantidade muito grande de trigo e mais vendedores do que compradores, necessariamente o preço do trigo no mercado cairá abaixo do preço ou valor intrínseco. Se, ao contrário, os agricultores semearem menos trigo do que é necessário para o consumo, haverá mais compradores do que vendedores, e o preço do trigo no mercado elevar-se-á acima do seu valor intrínseco.

O valor intrínseco das coisas nunca varia, mas a impossibilidade de estabelecer uma proporção entre a produção de mercadorias e gêneros e o seu consumo num país, provoca uma variação diária e um fluxo e refluxo contínuo nos preços de mercado. Entretanto, nas sociedades bem reguladas, os preços de mercado dos gêneros e mercadorias cujo consumo é constante e uniforme, não se afastam muito de seu valor intrínseco. Desde que não sobrevenham anos nem de demasiada escassez nem demasiado abundantes, os magistrados das cidades podem fixar o preço de mercado de muitas coisas, como do pão e da carne, sem que ninguém tenha do que reclamar.

A terra é a matéria e o trabalho é a forma de todos os gêneros e mercadorias. Como aqueles que trabalham têm necessariamente que subsistir do produto da terra, parece que se poderia encontrar uma relação entre o valor do trabalho e o do produto da terra. Este será o tema do capítulo seguinte.

CAPÍTULO XI

DA PARIDADE OU RELAÇÃO ENTRE O VALOR DA TERRA E O VALOR DO TRABALHO

Não parece que a Providência tenha dado direito de posse das terras a um homem e não a outro. Os mais antigos títulos de propriedade estão fundados na violência e nas conquistas. As terras do México pertencem hoje aos espanhóis e as de Jerusalém, aos turcos. Mas, como quer que se tenha chegado à propriedade e posse das terras, já observamos que elas sempre vêm a caber a uma minoria, a considerarmos a totalidade dos habitantes.

Se um grande proprietário de terras encarrega-se, ele próprio, de valorizá-las, ele empregará escravos ou gente livre para trabalhar. Se ele empregar muitos escravos, precisará de capatazes para pô-los a trabalhar; precisará, também, de escravos artesãos que lhe forneçam — a ele e aos que ele emprega — todos os confortos e comodidades da vida; terá ainda que fazer com que outros escravos aprendam ofícios para poder dar continuidade ao trabalho.

Neste tipo de economia, o proprietário tem que dar aos seus escravos-lavradores uma subsistência simples e o suficiente para poderem criar seus filhos. Aos seus capatazes, ele deve dar vantagens proporcionais à confiança e autoridade de que gozam. O proprietário tem, ainda, que manter os escravos que estão aprendendo um ofício e, portanto, não estão produzindo, durante o tempo da sua aprendizagem.

Quanto aos escravos-artesãos que estão trabalhando, e aos seus capatazes, que devem entender destes ofícios, o proprietário tem que lhes dar uma subsistência proporcionalmente maior do que a fornecida aos escravos lavradores, etc., porque a perda de um artesão será muito maior do que a de um lavrador. Deve-se ter mais cuidado com eles, tendo em vista que a aprendizagem de um ofício que permita substituí-los é sempre custosa.

Neste caso, o trabalho do mais vil escravo adulto vale, ou pelo menos corresponde, à quantidade de terra que o proprietário é obrigado a empregar para a sua subsistência, e, ainda, ao dobro da quantidade de terra que é necessária para que ele crie um filho até a idade de trabalhar. Tendo em vista que a metade das crianças que nascem, morrem antes dos dezessete anos, segundo os cálculos e observações do célebre Dr. Halley, é necessário criar dois filhos para conservar um na idade do trabalho. Ao que tudo indica nem mesmo este número bastaria para assegurar continuidade ao trabalho, pois adultos podem morrer em qualquer idade.

É verdade que a metade das crianças que nascem e que morrem antes dos dezessete anos, falecem mais nos primeiros anos de vida do que nos seguintes. Bem mais de um terço dos nascidos morre já no primeiro ano. Esta circunstância pareceria dever reduzir as despesas necessárias para criar uma criança até atingir a idade do trabalho. No entanto, como as mães perdem muito tempo para cuidar de seus filhos nas enfermidades da infância, e, como as moças, mesmo adultas, não igualam o trabalho dos homens e mal ganham a sua subsistência, parece que para manter um, de dois filhos, até a idade viril ou do trabalho, é necessário empregar tanto produto da terra quanto se emprega para a subsistência de um escravo adulto, quer o proprietário os crie pessoal-

mente na sua casa ou transfira sua criação a outros, quer o pai escravo os crie em casa ou em local apartado. Concluo, assim, que o trabalho diário do mais vil escravo corresponde, em valor, ao dobro do produto da terra de onde ele tira sua subsistência. Tanto faz que o proprietário lhe dê terra para sua própria subsistência e a de sua família, ou que seja o proprietário que proveja a ele e à sua família em sua própria casa. Esta é uma matéria que não permite que se faça um cálculo exato; aliás, a precisão, neste caso, nem é indispensável, basta que não nos distanciemos muito da realidade.

Se o proprietário emprega vassallos ou camponeses livres, provavelmente ele os manterá um pouco melhor do que o faria com escravos, e isto, segundo o costume do lugar. Mas mesmo nesta suposição, o trabalho do lavrador livre deve corresponder em valor ao dobro do produto da terra necessária para o seu sustento. De todo modo, seria sempre mais vantajoso para o proprietário manter escravos do que camponeses livres, pois se tiver criado um número muito grande para as suas necessidades, ele poderá vender os trabalhadores excedentes, como faz com seu gado, e obter um preço proporcional às despesas que teve para criá-los até a idade viril ou do trabalho. Excetuam-se os casos de velhice e de doença.

O trabalho dos artesãos-escravos pode, do mesmo modo, ser estimado pelo dobro do produto da terra que eles consomem; o dos capatazes também, conforme as regalias e vantagens que recebem e que ficam muito acima do que se dá àqueles que trabalham sob seu comando.

Os lavradores ou artesãos, quando têm dupla parcela de terra à sua própria disposição, empregam, se são casados, uma parcela para sua própria manutenção, e a outra, para a de seus filhos.

Se são solteiros, eles guardarão uma pequena parte da sua dupla parcela de terra para poder estar em condições de casar, fazendo uma pequena reserva para as despesas da casa. Contudo, a grande maioria consumirá sua dupla parcela consigo mesmo.

O camponês casado, por exemplo, contentar-se-á com viver de pão, queijo, legumes etc.; raramente comerá carne; beberá pouco vi-

nho ou cerveja e não terá senão roupas velhas e más que ele usará pelo maior tempo possível; empregará o que sobra da sua parcela de terra para criar e manter seus filhos.

O camponês solteiro, ao contrário, comerá carne o mais freqüentemente possível, comprará roupas novas, etc. e, por conseguinte, gastará sua dupla parcela de terra consigo mesmo, com o quê, ele consumirá duas vezes mais produtos da terra com a sua pessoa do que o fará o camponês casado.

Não considero aqui as despesas da mulher; suponho que seu trabalho mal dá para seu próprio sustento e quando se vê o grande número de crianças num destes pobres lares, deve-se supor que algumas pessoas caridosas contribuem com alguma coisa para a sua subsistência, sem o quê, seria preciso que o marido e a mulher se privassem de uma parte do seu necessário para que seus filhos não morressem.

Para melhor compreender isto, é necessário saber que um camponês pobre pode manter-se, calculando por baixo, com o produto de um arpeno e meio de terra, alimentando-se de pão e legumes, usando roupas de cânhamo e tamancos, etc., enquanto que se ele fizer uso de vinho e carne, roupas de lã, etc., poderá despender, sem ser um bêbado nem um glutão, e sem nenhum excesso, o produto de quatro a dez arpentos de terra de qualidade média, como o são a maior parte das terras da Europa, tomando-se uma pela outra.

No *Suplemento* encontram-se cálculos que permitem constatar a quantidade de terra cujo produto um homem pode consumir anualmente, na forma de diferentes espécies de alimentação, vestuário e outras coisas necessárias à vida, segundo os padrões da Europa, onde os camponeses dos diferentes países se alimentam e se vestem de maneira bem diversa.

Por isso é que não determinei, em termos de valor, a quantidade de terra que corresponde ao trabalho do mais vil camponês ou lavrador quando disse que ele vale o dobro do produto da terra com que ele se mantém, pois, isto varia de acordo com as distintas maneiras de viver, nos diferentes países. Em algumas províncias meridionais da França, o camponês se mantém com o produto de um arpeno e meio de terra e o seu trabalho pode ser avaliado como equivalendo ao produto

de três arpentos. Mas, no Condado do Middlesex, o camponês despende, normalmente, o produto de cinco a oito arpentos e o seu trabalho pode, assim, ser avaliado como valendo o dobro.

Entre os iroqueses, que não lavram a terra e que vivem unicamente da caça, o mais vil caçador pode chegar a consumir o produto de cinquenta arpentos de terra, porquanto estes são os arpentos necessários para alimentar os animais que ele come durante o ano, sobretudo porque estes selvagens não se dão ao trabalho de derrubar a mata para fazer pastagens, deixando tudo por conta da natureza. Por conseguinte, podemos estimar o trabalho deste caçador como igual, em valor, ao produto de cem arpentos de terra.

Nas províncias meridionais da China a terra dá arroz até três vezes por ano e a semente rende, a cada vez, quase cem vezes, tudo isto devido ao enorme cuidado que se tem com a agricultura e pela boa qualidade da terra que não é deixada em pousio nunca. Os camponeses, que trabalham praticamente nus, não comem senão arroz e bebem apenas água de arroz. Ao que tudo indica um arpeno de terra sustenta mais de dez camponeses. Portanto, não chega a surpreender que a população da China seja tão numerosa. De todo modo, parece, por estes exemplos, que a natureza é absolutamente indiferente que as terras produzam pastagens, florestas ou cereais, e que ela sustente um grande ou um pequeno número de vegetais, animais ou homens.

Os arrendatários, na Europa, parecem corresponder aos capatazes de escravos-lavradores em outros países, e os mestres-artesãos, que comandam o trabalho de inúmeros companheiros, aos capatazes de escravos-artesãos.

Estes mestres-artesãos sabem aproximadamente quantos produtos um companheiro-artesão pode realizar, por dia, em cada ofício e lhes pagam, freqüentemente, nesta mesma proporção. Por isso, estes companheiros procuram, no seu próprio interesse, trabalhar o máximo possível, sem precisar ser controlados.

Como os arrendatários e mestres-artesãos, na Europa, são todos empresários, mas seu trabalho é aleatório, uns se enriquecem e ganham mais do que o dobro da subsistência enquanto outros arruinam-se e vão à bancarrota, o que explicarei particularmente quando tratar

dos empresários. Todavia, a grande maioria ganha sua subsistência, juntamente com sua família, dia-a-dia e o seu trabalho, pode ser avaliado como correspondendo aproximadamente ao triplo do produto da terra de que retiram seu sustento.

Claro está que se estes arrendatários e mestres-artesãos são capazes de dirigir o trabalho de dez lavradores ou companheiros, eles poderiam, igualmente, dirigir o trabalho de vinte. Tudo depende da dimensão dos terrenos que arrendaram, do número destes terrenos ou do tamanho da sua clientela, o que torna incerto o valor do seu trabalho ou inspeção.

Tais considerações, e tantas mais, do mesmo gênero, que poderiam ser feitas, demonstram que o valor do trabalho diário mantém uma dada relação com o produto da terra; demonstram que o valor intrínseco de uma coisa pode ser medido pela quantidade de terra que é empregada na sua produção e pela quantidade de terra com que se obtém o produto com que se paga àqueles que produziram esta mesma coisa. Como todas estas terras pertencem ao Príncipe e aos proprietários, todas as coisas que têm este valor intrínseco, só o têm às suas expensas.

O dinheiro, ou a moeda, que encontra na troca as proporções dos valores, é a medida mais certa para avaliar a paridade entre a terra e o trabalho, e a relação entre um e outro nos diferentes países onde esta paridade varia segundo a maior ou menor quantidade de produtos da terra que são atribuídos aos que trabalham.

Por exemplo, se um homem ganha uma onça de prata por dia pelo seu trabalho, e, se um outro, no mesmo lugar, ganha apenas meia onça, podemos afirmar que o primeiro tem duas vezes mais produtos da terra para despendar do que o segundo.

Petty, num pequeno manuscrito de 1685, considera esta paridade – a equação terra-trabalho – como a questão mais importante da aritmética política. Todavia, a análise que ele faz é bizarra e distanciada das regras da natureza, porque ele se aferra aos efeitos e não atenta para as causas e princípios da questão. Locke e Davenant, do mesmo modo que todos os autores ingleses que escreveram sobre esta matéria, o imitaram.

CAPÍTULO XII

TODAS AS ORDENS E TODOS OS HOMENS DE UM ESTADO SUBSISTEM
OU ENRIQUECEM ÀS EXPENSAS DOS PROPRIETÁRIOS DE TERRA

O Príncipe e os proprietários de terra são os únicos que vivem independentes; todas as outras ordens e todos os habitantes são empresários ou empregados. Veremos isto mais detalhadamente no capítulo seguinte.

Se o Príncipe e os proprietários de terras cercassem suas propriedades e não quisessem deixar ninguém trabalhar nelas, é evidente que não haveria nem o que comer nem o que vestir para nenhum dos habitantes do Estado. Por conseguinte, não apenas todos os habitantes do Estado vivem do produto da terra que é cultivada por conta dos proprietários, mas, também, às expensas dos próprios proprietários, de cujos fundos os habitantes tiram tudo o que têm.

Os arrendatários ficam geralmente com dois terços do produto da terra, sendo que um terço vai para as despesas e a manutenção dos seus auxiliares e o outro constitui o lucro da sua empresa. Com estes dois terços o arrendatário dá condições de subsistência – direta ou indiretamente – a todos aqueles que vivem no campo e, também, a muitos artesãos ou empresários na cidade, dado que as mercadorias que estes produzem são consumidas no campo.

O proprietário fica, em geral, com um terço do produto da sua terra. Deste montante, ele retira a subsistência não apenas de todos os artesãos e demais trabalhadores que ele emprega na cidade, mas, freqüentemente, também, a dos carreteiros que transportam os gêneros do campo para a cidade.

Em geral se supõe que a metade dos habitantes de um país vive nas cidades e que a outra metade vive no campo. Sendo assim, o arrendatário que dispõe de dois terços, ou quatro sextos, do produto da terra, dá – direta ou indiretamente – um sexto aos habitantes da cidade, em troca das mercadorias que compra. Este montante, somado ao terço ou dois sextos que o proprietário despende na cidade, perfaz três

sextos ou a metade do produto da terra. Este cálculo serve apenas para dar uma idéia geral da proporção, pois, no fundo, se a metade dos habitantes vive na cidade, ela consome mais do que a metade do produto da terra, tendo em vista que os que vivem na cidade vivem melhor do que os do campo e consomem mais produtos da terra, porque sendo artesãos ou dependentes dos proprietários, eles são mais bem remunerados do que os auxiliares e dependentes dos arrendatários.

Como quer que examinemos os meios de que vivem os habitantes de um país, se remontarmos às suas origens verificaremos que estes meios emanam sempre dos fundos dos proprietários, seja dos dois terços do produto que cabe ao arrendatário, seja da terça parte que pertence ao proprietário.

Se um proprietário só tivesse as terras que ele entrega a um único arrendatário, certamente que este último viveria melhor do que ele. Contudo, os senhores e proprietários de grandes extensões de terras, que vivem nas cidades, têm, às vezes, várias centenas de arrendatários, muito embora eles constituam apenas uma minoria no conjunto da população de um país.

Certamente que é comum haver nas grandes cidades empresários e artesãos cuja subsistência depende do comércio exterior e que, por conseguinte, vivem às expensas dos proprietários de terras de outros países. Contudo, até agora, a fim de não perturbar a exposição com questões acidentais, estou considerando o país apenas em relação ao seu próprio produto e indústria.

As terras pertencem aos proprietários, mas elas se tornariam inúteis se não fossem cultivadas. Por outro lado, quanto mais se trabalha estas terras – mantidas todas as demais condições – mais gêneros elas rendem e, quanto mais se trabalha estes gêneros – mantidas, ainda, todas as demais condições – transformando-os em mercadorias, tanto maior é o seu valor. Por tudo isto é que os proprietários têm necessidade dos demais habitantes, do mesmo modo que estes têm necessidade dos proprietários. Mas, nesta ordem econômica cabe aos proprietários, a quem compete dispor e dirigir estes fundos, dar-lhes o caminho mais rentável.

Por isso, tudo depende, num país, principalmente dos caprichos e dos hábitos de vida dos proprietários de terra, como tentarei esclarecer mais adiante.

É a privação do necessário que leva a subsistir, num país, os arrendatários, todo tipo de artesãos, os mercadores, os oficiais, os soldados e marinheiros, os criados e todas as outras ordens que nele encontram ocupação. Toda esta gente que trabalha serve não apenas ao Príncipe e aos proprietários, mas prestam-se mutuamente serviços, de modo que há muitos que não trabalham diretamente para os proprietários de terra, o que faz com que pareça que eles não vivem dos seus fundos, ou seja, que não vivem às suas expensas. Quanto aos que exercem profissões que não são necessárias, como os dançarinos, os comediantes, os pintores e os músicos, estes são mantidos apenas para deleite e ornamento, mas seu número é sempre muito pequeno no conjunto da população.

CAPÍTULO XIII

A CIRCULAÇÃO E A TROCA DE GÊNEROS E MERCADORIAS,
ASSIM COMO SUA PRODUÇÃO, SÃO CONDUZIDAS
NA EUROPA POR EMPRESÁRIOS DE MODO FORTUITO

O arrendatário é um empresário que se compromete a pagar ao proprietário, pelo arrendamento da terra, uma soma fixa em dinheiro que, em geral, se supõe igual ao valor de um terço do produto da terra, sem, contudo, ter certeza do lucro que auferirá com a empresa. Ele usa parte desta terra para criar gado, produzir, a seu critério, vinho, cereais, feno, etc., sem, no entanto, poder prever qual destes produtos lhe renderá um preço melhor. O preço destes gêneros dependerá em parte das estações e, em parte, do consumo. Se houver excesso de trigo em relação ao consumo, seu preço será muito baixo; se houver escassez, o preço será alto. Quem pode prever o número de nascimentos e mortes

no decorrer do ano? Quem pode prever o aumento ou a redução dos gastos que pode sobrevir nas famílias? E, no entanto, o preço dos gêneros que o arrendatário vende depende naturalmente destes acontecimentos que ele não pode prever e, por conseguinte, é em meio a incertezas que ele leva a cabo o seu empreendimento.

É a cidade que consome mais da metade dos gêneros do arrendatário. Ele mesmo os leva para serem vendidos no mercado da cidade ou os vende no mercado do burgo mais próximo, ou, então, outros se erigem em empresários para efetuar este transporte. Estes últimos obrigam-se a pagar ao arrendatário um determinado preço por estes gêneros – o preço do dia – enquanto arriscam-se a só conseguir, na cidade, um preço incerto, o qual, no entretanto, tem que ressarcir-lhes das despesas do transporte, além de deixar-lhes um certo lucro pelo empreendimento. Não obstante, a variação diária dos preços dos gêneros na cidade, mesmo não sendo considerável, torna seu lucro incerto.

O empresário ou mercador que transporta os gêneros do campo para a cidade não pode permanecer aí até vendê-los no varejo. Nenhuma das famílias da cidade querará comprar de uma só vez os gêneros de que necessita. Tendo em vista que tanto o número de membros de cada família quanto o seu consumo podem aumentar ou diminuir ou, pelo menos, variar a espécie de gêneros que ela consome, as famílias, geralmente, só fazem provisões de vinho. De qualquer maneira, a grande maioria dos habitantes de uma cidade vive o dia-a-dia e, muito embora constitua o grosso dos consumidores, não tem os meios para fazer nenhuma espécie de provisão dos gêneros agrícolas.

Isto leva muitas pessoas, na cidade, a se converterem em mercadores ou empresários. Compram os produtos do campo dos que os trouxeram ou os encomendam por sua própria conta. Pagam por eles um preço certo, o do local da compra, para revendê-los, no atacado ou no varejo, por um preço incerto.

Estes empresários são os atacadistas da lã, dos cereais, os padeiros, açougueiros, manufatureiros, mercadores de toda espécie que compram os produtos do campo para elaborá-los e revendê-los à medida que deles têm necessidade os habitantes da cidade.

Estes empresários nunca conseguem saber que quantidade de produtos a cidade consumirá, nem por quanto tempo preservarão a clientela, já que os comerciantes rivais tentarão de todo modo atrair a sua freguesia. Tudo isto causa uma tal incerteza entre estes empresários que diariamente alguns vão à bancarrota.

O fabricante que comprou lã do mercador ou diretamente do arrendatário não pode saber que lucro obterá pelos tecidos e roupas que vendeu para o empresário que as comercializa. Se este não tiver um movimento razoável, não se incumbirá da venda destas roupas, sobretudo se elas tiverem saído de moda.

O comerciante de roupas é um empresário que compra tais produtos do fabricante a um preço certo para revendê-los por um preço incerto já que ele não pode prever qual será o consumo. É verdade que ele pode fixar um preço e obstinar-se a não vender o produto por menos. Mas se os seus fregueses o deixam para comprar mais barato com outro, ele se consumirá em gastos esperando vender pelo preço que se propôs e isto o arruinará tanto ou mais do que se ele tivesse vendido sem lucro.

Os pequenos lojistas e todo tipo de varejistas são empresários que compram os produtos por um preço certo e os revendem nas suas lojinhas ou nas praças públicas por um preço incerto. O que encoraja e mantém este tipo de empresário é o fato de que parte dos seus consumidores prefere pagar um pouco mais para ter à mão aquilo de que necessita, ao invés de ter que fazer provisões, tanto mais que a grande maioria da população é obrigada a comprar deles, pois não dispõe de recursos para fazer provisões e dispensar os intermediários.

Todos estes empresários tornam-se, reciprocamente, fregueses uns dos outros; o vendedor de tecidos, do vendedor de vinhos, este, do de tecidos; seu número torna-se proporcional ao dos consumidores. Se há muitos chapeleiros numa rua ou numa cidade para o número de pessoas que compram chapéus, os menos renomados irão à bancarrota. Se há muito poucos, esta será uma atividade lucrativa que encorajará novos chapeleiros a se estabelecerem. É assim, fortuitamente, que se estabelece uma proporção entre todas estas atividades.

Todos os outros empresários, tanto os que se encarregam das minas, dos espetáculos, das construções, etc., os negociantes de mar e de terra, etc., os padeiros, pasteleiros, donos de bares, etc., quanto aqueles que empresam seu próprio trabalho e que não têm meios para se estabelecerem, como os companheiros-artesãos, os caldeireiros, remendões, limpadores de chaminés, transportadores de água, todos vivem na mesma incerteza. Entre eles e a sua freguesia tende a se estabelecer uma proporção.

Os mestres-artesãos, como os sapateiros, alfaiates, marceneiros, cabeleireiros, etc., que empregam companheiros na proporção dos serviços que conseguem, vivem nesta mesma incerteza, porquanto sua clientela pode deixá-los da noite para o dia. Também os que empresam seu próprio trabalho nas artes e nas ciências, pintores, médicos, advogados, vivem a mesma incerteza. Se um procurador ou advogado ganha cinco mil libras esterlinas por ano, atendendo a seus clientes, e um outro ganha apenas quinhentas, pode-se considerar que ambos recebem honorários tão incertos quanto é incerto saber se serão ou não contratados.

Poder-se-ia talvez dizer que todos os empresários procuram, no seu trabalho, pilhar tudo que podem e enganar seus fregueses. Mas esta não é a minha questão.

Por todas estas considerações e por inúmeras outras que poderiam ser feitas numa matéria que tem por objeto todos os habitantes de um país, pode-se concluir que todos estes habitantes, exceto o Príncipe e os proprietários de terra, são dependentes; que eles podem ser divididos em duas classes, isto é, em empresários e os que vivem de salário; que os empresários vivem como se recebessem salário incerto e todos os demais como se recebessem salários certos, pelo menos durante o tempo em que os recebem, ainda que as suas funções e suas posições sociais sejam extremamente desproporcionais. O general que recebe um soldo, o cortesão que tem uma pensão, o criado que recebe um salário, incluem-se, todos, nesta mesma categoria. Todos os demais são empresários. Quer eles disponham de um fundo para movimentar sua empresa, quer sejam empresários apenas do seu próprio

trabalho, sem nenhum fundo, todos vivem na mesma incerteza. Até os mendigos e ladrões são empresários deste tipo. Enfim, todos os habitantes de um país retiram sua subsistência do fundo dos proprietários de terra, e todos são deles dependentes.

É verdade, no entanto, que se algum habitante dispõe de grandes rendas ou algum grande empresário poupou bens ou riquezas, isto é, se ele tem armazéns de trigo, de lã, cobre, ouro ou prata, ou qualquer outro gênero ou mercadoria de grande consumo no país e que possua um valor intrínseco ou real, ele poderá, a justo título, reivindicar uma independência proporcional aos fundos de que dispõe. Ele pode dispor destes fundos para adquirir uma hipoteca, uma renda sobre terras e sobre os fundos do Estado, desde que tais empréstimos tenham as terras por garantia. Ele pode, não apenas viver bem melhor do que os pequenos proprietários de terra, como pode, inclusive, comprar a propriedade de alguns deles.

Os produtos agrícolas e as mercadorias, inclusive o ouro e a prata, estão muito mais sujeitos a acidentes e perdas do que a propriedade das terras. Como quer que tenham sido adquiridos ou economizados, eles foram retirados do fundo dos proprietários atuais pelos ganhos ou pela economia nas despesas destinadas à subsistência.

O número de proprietários de dinheiro num grande país é freqüentemente bastante considerável. Ainda que o valor de todo o dinheiro que nele circula não exceda a nona ou décima parte do valor dos produtos que atualmente são tirados da terra, não obstante, como os proprietários de dinheiro emprestam grandes somas, pelas quais cobram juros, seja da hipoteca das terras, seja dos próprios gêneros e mercadorias, as somas de dinheiro que se fica a dever-lhes comumente excedem a todo o dinheiro real do Estado. Eles tornam-se freqüentemente um corpo tão considerável que poderiam disputar com os proprietários de terras se estes não fossem, igualmente, proprietários de dinheiro e se os proprietários de grandes somas de dinheiro não vivessem buscando tornar-se também proprietários de terras.

Continua, no entanto, sendo verdade que todas as somas que eles ganharam ou pouparam foram retiradas dos fundos dos proprietários

atuais. No entanto, como diariamente muitos deles se arruinam e os que adquirem a propriedade das suas terras ocupam os seus lugares, a independência que a propriedade de terras confere só diz respeito àqueles que conservam a posse delas.

Dado que todas as terras têm um dono ou proprietário efetivo, supponho que é do seu fundo que todos os habitantes do Estado retiram sua subsistência e suas riquezas. Se os proprietários se limitassem, todos, a viver apenas de suas rendas, é inegável que, neste caso, seria bem mais difícil para os demais habitantes enriquecerem-se às suas custas.

Fica, portanto, estabelecido como princípio que os proprietários de terra são os únicos naturalmente independentes e que todas as outras ordens são dependentes, quer sejam empresários, quer vivam do que recebem. Fica, ainda, estabelecido que toda troca e circulação num país são levadas a efeito por intermédio destes empresários.

CAPÍTULO XIV

OS CAPRICHOS E OS HÁBITOS DE VIDA DO PRÍNCIPE E,
SOBRETUDO, DOS PROPRIETÁRIOS DE TERRA, DETERMINAM
O USO QUE SE DÁ ÀS TERRAS DE UM PAÍS E PROVOCAM,
NO MERCADO, VARIAÇÕES NO PREÇO DE TODAS AS COISAS

Se é o próprio proprietário de uma grande extensão de terra (que aqui considero como a única existente no mundo) que a dirige, ele obedecerá a seus caprichos ao decidir como a usará.

1º Uma parte da terra ele terá, necessariamente, que empregar no cultivo de cereais para a subsistência de todos os lavradores, artesãos e capatazes que trabalham para ele. Uma outra porção da terra terá que destinar à alimentação dos bois, carneiros e demais animais necessários à alimentação e ao vestuário deles e às demais comodidades, dependendo da maneira como o proprietário quer mantê-los. 2º Ele destinará uma parcela da terra para parques, jardins e pomares ou vi-

nhas, se for esta sua inclinação, e prados para a criação de cavalos que servem ao seu deleite, etc.

Suponhamos, no entanto, que para evitar tantas preocupações e embaraços, o proprietário faça um acerto com os capatazes dos seus lavradores. Suponhamos que ele lhes arrende parcelas das suas terras; que lhes encarregue de manter todos os lavradores que até então estiveram sob a sua responsabilidade, de tal modo que estes capatazes – tornados, agora, arrendatários ou empresários – cedam aos lavradores, pelo seu trabalho na terra, um terço do produto desta, tanto para a sua alimentação quanto para o seu vestuário e demais necessidades, tal como ocorria quando era o proprietário que dirigia o trabalho.

Suponhamos, ainda, que o proprietário faça um acerto com os capatazes dos artesãos, acerca da quantidade de alimentos e demais benefícios que eles recebiam. Suponhamos que ele os faça tornar-se mestres-artesãos; que estabeleça uma medida comum – como o dinheiro – para fixar o preço pelo qual os arrendatários lhes entregarão a lã, e o preço pelo qual, por sua vez, os artesãos lhe fornecerão esta lã já tecida. É preciso que estes preços sejam regulamentados de maneira que os mestres-artesãos auferam as mesmas vantagens e regalias de que desfrutavam quando eram apenas capatazes e que os companheiros-artesãos recebam, eles também, o mesmo que antes. O trabalho dos companheiros-artesãos será pago a jornal ou por peça e as mercadorias que eles tiverem produzido, chapéus, meias, sapatos, roupas, etc., serão vendidas ao proprietário, aos arrendatários, aos lavradores e a outros artesãos, reciprocamente, e por um preço que garanta a todos as mesmas vantagens de que antes gozavam. Os arrendatários venderão, por sua vez, também a um preço proporcional, seus gêneros e matérias primas.

Ocorrerá, então, que os capatazes – agora empresários – se tornarão também os senhores absolutos dos que trabalham sob a sua direção. E como estes novos empresários trabalham agora por sua própria conta, fazem-no com uma dedicação muito maior.

Suponhamos, pois, que mesmo após todas estas mudanças os habitantes desta grande propriedade subsistem exatamente como antes. Por conseguinte, afirmo que todas as parcelas e arrendamentos desta

grande propriedade estão sendo usados do mesmo modo que anteriormente.

Pois, se alguns dos arrendatários plantarem – nas suas parcelas de terra – mais cereais do que o normal, eles só poderão alimentar um número menor de carneiros e haverá, portanto, menos lã e menos carne de carneiro para vender. Por conseqüência, haverá cereais em demasia e pouca lã para o consumo dos habitantes. A lã ficará cara, o que obrigará as pessoas a usar suas roupas por mais tempo do que comumente o fazem e haverá uma grande oferta de cereais, e um excedente para o ano seguinte.

Suponhamos que o proprietário houvesse estipulado, em dinheiro, o pagamento de um terço do produto do arrendamento que lhe é devido; dado que os arrendatários têm cereais em excesso e pouca lã, eles não terão condições de pagar a renda. Se forem perdoados, cuidarão de, no ano seguinte, ter menos trigo e mais lã já que os arrendatários procuram cultivar aqueles produtos que, eles acreditam, alcançarão os mais altos preços no mercado. Mas, se no ano seguinte, eles tiverem muita lã e poucos cereais para o consumo, eles continuarão a modificar de ano a ano o uso que dão às terras até conseguirem estabelecer uma proporção aproximada entre a sua produção e o consumo da população. Deste modo, um arrendatário que tenha quase alcançado esta proporção, destinará uma parcela das terras para pastagens, de modo a ter feno, uma outra para os cereais, para a lã e assim sucessivamente. Ele não alterará sua maneira de agir, a menos que haja uma variação considerável no consumo. Todavia, como no nosso exemplo, o suposto era que todos os habitantes continuavam a viver mais ou menos como viviam antes, quando era o próprio proprietário que valorizava suas terras, os arrendatários continuarão a dar às terras o mesmo uso que antes.

O proprietário, que tem um terço do produto da terra à sua disposição, é o ator principal das modificações que podem ocorrer no consumo. Os lavradores e artesãos, que ganham a vida dia a dia, só alteram seus hábitos de vida movidos pela necessidade. Os arrendatários, mestres-artesãos ou outros empresários que dispõem de meios para

alterar suas despesas e o seu consumo, sempre tomam os senhores e os proprietários de terra como modelo. Imitam sua maneira de vestir-se e de comer; imitam-nos na sua maneira de viver. Se os proprietários usam linho, sedas ou rendas, o consumo destas mercadorias será bem maior do que se os proprietários fossem os únicos responsáveis por este consumo.

Se um senhor ou proprietário que arrendou as suas terras é tomado pela fantasia e resolve mudar completamente sua maneira de viver; se, por exemplo, ele reduz o número de criados e aumenta o de cavalos, não apenas estes criados terão que deixar a referida terra, mas, um número proporcional de artesãos e lavradores cujo trabalho lhes propicia a subsistência, terão que fazer o mesmo. A porção de terra que era empregada para o sustento destes habitantes, será substituída por pastagens destinadas à criação de cavalos. Se todos os proprietários de terra de um país fizessem o mesmo, em breve eles teriam multiplicado o número de cavalos e diminuindo o de habitantes.

Se o proprietário dispensar um número muito grande de criados e aumentar o número de cavalos, o trigo será excessivo para o consumo dos habitantes e, por consequência, seu preço ficará muito baixo, enquanto o do feno se elevará. Isto fará com que os arrendatários aumentem a área de pastagens e reduzam as de trigo como forma de adequar-se ao consumo.

É assim, pois, que os caprichos ou hábitos de vida dos proprietários determinam o uso que se dá às terras e acarretam as variações do consumo que, por sua vez, provocam alterações nos preços de mercado. Se todos os proprietários de um país fossem, eles próprios, responsáveis pela direção de suas terras, eles só plantariam o que fosse do seu agrado; dado que as variações no consumo são causadas primordialmente pelas alterações nos seus hábitos de vida, os preços que eles pagam no mercado levam os arrendatários a fazer todo tipo de alteração no uso que dão às terras.

Por ora não estou levando em conta as variações dos preços de mercado decorrentes da abundância ou escassez de determinados anos, nem as que sobrevêm de um consumo extraordinário, provocado pela chegada de exércitos estrangeiros ou outro acidente qualquer. Para não

perturbar a análise, estou considerando o país apenas em seu estado natural e uniforme.

CAPÍTULO XV

O AUMENTO E A DIMINUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE UM PAÍS DEPENDEM PRINCIPALMENTE DA VONTADE E DOS HÁBITOS DOS PROPRIETÁRIOS DE TERRA

A experiência demonstra que é possível aumentar o número de árvores e de todas as outras espécies de vegetais e que é possível, também, manter aquela quantidade que a porção de terra para tanto destinada alimenta.

A mesma experiência permite-nos ver que é igualmente possível multiplicar todas as espécies de animais e sustentá-los na quantidade que a porção de terra a isto destinada pode alimentar. Haras, manadas de bois ou de carneiros, podem ser facilmente multiplicados, desde que a terra para tanto destinada seja suficiente para alimentá-los. As pastagens que servem a esta finalidade podem, inclusive, ser melhoradas, se forem irrigadas, cortadas com córregos e canais, como se faz na região de Milão. Havendo feno, os animais podem ser alimentados no próprio estábulo, o que permite que se crie um número muito maior do que quando eles ficam soltos. Pode-se, também, alimentar os carneiros com nabos – como se faz na Inglaterra – de modo que um arpeno de terra poderá alimentar muitos mais do que o faria se só desse capim.

Em suma, se se quiser, é possível aumentar, ao infinito, o número de toda e qualquer espécie de animais, desde que se possa contar com terras também ao infinito para poder alimentá-los.

O aumento do número de animais não terá outros limites além dos meios com que se conta para a sua subsistência. É indubitável que se todas as terras fossem empregadas apenas para alimentar os homens, a espécie humana multiplicar-se-ia até atingir aquele número que esta terra pudesse nutrir, como adiante se explicará.

Não há país onde se leve a multiplicação dos homens tão longe quanto a China. Na China, os pobres vivem exclusivamente de arroz e de água de arroz. Trabalham seminus e nas províncias meridionais fazem três abundantes colheitas de arroz por ano, tudo isto devido ao grande empenho com que se dedicam à agricultura. Lá, a terra nunca repousa e o que se semeia rende cem vezes mais. Os que têm roupa, usam-nas de algodão, que demanda tão pouca terra para sua produção que um arpeno produz o suficiente para vestir 500 adultos. Por um preceito religioso todos se casam e criam tantos filhos quantos podem alimentar. Consideram um crime ocupar terras com parques e jardins como se, com eles, se espoliasse os homens de sua alimentação. Transportam os viajantes em cadeirinhas e poupam o trabalho dos cavalos em tudo que pode ser feito pelos homens. Segundo os relatórios, são incrivelmente numerosos e, no entanto, são obrigados a deixar morrer muitos dos recém-nascidos, já que não dispõem de outros meios para criá-los a não ser conservando apenas as crianças que conseguem alimentar. Por meio de um trabalho rude e obstinado, retiram dos rios uma extraordinária quantidade de peixes e, da terra, tudo o que dela se pode tirar.

Não obstante, quando sobrevêm anos de escassez eles morrem de fome, aos milhares, malgrado os cuidados do Imperador que faz estoques de arroz para estas ocasiões. Assim, por mais numerosos que sejam os chineses, seu número é necessariamente proporcional aos meios de que dispõem para subsistir. Não ultrapassam o número que o país pode sustentar, mesmo considerando-se as condições da China em que um único arpeno de terra permite alimentar muitas pessoas.

Por outro lado, não há país em que o crescimento da população seja mais limitado do que entre os selvagens do interior da América. Eles não praticam a agricultura; vivem nas selvas e alimentam-se dos animais que caçam. Dado que as árvores consomem as substâncias da terra, há pouco pasto para a alimentação dos animais e como um índio come anualmente um bom número deles, cinquenta a cem arpentos de terra freqüentemente não são suficientes para alimentar um único índio.

Uma pequena aldeia destes índios terá uma extensão de quarenta léguas quadradas para a caça. Eles travam guerras regulares e cruéis por este território, com o que mantêm, sempre, a proporção entre o seu número e os meios com que contam para subsistir pela caça.

Os habitantes da Europa cultivam as terras e delas retiram os cereais para a sua subsistência. A lã dos carneiros que criam serve para o seu vestuário. O trigo é o cereal de que se alimenta a maioria, embora muitos camponeses façam seus pães com centeio e, no norte, com cevada e aveia. A subsistência dos camponeses e do povo não é a mesma em todos os países da Europa, onde as terras, freqüentemente, são, também, desigualmente férteis.

A maior parte das terras de Flandres e uma parte das da Lombardia, rendem – sem repouso – dezoito a vinte vezes o trigo semeado. Em Nápoles, o campo rende ainda mais. Há algumas terras na França, na Espanha, Inglaterra e na Alemanha, que rendem a mesma quantidade. Cícero nos informa que as terras da Sicília produziam, na sua época, dez vezes o que se semeava. Plínio, o Antigo, diz que as terras Leontinas, na Sicília, rendiam cem vezes o que se semeava, as da Babilônia, até cento e cinquenta vezes, e, algumas terras da África rendiam ainda mais.

Atualmente, na Europa, as terras podem render, tomando-se uma pela outra, seis vezes o que é semeado, de modo que cinco vezes o que foi semeado fica para o consumo dos habitantes. Em geral, as terras permanecem em repouso no terceiro ano, tendo dado trigo no primeiro ano e cevada ou aveia, no segundo.

No *Suplemento* encontram-se os cálculos acerca da extensão de terra que é necessária para a subsistência de um homem, tendo em conta as diferentes suposições feitas com base nas diferentes maneiras de viver.

Ver-se-á, também, que um homem que vive de pão, alho e raízes, veste-se de cânhamo, usa tamancos, roupa branca grosseira e bebe apenas água, como é o caso de inúmeros camponeses das partes meridionais da França, pode subsistir com o produto de um arpeno e meio de terra, de qualidade média, que rende seis vezes o que é semeado e que fica em pousio a cada três anos.

Por outro lado, um homem adulto, que usa sapatos de couro, meias, roupas de lã, que vive numa casa, tem diversas mudas de roupa branca, tem cama, cadeiras, uma mesa e outras coisas necessárias, que bebe moderadamente cerveja ou vinho, que come carne todos os dias, manteiga, queijo, pão, legumes, etc., enfim, um homem que tem o suficiente, mas moderadamente, não requer para tudo isto mais do que o produto de quatro a cinco arpentos de terra de qualidade média. É verdade que nestes cálculos não se levou em conta nenhuma terra para a manutenção de outros cavalos além dos que são necessários para lavrar a terra e para transportar os gêneros a dez milhas de distância.

A história registra que, no princípio, os romanos mantinham suas famílias com o produto de dois jornais de terra, o que dá apenas um arpeno de Paris⁵ e 330 pés quadrados aproximadamente. Viviam quase nus, não faziam uso nem de vinho, nem de óleo; dormiam sobre a palha e praticamente não tinham nenhum conforto. Entretanto, como trabalhavam intensamente a terra – que é especialmente boa nos arredores de Roma – conseguiam colher muitos cereais e legumes.

Se os proprietários de terras desejassem muito o aumento da população, se eles encorajassem os camponeses a se casar cedo e a criar filhos, mediante a promessa de prover a sua subsistência destinando terras apenas para este fim, sem dúvida eles conseguiriam que os homens se multiplicassem até o ponto em que as terras pudessem mantê-los. Esta reprodução se faria de acordo com os produtos da terra que tivessem sido destinados à subsistência de cada um, quer seja os de um arpeno e meio ou os de quatro a cinco arpentos *per capita*.

Se, pelo contrário, o Príncipe e os proprietários empregam as terras para outros fins que não o sustento dos habitantes; se, pelo preço que se dispõem a pagar pelos gêneros e mercadorias, eles induzem também os arrendatários a destinar as terras para outros usos que não o sustento dos homens (pois, como vimos, é o preço que os proprietários oferecem no mercado e o seu consumo que determina o uso que

5 "O arpeno de Paris mede com varas de 18 pés de lado, ou seja, 34 ares 19." [Nota da Edição Francesa, p. 40]

se dará às terras, da mesma maneira que quando são os próprios proprietários que as dirigem), neste caso, o número de habitantes diminuirá necessariamente. Alguns, por não terem emprego, serão compelidos a deixar o país; outros, não vendo possibilidade de criar filhos, não se casarão ou só se casarão bem tarde, depois de terem conseguido fazer algumas reservas.

Se os proprietários de terra, que vivem no campo, se mudam para cidades distantes das suas terras, eles precisarão criar cavalos para transportar tanto a sua subsistência quanto a de todos os criados, artesãos e todos aqueles que, com eles, são atraídos para a cidade.

O transporte de vinhos de Borgonha para Paris freqüentemente custa mais do que o próprio vinho no local. Por conseguinte, emprega-se mais terra para a criação dos cavalos de tiro e para o sustento dos que deles se encarregam, do que aquela que é destinada à produção de vinhos e ao sustento daqueles que estão encarregados da sua produção.

Quanto mais cavalos houver num país menos subsistência haverá para os habitantes. A manutenção de cavalos de carruagem, de caça ou de montaria consome freqüentemente três a quatro arpentos de terra.

Quando os senhores e os proprietários de terra comprem suas lãs, sedas e rendas em manufaturas estrangeiras, enviando para o exterior, como pagamento, gêneros do país, eles provocam uma extraordinária redução da subsistência dos habitantes e aumentam a dos estrangeiros, que muito freqüentemente vêm a se tornar inimigos deste país.

Se um proprietário ou senhor polonês, a quem seus arrendatários pagam anualmente uma renda igual, ou próxima, ao produto de um terço das suas terras, se compraz em usar lãs, roupa branca, etc., da Holanda, ele despenderá com estas mercadorias a metade da sua renda e empregará a outra metade, talvez, na compra de gêneros e mercadorias produzidos na própria Polônia, para a subsistência da sua família. Ora, em nossa suposição, a metade da sua renda corresponde à sexta parte do produto da sua terra. Esta sexta parte será levada pelos holandeses a quem os arrendatários poloneses a entregarão na forma de trigo, fios de lã, cânhamo e outros gêneros. Os poloneses ficam, assim, privados de uma sexta parte de suas terras e isto sem incluir a

terra necessária à criação dos cavalos de tiro, de carruagem e de montaria em função da vida que, na Polónia, levam os senhores.

Se, ademais, dos dois terços do produto das terras que cabem aos arrendatários, estes, a exemplo dos seus senhores, consomem mercadorias estrangeiras, também eles terão que pagar aos estrangeiros com gêneros da Polónia. Neste caso, um terço do produto das terras da Polónia deixará de prover a subsistência dos seus habitantes e – o que é ainda pior – dado que a maior parte foi mandada para o exterior, servirá para a manutenção dos inimigos da Polónia.

Se os proprietários de terra e os senhores na Polónia se dispusessem a consumir manufaturas de seu país, ainda que inicialmente estas não fossem das melhores, eles contribuiriam para que elas fossem sendo melhoradas e, com isto, dariam trabalho a um grande número de seus conterrâneos, ao invés de transferir esta vantagem aos estrangeiros. Se todos os países cuidassem igualmente para não serem logrados por outros no comércio, cada qual teria um poderio proporcional à sua produção e à indústria dos seus habitantes.

Se as senhoras de Paris se comprazem em usar rendas de Bruxelas, e, se a França paga estas rendas com vinho da Champagne, o produto de um único arpenço de linho será pago com o de dezesseis mil arpentos de vinhas, se é que não me enganei nos cálculos. A questão será melhor explicada adiante e os cálculos podem ser encontrados no *Suplemento*. Contentar-me-ei com observar, aqui, que se perde neste comércio uma grande parte do produto da terra destinado à subsistência dos franceses e que todos os gêneros que se envia para países estrangeiros, quando não se recebe em troca um produto igualmente considerável, tendem a reduzir o número de habitantes do país.

Quando afirmei que os proprietários de terra poderiam propiciar o crescimento da população até o número de habitantes que estas terras pudessem sustentar, supus que a maioria dos homens deseja se casar, desde que tenham meios para manter suas famílias nas mesmas condições em que antes se mantinham. Ou seja, se um homem se contenta com o produto de um arpenço e meio de terra, ele se casará,

desde que esteja certo de poder manter sua família mais ou menos da mesma maneira; no entanto, se ele só se contenta com o produto de cinco a dez arpentos, ele não se apressará a casar se não acreditar poder manter sua família mais ou menos do mesmo modo.

Na Europa, os filhos da nobreza são criados na abundância. Dado que, em geral, a maior parte dos bens é atribuída apenas aos primogênitos, os demais não se empenham em casar. A grande maioria permanece solteira, quer seja nos exércitos, quer nos claustros. No entanto, seria raro encontrar um que não estivesse disposto a casar-se, se lhe oferecessem heranças e fortunas, isto é, os meios para manter uma família no padrão a que estão habituados e sem o qual acreditariam tornar seus filhos infelizes.

Entre as classes inferiores também se encontram muitos homens que, por orgulho ou por razões semelhantes às da nobreza, preferem – ao invés de casarem-se – viver no celibato e despender consigo mesmo os poucos bens de que dispõem. A maior parte se casaria se pudessem dispor de meios para manter a família tal como desejam: acreditam que prejudicariam os filhos se os deixassem cair numa classe inferior à sua. Apenas um número muito reduzido de habitantes recusa o matrimônio por libertinagem. No mais, todas as classes inferiores desejam casar-se e criar filhos que possam viver como eles. Quando muitos lavradores e artesãos não se casam é porque eles estão esperando fazer algumas economias para poder constituir um lar, ou, então, porque estão esperando encontrar uma moça que disponha de um pequeno fundo para iniciarem a vida de casados. Eles vêem diariamente outros casais que, por não terem tomado tais precauções, casam e caem na mais espantosa miséria e são obrigados a sacrificar sua própria subsistência para poderem alimentar os filhos.

Segundo observações de Halley, feitas em Breslau, na Silésia, de todas as mulheres em condições de engravidar, dos dezesseis aos quarenta e cinco anos, apenas uma, em seis, fica efetivamente grávida todos os anos. Ainda de acordo com Halley, deveria haver pelo menos quatro ou seis que parissem todos os anos, sem contar as que podem ser estéreis ou as que podem abortar. O que impede que quatro moças,

em seis, engravidem todos os anos é que elas não conseguem se casar porque a tanto são desencorajadas e devido aos obstáculos com que se deparam. As jovens procuram não engravidar antes de se casarem. Elas só conseguem casar-se quando encontram um homem disposto a correr o risco. A imensa maioria dos habitantes de um país vive de salários ou são empresários. A maior parte são dependentes e vivem na incerteza, sem saber se conseguirão – pelo trabalho ou pelo empreendimento – lograr os meios que permitam a manutenção do lar nas bases em que desejam. Isto faz com que uma boa parte não se case ou só o faça tão tarde que, das seis moças, ou pelo menos quatro, que deveriam ter um filho todos os anos, apenas uma venha a se tornar efetivamente mãe.

Porém, se os proprietários de terra ajudassem a manter estes lares, não seria preciso mais do que uma geração para que o crescimento da população atingisse o limite dos meios de subsistência que a terra pode fornecer. As crianças não requerem tantos gêneros alimentícios quanto os adultos. Tanto uns quanto os outros podem sobreviver com uma quantidade maior ou menor de produtos da terra, dependendo do que consomem. Vimos que os povos do Norte, cujas terras rendem pouco, vivem de tal maneira com tão pouco que – como enxames – vieram a invadir e colonizar as terras do Sul, destruindo seus habitantes para se apropriarem das suas terras. Dependendo do modo como se vive, quatrocentas mil pessoas poderiam subsistir com a mesma quantidade de produtos agrícolas que, normalmente, mantêm cem mil. Pode até ser que quem consome apenas o produto de um arpeno e meio de terra seja mais forte e mais valente do que quem consome o produto de cinco a dez arpentos.

Parece-me que tais observações são suficientes para demonstrar que o número de habitantes de uma nação depende dos meios com que contam para subsistir. Tendo em vista que estes meios de subsistência dependem do emprego que se dá às terras e, dado que tal ou qual uso delas depende, por sua vez, sobretudo, da vontade, do gosto e do estilo de vida dos proprietários de terra, fica claro que o crescimento ou diminuição da população depende principalmente deles.

O crescimento da população pode ser estendido ao máximo nos países em que os habitantes contentam-se em viver mais pobremente e em consumir menos produtos agrícolas. No entretanto, nos países em que os camponeses e lavradores estão acostumados a comer carne com muita freqüência, a beber vinho ou cerveja, etc., não seria possível sustentar tantos habitantes.

Petty e, posteriormente, Davenant, Inspetor de Alfândegas, na Inglaterra, parecem distanciar-se muito dos caminhos naturais, ao calcularem a propagação da espécie humana progressivamente desde Adão. Seus cálculos parecem ser puramente imaginários e dispostos aleatoriamente. Como poderiam eles, à base das observações que fizeram sobre a propagação real em certos cantões, explicar a razão da diminuição destas imensas populações que existiram outrora na Ásia, Egito, etc., e, inclusive, de alguns povos da Europa? Se há dezessete séculos havia, na Itália, vinte e seis milhões de habitantes e, hoje, este número está reduzido a seis milhões, no máximo, como é possível determinar, pelas projeções de Gregory King, que a Inglaterra, que hoje conta com cinco a seis milhões de habitantes terá, provavelmente, treze milhões nos próximos anos? Vê-se diariamente que o inglês consome muito mais produtos da terra do que o faziam seus pais. Ora, este é o verdadeiro motivo pelo qual a população é hoje menor do que era antes.

Os homens multiplicam-se como ratos num celeiro se contam com meios de subsistência ilimitados. Por isso é que os ingleses se tornarão, em três gerações, proporcionalmente mais numerosos nas colônias do que o seriam em trinta gerações, na Inglaterra. Isto porque, nas colônias, eles podem desbravar novas terras conquistadas aos selvagens.

Em todos os países e em todos os tempos, os homens travaram guerras pelas terras e pelos meios de subsistência. Quando as guerras destroem ou diminuem o número de habitantes de um país, selvagens e civilizados apressam-se em repovoá-lo em tempos de paz, sobretudo quando o Príncipe e os proprietários de terra estimulam-nos a fazê-lo.

Uma nação que tenha conquistado muitas províncias pode conseguir – pelos tributos que impõe aos povos vencidos – aumentar a subsistência de seus próprios súditos. Os romanos tiravam uma grande

parte da sua subsistência do Egito, da Sicília e da África e era isto que permitia que a Itália contasse, então, com tantos habitantes.

Uma nação que possua minas, onde haja manufaturas em que, para a confecção de produtos destinados ao mercado externo, não se requeiram muitos produtos da terra, obtém, na troca, um acréscimo de fundos para a subsistência de seus próprios súditos.

Os holandeses, em geral, trocam com os estrangeiros seu trabalho na navegação, na pesca e nas manufaturas por produtos agrícolas. Sem isto, a Holanda não poderia manter, com seus próprios recursos, nem a metade de seus habitantes. A Inglaterra traz do exterior quantidades consideráveis de madeira, cânhamo e outros produtos da terra, e ainda consome muito vinho, que ela paga com as suas minas e manufaturas, o que lhe permite poupar uma enorme quantidade de produtos da terra. Sem tais vantagens, os ingleses, tendo em vista o que despendem para a sua manutenção, não poderiam ser tão numerosos quanto o são. As minas de carvão permitem-lhes poupar muitos milhares de arpentos de terra que, sem elas, eles seriam obrigados a usar para produzir madeira.

De todo modo, todas estas vantagens são sutilezas e acidentes que só estou considerando aqui de passagem. A via natural e constante para aumentar a população de uma nação consiste em dar trabalho aos seus habitantes e em utilizar as terras para fazê-las produzir o seu sustento.

Outra questão que não me cabe tratar é saber se é preferível um grande número de habitantes pobres e mal alimentados ou um número menor de habitantes, muito mais bem providos; um milhão de habitantes que consomem o produto de seis arpentos *per capita*, ou quatro milhões que vivem do produto de um arpeno e meio.

CAPÍTULO XVI

QUANTO MAIS TRABALHO HOVER NUMA NAÇÃO,
MAIS ESTA NAÇÃO É CONSIDERADA NATURALMENTE RICA

Por um longo cálculo feito no *Suplemento*, é fácil ver que o trabalho de vinte e cinco pessoas adultas basta para fornecer a cem outras, também adultas, todas as coisas necessárias à vida, de acordo com os padrões de consumo da Europa. É verdade que para efeito destes cálculos considero uma alimentação, vestuário e habitação grosseiros e pouco trabalhados, embora na Europa haja abundância e bem-estar.

Pode-se presumir que um terço dos habitantes de um país são muito jovens ou muito velhos para o trabalho diário. Uma sexta parte da população compõe-se de proprietários de terra, de doentes e de diferentes espécies de empresários que absolutamente não contribuem, com o trabalho de suas próprias mãos, para a satisfação das diversas necessidades humanas. Já aí temos a metade da população que não trabalha, ou pelo menos, não trabalha neste sentido. Assim, se vinte e cinco pessoas fazem todo o trabalho necessário para o sustento de cem outras, restarão vinte e cinco pessoas, em cem, que estarão em condições de trabalhar, mas não têm nada para fazer.

Os militares e os criados das famílias abastadas representam uma parte destas vinte e cinco pessoas. Se todos os demais forem empregados para — com um trabalho adicional — tornar mais requintadas as coisas necessárias à vida, como, por exemplo, tornar mais fino o linho ou mais fina a lã, a nação será considerada tanto mais rica quanto maior for este trabalho adicional, mesmo que ele não aumente em nada a quantidade de coisas necessárias à subsistência dos homens.

O trabalho requinta o gosto da comida e da bebida. Um garfo e uma faca bem trabalhados são muito mais apreciados do que talheres grosseiros e mal feitos. O mesmo se pode dizer de uma casa, uma cama, uma mesa, enfim, de tudo que é necessário ao conforto.

Contudo, dado que desta espécie de riqueza nada fica para a nação, é absolutamente indiferente que se use, no país, tecidos de lã

grossa ou fina, se ambos são igualmente duráveis; que se coma grosseiramente ou com todo requinte, desde que haja alimentação e vestuário suficiente. Bem ou mal preparada, a comida, a bebida, a roupa, etc., são igualmente consumidas e, por isso, para a nação é indiferente que seja consumida assim ou assado.

É bom que se diga, porém, que os países em que se usa boas roupas, em que a comida é requintada, etc., são mais ricos e muito mais considerados do que aqueles em que tudo isto é grosseiro. Da mesma maneira, são dignos de mais apreço os países em que a proporção dos habitantes que levam uma vida requintada é maior do que a dos que vivem rudemente.

Mas, se as vinte e cinco pessoas, das cem a que já nos referimos, forem empregadas para produzir coisas duráveis, como extrair ferro das minas, chumbo, estanho, cobre, etc., e com eles fazer ferramentas e instrumentos para o conforto dos homens, como vasos, baixelas e várias outras utilidades que duram bem mais do que as feitas com barro, este país não apenas parecerá mais rico como o será de fato.

Este país será tanto mais rico se empregar estes habitantes para extrair do seio da terra ouro e prata, que são metais não apenas duráveis, mas, por assim dizer, permanentes, a que o próprio fogo não poderia consumir. Metais esses que, em geral, são considerados medida dos valores e que podem eternamente ser trocados por tudo que é necessário à vida. E se estes habitantes se esforçam para atrair o ouro e a prata para o seu próprio país, em troca das manufaturas e dos produtos que eles produzem e que são mandados para os países estrangeiros, seu trabalho será igualmente útil e beneficiará realmente o país.

Pois, a questão que parece determinar a grandeza comparativa das nações, são as suas reservas que ultrapassam o consumo anual — como os depósitos de lã, linho, trigo, etc. —, para ser usadas em anos de escassez, em casos de necessidade ou de guerra. Dado, porém, que o ouro e a prata podem sempre comprar tudo isto até dos inimigos, a verdadeira reserva de uma nação é o ouro e a prata, porquanto é a sua maior ou menor quantidade que atualmente determina necessariamente a grandeza comparativa dos Reinos e dos Estados.

Se habitualmente se importa do exterior ouro e prata por meio da exportação de gêneros e de produtos nacionais – trigo, vinhos, lãs, etc. – tal prática enriquecerá a nação em detrimento do crescimento da população. Mas, se se importa ouro e prata em troca do trabalho de seus habitantes, em manufaturas ou em obras em que entram poucos produtos agrícolas, isto enriquecerá a nação de modo útil e essencial. É verdade que numa grande nação não se poderia empregar as vinte e cinco pessoas, das cem a que já nos referimos, na confecção de produtos que pudessem ser consumidos no exterior. Um milhão de homens fabricarão mais tecidos, por exemplo, do que o que poderia ser consumido em um ano em todas as nações comerciantes. Isto porque o grosso dos habitantes de cada país se veste com produtos nacionais. Raramente, portanto, se poderia encontrar um país em que houvesse cem mil pessoas empregadas em confeccionar roupas para o exterior. Esta questão pode ser melhor vista no *Suplemento*, onde se levou em conta a Inglaterra que, de todas as nações da Europa, é a que mais fornece tecidos para o exterior.

Para que se torne considerável o consumo no exterior das manufaturas de uma determinada nação, é imprescindível que um grande consumo interno as consagre como boas e estimáveis; é preciso, também, depreciar todos os manufaturados estrangeiros, para se dar muito emprego aos habitantes do próprio país.

Se não houvesse emprego suficiente para ocupar as vinte e cinco pessoas, das cem, em coisas úteis e vantajosas para a nação, não vejo inconveniente em que se estimulasse o trabalho que serve apenas para o deleite. Uma nação não é considerada menos rica pelas mil bugigangas destinadas aos adornos das senhoras – e também dos homens – do que pelos produtos que são úteis e cômodos. Diz-se que Diógenes, por ocasião do cerco de Corinto, se pôs a rolar seu tonel a fim de não parecer ocioso enquanto todo mundo estava ocupado. E hoje nós temos sociedades inteiras, tanto de homens quanto de mulheres, que se dedicam a trabalhos e exercícios tão inúteis quanto o de Diógenes. Mesmo que o trabalho de um homem pouco contribua para o embelezamento e o entretenimento de uma nação, ele deve ser esti-

mulado, a menos, é claro, que este homem encontre meios de se ocupar em algo útil.

É o estilo de vida dos proprietários de terra que encoraja ou desencoraja as diferentes ocupações dos habitantes e seus distintos gêneros de trabalho.

O exemplo do Príncipe – a quem a Corte segue – é capaz de chegar a determinar o estilo e o gosto dos outros proprietários de terra. Por sua vez, o exemplo destes influencia todas as ordens subalternas. Portanto, não há dúvida que o Príncipe pode – apenas pelo exemplo e sem coerção de espécie alguma – dar ao trabalho dos seus súditos a feição que lhe aprouver.

Se cada proprietário não tivesse mais do que uma pequena porção de terra, porção semelhante a que, em geral, se entrega a um único arrendatário, praticamente não haveria cidades. A população seria muito mais numerosa e a nação muito mais rica se cada um destes proprietários empregasse os habitantes que sua terra mantém em algum trabalho útil.

Não obstante, quando os senhores possuem grandes extensões de terra, eles propiciam, necessariamente, o luxo e o ócio. Que um abade, à frente de cinquenta monges, viva do produto de muitas belas terras, ou que um senhor, que tenha cinquenta criados e cavalos, que crie apenas para o seu serviço, viva das suas terras, tudo isto seria indiferente para o país se ele pudesse conservar uma paz constante.

Todavia, um senhor com seu séquito e seus cavalos é útil ao país em tempos de guerra. Ele pode também ser útil como magistrado e para manter a ordem em tempos de paz. Em ambos os casos ele constitui um belo ornamento para o país. Os monges, em contrapartida, não têm a menor utilidade – nem na paz nem na guerra – nem constituem, fora do paraíso, um belo ornamento.

Os conventos das ordens mendicantes são ainda mais prejudiciais à nação do que os monges rentistas. O único mal que estes últimos fazem consiste em ocupar terras que proveriam o país de oficiais e magistrados. Enquanto que os mendicantes, além de não realizarem nenhum trabalho útil, freqüentemente interrompem e atrapalham o

trabalho dos outros habitantes. Usurpam dos pobres, em esmolas, a subsistência que lhes daria forças para prosseguir trabalhando. Fazem com que percam muito tempo em conversas inúteis, isto sem falar dos que fazem intrigas com as famílias e dos que são viciosos. A experiência demonstra que os Estados que abraçaram o protestantismo e que não têm nem monges, nem mendicantes, tornaram-se muito mais poderosos. Eles gozam, ainda, da vantagem de ter suprimido um grande número de festas religiosas que são comemoradas nos países católicos romanos e que reduzem o trabalho dos habitantes em quase uma oitava parte do ano.

Parece-me que a nação só tem a ganhar se reduzir o número de mendicantes recolhendo-os aos mosteiros à medida em que neles houverem vagas, em casos de morte. Não se deveria proibir a reclusão àqueles que não pudessem dar provas das suas habilidades nas ciências especulativas, mas que são capazes de desenvolver as artes práticas, ou seja, certas partes da matemática. De acordo com o que foi dito no capítulo precedente, conclui-se que o celibato dos membros da Igreja não é tão desvantajoso quanto se crê vulgarmente: a sua ociosidade é que é nociva.

CAPÍTULO XVII

DOS METAIS E DAS MOEDAS, PARTICULARMENTE O OURO E A PRATA

A terra pode produzir mais ou menos trigo, dependendo da sua fertilidade e do trabalho que se investe nela. Da mesma maneira, as minas de ferro, chumbo, estanho, ouro, prata, etc., produzem uma maior ou menor quantidade destes metais, dependendo da riqueza destas minas e da quantidade e qualidade do trabalho que se leva a efeito, seja para escavar a terra, para fazer escoar as águas, para fundir e afinar os metais, etc.. O trabalho nas minas de prata é caro devido a mortalidade que provoca, tendo em vista que ninguém resiste mais do que cinco ou seis anos neste tipo de trabalho.

O valor real ou intrínseco dos metais – como o de todas as outras coisas – é proporcional à terra e ao trabalho necessários à sua produção. O que se despende em terra neste tipo de produção não tem que ser levado em consideração senão na medida em que o proprietário da mina puder obter um lucro com o trabalho dos mineiros, quando os veios que nela se encontram são mais ricos do que o comum. A terra necessária para o sustento dos mineiros e dos trabalhadores, isto é, o trabalho da mina, constitui freqüentemente a despesa principal e é freqüentemente a causa do fracasso do empresário.

O valor dos metais no mercado, assim como o de todas as outras mercadorias e gêneros, oscila tanto para cima quanto para baixo do seu valor intrínseco e, dependendo do consumo, varia na proporção da sua abundância ou escassez.

Se todos os proprietários de terra e todas as demais ordens subalternas que vivem a imitá-los se recusassem a usar estanho e cobre supondo – ainda que equivocadamente – que estes metais são prejudiciais à saúde, e se eles passassem a servir-se universalmente de baixelas e utensílios de barro, estes metais passariam a custar tão barato nos mercados que provocaria uma redução na sua extração. Mas, como estes metais são considerados úteis e como são usados em muitas coisas, eles continuarão sempre a ter, no mercado, um valor correspondente à sua abundância ou escassez e correspondente ao seu consumo. Eles continuarão, portanto, a ser extraídos das minas para repor a quantidade gasta com o uso diário.

O ferro não é apenas útil para a vida cotidiana. Poder-se-ia, inclusive, dizer que ele é indispensável. Se os americanos, que não o utilizavam antes da descoberta do seu Continente, tivessem descoberto suas minas e a sua utilidade, não há a menor dúvida que teriam trabalhado para produzir este metal, custasse ele o que custasse.

O ouro e a prata podem servir não apenas para os mesmos usos que o estanho e o cobre, mas, ainda, para substituir, em quase todos os usos, o chumbo e o ferro. Eles têm, sobre todos os outros metais, a vantagem de que o fogo não os consome e são tão duráveis que podem ser considerados eternos. Não causa, portanto, surpresa, que os ho-

mens, tendo embora conhecido a utilidade de outros metais, tenham conferido tanto valor ao ouro e a prata, antes mesmo de os terem utilizado na troca. Desde a fundação de Roma que eles eram apreciados, ainda que os romanos só os tenham utilizado como moeda quinhentos anos depois. É bem possível que todas as outras nações tenham feito o mesmo, só se servindo destes metais como moeda muito tempo depois de os terem utilizado das mais diferentes maneiras. Entretanto, segundo os mais antigos historiadores, desde tempos imemoriais que se usa o ouro e a prata como moeda no Egito e na Ásia. Segundo o Gênese, cunha-se moedas de prata desde os tempos de Abraão.

Suponhamos, agora, que a prata tenha sido encontrada, pela primeira vez, numa mina do monte Nifates, na Mesopotâmia. É natural que se acredite que um – ou muitos – proprietários de terra, achando belo e útil este metal, dele fizeram uso. Passaram, então, a encorajar os mineiros e empresários a extrai-lo em maior quantidade, oferecendo-lhes, em troca do seu trabalho e do de seus auxiliares, os produtos da terra requeridos para a sua subsistência. Este metal tornava-se cada vez mais estimado na Mesopotâmia e se os grande proprietários compravam belas jarras de prata, as ordens subalternas – de acordo com suas posses e economias – compravam, ao menos, taças. O empresário da mina vendo que sua mercadoria se vende bem, confere-lhe um valor proporcional à sua qualidade ou ao seu peso frente aos demais gêneros e mercadorias que ele recebia em troca. Enquanto todos consideravam este metal como uma coisa preciosa e durável e esforçavam-se para conseguir algumas peças dele, o empresário, que era o único que as podia fornecer, sentia-se a cavaleiro para exigir em troca da prata uma quantidade arbitrária dos outros gêneros e mercadorias.

Suponhamos, ainda, que se tenha descoberto para além do rio Tigre – por conseguinte, fora da Mesopotâmia – uma nova mina de prata cujos veios são incomparavelmente mais ricos e abundantes do que os do monte Nifates, e que o trabalho requerido por esta nova mina – de onde as águas escoam facilmente – seja muito menor do que o exigido pela primeira.

É natural que o empresário desta nova mina esteja em condições de fornecer a prata por um preço bem menor do que o do monte Nifates.

É natural, também, que os habitantes da Mesopotâmia que quisessem comprar objetos de prata preferissem, ao invés de trocar suas mercadorias com o antigo empresário, transportá-las para fora do país e dá-las ao empresário da nova mina em troca deste metal.

Diante da redução do número de compradores, o antigo empresário teria necessariamente que diminuir o seu preço. Mas se o novo empresário continuasse também a reduzir, proporcionalmente, o seu, o antigo empresário seria obrigado a abandonar a produção. Neste caso, o preço da prata, frente às outras mercadorias e gêneros, se regularia necessariamente pelas condições da sua produção na nova mina. Por conseguinte, a prata custaria menos para os habitantes que vivem para além do Tigre do que para os da Mesopotâmia, porquanto estes, para poderem adquiri-la teriam que arcar com as despesas de um longo transporte dos seus gêneros e mercadorias.

É fácil imaginar que a partir do momento em que foram descobertas inúmeras minas de prata e os proprietários de terras tomaram o gosto por este metal, eles foram imitados pelas outras ordens. Qualquer pedaço de prata, mesmo sem nenhum trabalho, era disputado porquanto nada mais fácil do que transformá-lo no objeto que se queria desde que, evidentemente, tal objeto fosse proporcional à quantidade e ao peso do metal de que se dispunha.

Dado que a prata era estimada em, pelo menos, o valor que custava produzi-la, algumas pessoas que a possuíam, premidas por qualquer necessidade, podiam penhorá-la em troca das coisas que estavam precisando e, inclusive, vendê-la depois. Daí adveio o hábito de regular o valor da prata, para poder trocá-la pelos demais gêneros e mercadorias, a partir da sua quantidade, isto é, segundo seu peso.

No entanto, dado que é possível fazer a liga da prata com ferro, chumbo, estanho, cobre, etc., todos eles metais menos raros e extraídos das minas com custos menores, a troca com prata ficava sujeita a muitos logros. Isto levou a que em muitos reinos fossem fundadas Casas da Moeda que certificavam a verdadeira quantidade de prata que havia em cada peça e forneciam aos particulares que lhes traziam barras ou lingotes de prata esta mesma quantidade de prata em moedas que

traziam um sinete certificando a verdadeira quantidade de prata que continham.

Os custos destes certificados ou cunhagens são às vezes pagos pelo público ou pelo Príncipe, método antigamente adotado em Roma e que é usado, hoje, na Inglaterra. Outras vezes, no entanto, como é costume na França, é o próprio portador da prata que arca com a despesa.

Quase nunca se encontra prata pura nas minas. Os antigos, inclusive, ignoravam a arte de purificá-la. Eles cunhavam suas moedas com prata sem nenhuma mistura na liga, mas as moedas que nos restaram dos gregos, romanos, judeus e asiáticos, atestam que eles não sabiam refinar a prata ao último grau de pureza. Hoje se conhece o segredo deste refinamento. Não é meu objetivo tratar dos distintos métodos de purificação da prata. Muitos já trataram do tema, Boizard, entre outros. Observarei, apenas, que o refino da prata requer grandes gastos, razão pela qual se prefere uma onça de prata pura, por exemplo, a duas de prata que contenham uma metade de cobre ou qualquer outra liga. Demanda muito trabalho desfazer esta liga para extrair uma onça de prata real que está contida nestas duas onças, enquanto que uma simples fusão permite ligar a prata com qualquer outro metal, na proporção que se quiser. Se às vezes se liga cobre com prata pura é apenas para torná-la mais maleável e mais própria para a confecção de certos objetos. Mas no momento de avaliar a prata, nem o cobre nem a liga contam, já que só se considera a quantidade de prata real e verdadeira. Por isso é que sempre se faz um exame para determinar qual é esta quantidade de prata verdadeira.

Este exame consiste no refino de um pequeno pedaço, por exemplo, da barra que se quer avaliar para saber quanto de prata pura ela contém. A barra é avaliada por este pequeno pedaço. Corta-se um pequeno pedaço da barra, de doze grãos, por exemplo, que é pesado em balanças tão precisas que basta a milésima parte de uma grão para fazê-las oscilar. A seguir, ele é depurado com água-forte ou fogo, que separa o cobre. Quando a prata já está pura torna-se a pesá-la na mesma balança e se o peso for então de onze grãos, ao invés dos doze anteriores, o examinador declara que a barra tem, de pureza final, onze grãos, o que significa que ela contém onze partes de prata verdadeira e

um doze avos de cobre ou liga. Este processo – que não tem nenhum mistério – é muito fácil de ser entendido por quem tiver curiosidade de assistir a estes refinamentos.

O exame do ouro é feito da mesma maneira que o da prata. A diferença é que, como o ouro é mais precioso, seus graus de pureza são divididos em vinte e quatro partes – chamadas quilates – e não em doze, como os da prata, chamados denários. Os quilates do ouro dividem-se em trinta e duas partes, enquanto que os graus de pureza da prata só se dividem em vinte e quatro grãos cada um.

O uso conferiu ao ouro e à prata a designação de valor intrínseco para com ele expressar e assinalar a quantidade de ouro ou prata verdadeira que a barra destes metais contém. Neste *Ensaio*, no entanto, me servi sempre do termo valor intrínseco para fixar a quantidade de terra e de trabalho que entra na produção das coisas, pois não encontrei nenhum termo que fosse mais próprio para exprimir meu pensamento. De resto, faço esta advertência apenas para evitar equívocos pois, desde que não se trate de ouro e prata, o termo é perfeitamente válido.

Vimos que os metais, o ouro, a prata, o ferro, etc., servem para muitos usos e que eles têm um valor real que é proporcional à terra e ao trabalho que entram na sua produção. Veremos, na segunda parte deste *Ensaio*, que os homens foram compelidos pela necessidade a se servir de uma medida comum, para encontrar – na troca – a proporção é o valor dos gêneros e mercadorias que eles queriam trocar. Trata-se de saber qual o gênero ou mercadoria é mais própria para ser esta medida comum; e de saber se foi a necessidade – e não o gosto – que conferiu esta preferência ao ouro, à prata e ao cobre, até hoje usados para este fim.

Os gêneros alimentícios – os cereais, o vinho, a carne, etc. – têm um valor real e prestam-se a distintos usos. Mas todos eles são perecíveis e difíceis de serem transportados. Por conseguinte, são pouco apropriados para servir de medida comum. As mercadorias – os tecidos, a roupa branca, couros, etc. – também são perecíveis e não podem se subdividir sem, de algum modo, modificar seu valor para o uso que os

homens fazem delas. Tal como os comestíveis, as mercadorias requerem grandes despesas para serem transportadas, bem como para serem armazenadas. Por conseguinte, são pouco próprias para servir de medida comum.

Os diamantes – e outras pedras preciosas – mesmo que não tivessem valor intrínseco e fossem estimadas apenas pelo gosto, pareceriam apropriadas para servir de medida comum se não fossem passíveis de imitação e pudessem se subdividir sem se depreciarem. Mas com estas limitações, que se somam ao fato de elas não serem próprias para nenhuma utilidade, as pedras preciosas não podem servir como medida comum.

O ferro, metal tão útil e tão durável, serviria bem se não houvesse outros mais apropriados. O ferro é consumível pelo fogo e é encontrado em grande quantidade. Foi usado como moeda desde Licurgo até a guerra do Peloponeso, mas, como o seu valor era necessariamente regulado pelo intrínseco ou proporcionalmente à terra e ao trabalho que entravam na sua produção, era preciso uma grande quantidade para que se obtivesse um pequeno valor. O que havia de mais bizarro é que se corrompia a sua qualidade – com vinagre – para torná-lo imprestável para qualquer outro uso que não o da troca. Desta maneira, ele só podia servir mesmo a um povo tão austero quanto o espartano, e nem a eles quando entraram em contato com outros povos. Para arruinar os lacedemônios não seria preciso mais do que encontrar ricas minas de ferro, cunhar uma moeda semelhante a deles, e tirar-lhes – pela troca – seus viveres e mercadorias, ao passo que eles, com a sua moeda de ferro corrompido, não conseguiriam trocar nada com o exterior. Por isso mesmo, eles não se dedicavam ao comércio exterior, consagrando-se exclusivamente à guerra.

O chumbo e o estanho apresentam a mesma desvantagem do ferro quanto ao volume, além de também serem perecíveis no fogo. Contudo, em caso de necessidade, eles poderiam até servir para a troca se, para tal, o cobre não fosse mais apropriado e mais durável.

O cobre serviu de moeda para os romanos com exclusividade até o ano de 484 da fundação de Roma. Na Suécia, ainda hoje, ele é muito

usado nos grandes pagamentos. Entretanto, dado o seu grande volume, mesmo os succos preferem o ouro e a prata quando se trata de receber somas consideráveis.

Nas Colônias da América usa-se o tabaco, o açúcar e o cacau como moeda. Contudo estas mercadorias ocupam um grande volume, são perecíveis e desiguais quanto às suas qualidades. Isto as torna pouco próprias para servir de dinheiro ou de medida comum dos valores.

Apenas o ouro e a prata ocupam um pequeno volume, são iguais quanto à qualidade, são fáceis de transportar, podem subdividir-se sem alterar-se, são cômodos para guardar, belos e brilhantes nos objetos que se faz com eles e duram quase à eternidade. Todos os que se utilizaram de outras coisas como moeda, voltam necessariamente para o ouro e a prata, com a condição, evidentemente, que possam obtê-los em quantidade suficiente para a troca.

O ouro e a prata só são incômodos nas trocas muito pequenas. As moedas de ouro e prata, para corresponderem a valores tão baixos quanto o de um *liard* ou um *denário*, por exemplo, teriam que ser tão pequenas que seria difícil manejá-las. Conta-se que os chineses, nestes casos, cortavam com o cinzel, de pequenas moedas de prata, diminutas lâminas que depois pesavam. Mas quando começaram a comerciar com a Europa passaram a usar cobre para estas ocasiões.

Não chega a surpreender que todas as nações tenham adotado o ouro e a prata como dinheiro ou como medida comum dos valores, e o cobre para as pequenas trocas. Foram a utilidade e a necessidade que determinaram esta adoção e não o gosto ou o consentimento.

A prata não apenas demanda muito trabalho para ser produzida como este trabalho é muito caro. O que torna tão caro o trabalho dos mineiros da prata é a mortalidade, que é tão grande que os mineiros não resistem, neste trabalho, mais do que cinco ou seis anos, de modo que uma pequena moeda de prata corresponde a tanta terra e trabalho quanto uma grande moeda de cobre.

O dinheiro, ou a medida comum dos valores, tem que corresponder, real e intrinsecamente, em preço de terra e de trabalho, às coisas pelas quais se troca. Caso contrário, o dinheiro teria apenas um valor imaginário. Por exemplo, se um Príncipe ou uma República adotassem como

moeda algo que não tivesse valor real nem intrínseco, não apenas os outros Estados não a aceitariam, como os seus próprios súditos a recusariam, ao se darem conta de que tal moeda não tem nenhum valor real. Quando os romanos, em fins da Primeira Guerra Púnica, quiseram dar ao asse de cobre, que pesava duas onças, o mesmo valor que o asse tivera outrora, quando pesava uma libra ou doze onças, evidentemente não puderam manter as trocas por muito tempo.

A história de todos os tempos demonstrou que sempre que os príncipes desvalorizaram suas moedas conservando, porém, o mesmo valor numérico, todas as mercadorias e víveres encareciam na mesma proporção em que as moedas haviam sido desvalorizadas.

Segundo Locke foi o consentimento dos homens que conferiu valor ao ouro e à prata, do que ninguém pode duvidar já que a necessidade absoluta não teve, neste caso, nenhum papel. Foi este mesmo consentimento que conferiu – e continua a conferir todos os dias – valor à renda, à roupa branca, aos tecidos finos, ao cobre e aos outros metais. Para falar em termos absolutos, os homens poderiam perfeitamente viver sem estas coisas, mas daí não se deve concluir que elas só tenham valor imaginário. Ao contrário, elas têm um valor, valor este proporcional à terra e ao trabalho que entram na sua produção.

O ouro e a prata, como todas as demais mercadorias e gêneros alimentícios, só podem ser obtidos com custos mais ou menos proporcionais ao valor que eles passam a ter. O que quer que os homens produzam pelo trabalho, este trabalho tem necessariamente que mantê-los. Este é o grande princípio que está na boca de toda gente, inclusive da arraia-miúda que nem de longe entra nestas nossas especulações, preocupada, apenas, com suas ocupações: *Todo mundo tem que viver*.

CAPÍTULO 1

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO I

DA TROCA

Procurei demonstrar, na primeira parte, que o valor real de todas as coisas para uso dos homens é proporcional à quantidade de terra empregada na sua produção e para manter os que trabalharam na sua confecção.

Depois de ter feito uma recapitulação dos diferentes graus de fertilidade da terra em diferentes regiões, e de ter examinado as diversas espécies de gêneros que elas podem produzir, em quantidade maior ou menor, dependendo da sua qualidade intrínseca; depois de ter tratado do estabelecimento dos burgos e dos mercados para facilitar a venda destes mesmos gêneros, passo, agora, nesta segunda parte, a demonstrar, pela comparação das trocas que poderiam se realizar – vinho por tecido, trigo por sapatos ou por chapéus, etc. – e pela dificuldade que causaria o transporte destes víveres e mercadorias, a impossibilidade de estabelecer seus respectivos valores intrínsecos.

Procurarei demonstrar a absoluta necessidade em que se encontravam os homens de achar algo que fosse de fácil transporte, que não fosse corruptível e que pudesse conter em seu peso uma proporção ou um valor igual aos diferentes gêneros e mercadorias, quer aqueles que são estritamente necessários, quer os que atendem apenas às comodidades. Desta necessidade adveio a escolha do ouro e da prata para o grande comércio, e do cobre, para as pequenas trocas.

Estes metais não apenas são duráveis e de fácil transporte, como dão ocasião a que muitos trabalhem, para a sua produção, na superfície da terra. É isto que lhes confere o valor real que se buscava para um equivalente.

Locke, que como todos os outros escritores ingleses que trataram do assunto não atenta senão para os preços de mercado, afirma que o valor de todas as coisas é proporcional à sua abundância ou escassez e à abundância ou escassez do dinheiro pelo qual elas se trocam. Sabemos que, em geral, o preço dos comestíveis e das mercadorias aumentou, na Europa, depois que se trouxe das Índias Ocidentais uma grande quantidade de prata.

Não vejo porque acreditar que o preço das coisas no mercado deva ser proporcional à sua quantidade e a quantidade de dinheiro que circula, no momento, no local, porquanto os gêneros e mercadorias transportados para serem vendidos alhures não influem no preço das que ficam. Por exemplo, se num burgo há duas vezes mais trigo do que o necessário para o seu consumo, comparando-se a quantidade de trigo com a de dinheiro, ver-se-á que, proporcionalmente, há mais trigo do que dinheiro destinado a comprá-lo. E, no entanto, o preço de mercado manter-se-á o mesmo ainda que só houvesse metade deste trigo, já que a outra metade pode – e deve – ser mandada para a cidade, onde os gastos com transporte se acrescentarão aos preços da cidade que, até por isso mesmo, são relativamente mais altos do que os do burgo. Com exceção do caso em que se tem a expectativa de vender em outro mercado, penso que a observação de Locke é justa. Justa, porém, apenas no sentido que tratarei no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

DOS PREÇOS DE MERCADO

Suponhamos, de um lado, os açougueiros e, de outro, os compradores. O preço da carne se determinará depois de algumas alterações, e uma libra de boi equivalerá a pouco mais ou menos a uma moeda de prata, da mesma maneira que toda a carne que está em exposição no mercado para ser vendida, equivale a todo o dinheiro que se trouxe para comprar a carne.

Esta proporção se regula pela alteração. O açougueiro sustenta seu preço, baseado no número de compradores que vê. Os compradores, por seu lado, oferecem menos na medida em que acham que o açougueiro terá poucos fregueses. Quando o preço é estabelecido por alguns, os demais, em geral, o seguem. Enquanto os primeiros se especializam em valorizar suas mercadorias, os segundos se dedicam a depreciá-las. Embora este método de fixar o preço das coisas no mercado não tenha nenhum fundamento justo ou geométrico, visto que ele fica na dependência da solicitude ou das concessões mútuas de um pequeno número de compradores e vendedores, nada indica que houvesse outra maneira de chegar a este preço. Consta que a quantidade de víveres e mercadorias postas à venda, proporcional à demanda ou à quantidade de compradores, é a base sobre a qual se fixa ou sobre a qual se crê que se fixa, os atuais preços de mercado e que estes preços, em geral, não se afastam muito do seu valor intrínseco.

Outra suposição. Vários mordomos receberam ordem para comprar ervilhas frescas logo no início da estação. Um senhor ordenou a compra de dez quartilhos por 60 libras; outro, dez quartilhos por 50 libras; um terceiro, dez por 40 libras e um quarto senhor, dez por 30 libras. A fim de que estas ordens pudessem ser executadas, era necessário haver no mercado 40 quartilhos de ervilhas frescas. Suponhamos, no entanto, que não houvesse mais do que vinte. Os vendedores, vendo tantos compradores, manteriam seus preços e os compradores chegariam até ao preço que lhes foi prescrito. De modo que aqueles que oferecessem 60 libras por dez quartilhos seriam os primeiros a ser atendidos. Vendo, depois, que ninguém estava disposto a ir além das cinquenta libras, os vendedores deixarão os dez quartilhos restantes por este preço. Mesmo assim, aqueles que não tivessem ordens para comprar a ervilha por mais de 40 e de 30 libras, teriam que voltar sem ela.

Se ao invés de quarenta quartilhos houvesse quatrocentos, não apenas estes mordomos teriam pago pelas ervilhas quantias bem abaixo das que lhes haviam sido prescritas, como os vendedores, para poder contar com a preferência do pequeno número de compradores, reduziriam os preços da ervilha quase ao seu valor intrínseco e, neste

caso, até os mordomos que não tivessem recebido ordens para adquiri-las, as comprariam.

Pode ocorrer que os vendedores, teimando em sustentar seus preços no mercado, deixem passar a oportunidade de vender bem seus gêneros e mercadorias e acabem perdendo. Pode, também, ocorrer que sustentando estes preços eles consigam vendê-los com vantagem em outro dia.

Os mercados distantes acabam por influenciar os preços do mercado local. Assim, se o trigo estiver excessivamente caro na França, ele sofrerá uma alta também na Inglaterra e demais países vizinhos.

CAPÍTULO III

DA CIRCULAÇÃO DO DINHEIRO

É pensamento comum na Inglaterra que um arrendatário deve contar com três rendas. A primeira, a renda principal e verdadeira, que ele paga ao proprietário e que se supõe equivaler a um terço do produto total. Uma segunda renda, com que ele mantém a si e aos homens e cavalos que utiliza para cultivar a terra arrendada e, finalmente, uma terceira renda que lhe cabe por tornar lucrativo seu empreendimento.

Pensa-se, em geral, o mesmo nos demais países da Europa. De todo modo, em alguns lugares, como no Ducado de Milão, por exemplo, o arrendatário entrega ao proprietário da terra metade, e não um terço do produto. Muitos proprietários, em todos os países, procuram arrendar suas terras o mais caro possível, mas quando este preço ultrapassa um terço do produto, os arrendatários tornam-se, em geral, muito pobres. Duvido que o proprietário chinês retire de seu arrendatário mais de três quartos do produto da sua terra.

Entretanto, desde que um arrendatário tenha fundos para dirigir sua empresa, o proprietário estará melhor e mais seguro tendo-lhe arrendado a terra por um terço do produto, do que se a arrendasse por um valor mais alto a um arrendatário indigente que o faz correr o risco

de perder toda sua renda. Quanto maior for a terra arrendada mais folgado viverá o arrendatário. É o que ocorre na Inglaterra, onde os arrendatários vivem muito melhor do que nos outros países em que são muito pequenas as terras arrendadas.

Suponho, portanto, nesta pesquisa acerca da circulação do dinheiro, que os arrendatários contam com três rendas e que, inclusive, eles despendem a terceira renda para viver com mais conforto, ao invés de economizá-la. Isto é o que ocorre com a maioria dos arrendatários de todos os países.

Todos os víveres do país saem — direta ou indiretamente — das mãos dos arrendatários, como delas saem todas as matérias primas com que se fazem as mercadorias. É a terra que produz todas as coisas, exceto os peixes, muito embora os pescadores tenham que se manter com produtos da terra.

É preciso, portanto, considerar as três rendas do arrendatário como a fonte principal, ou, por assim dizer, o primeiro móvel da circulação. A primeira renda tem que ser paga ao proprietário em dinheiro vivo. Quanto à segunda e à terceira rendas só se precisa de dinheiro vivo para comprar ferro, estanho, cobre, sal, açúcar, tecidos, enfim todas as mercadorias da cidade que se consome no campo. De todo modo isto não ultrapassa nunca a sexta parte do total, ou das três rendas. No que diz respeito à alimentação e às bebidas dos habitantes do campo, não é preciso necessariamente possuir dinheiro vivo para obtê-las.

O arrendatário pode fabricar sua cerveja ou preparar seu vinho sem despendar dinheiro vivo. Pode fazer seu pão e matar os animais que se come no campo, bois, carneiros, porcos, etc. Pode pagar o serviço, não só o dos trabalhadores braçais, mas também o dos artífices do campo com trigo, carne e bebida. Para fazê-lo ele toma os preços que seus gêneros alcançariam no mercado mais próximo e avalia o trabalho pelo preço corrente na região.

As coisas necessárias à vida são a alimentação, o vestuário e a habitação. Como acabamos de explicar, dinheiro não é necessário para que, no campo, se obtenha a alimentação. Também não é necessário para que se obtenha o vestuário, quando se tecem tecidos grosseiros,

nem para a habitação, quando se erguem casas, como freqüentemente ocorre no campo. O trabalho que executa tais obras pode ser pago por meio da troca, sem que seja necessário avaliá-lo em dinheiro vivo.

Portanto, dinheiro vivo no campo só é indispensável mesmo para pagar a renda principal ao proprietário e para aquelas mercadorias que têm necessariamente de ser compradas na cidade, como facas, tesouras, alfinetes, agulhas, tecidos de lã para alguns arrendatários ou uma e outra pessoa mais abastada, utensílios de cozinha, louça, etc.

Já observei que, de acordo com as estimativas, metade dos habitantes de um país vive nas cidades e, portanto, mais da metade dos produtos da terra são consumidos nas cidades. Por conseguinte, se requer dinheiro vivo não apenas para pagar a renda do proprietário – que corresponde a um terço do produto – mas, também, para comprar as mercadorias da cidade que se consome no campo e que correspondem – pouco mais ou menos – à sexta parte do produto da terra. Ora, um terço mais um sexto perfazem a metade do produto. Por conseguinte, o dinheiro vivo que circula no campo tem que ser igual, pelo menos, à metade do produto da terra, de modo que a outra metade, ou um pouco menos, possa ser consumida no próprio campo, independentemente de dinheiro.

A circulação deste dinheiro se faz porque os proprietários despendem, no varejo, nas cidades, as rendas que os arrendatários lhes haviam pago, no atacado. Os diversos empresários das cidades, açougueiros, padeiros, cervejeiros, etc., reúnem, pouco a pouco, este dinheiro despendido no varejo para, por sua vez, comprar, dos arrendatários, no atacado, bois, trigo, cevada, etc.

Desta maneira, todas as grandes somas de dinheiro se partilham em pequenas parcelas e, todas as pequenas somas são novamente reunidas para cobrir o pagamento de grandes quantias pagas – direta ou indiretamente – aos arrendatários e este dinheiro serve sempre como garantia tanto para transações no atacado quanto no varejo.

Quando afirmei que a circulação no campo requeria, necessariamente, uma quantidade de dinheiro pelo menos igual, em valor, à metade do produto das terras, supus a menor quantia possível. Para que a

circulação no campo se faça com facilidade, suporei que o dinheiro vivo que comanda a circulação das três rendas é igual, em valor, a duas destas rendas, ou igual ao produto de dois terços da terra. Veremos, a seguir, que, em muitas circunstâncias, esta suposição não está longe da verdade.

Suponhamos, agora, que o dinheiro responsável por toda a circulação de um pequeno país é igual a dez mil onças de prata e que todos os pagamentos que se fazem com este dinheiro – tanto do campo para a cidade, quanto desta para o campo – são anuais. Suponhamos, ainda, que estas dez mil onças de prata são iguais, em valor, a duas rendas dos arrendatários ou igual a dois terços do produto da terra. As rendas dos proprietários corresponderão a cinco mil onças de prata, e toda a circulação de dinheiro que restar entre a gente do campo e a da cidade e que se fará por meio de pagamentos anuais, corresponderá, também, a cinco mil onças.

Mas se os proprietários de terra entram em acordo com os seus arrendatários para que estes lhes paguem por semestre e não mais anualmente, e se por causa disto os devedores das duas últimas rendas passarem, também, a pagar suas contas a cada seis meses, esta mudança nos prazos de pagamento provocará uma alteração no ritmo da circulação. Enquanto antes a circulação requeria dez mil onças de prata para realizar os pagamentos uma vez por ano, agora bastam cinco mil porque estas cinco mil onças pagas em duas vezes terão o mesmo efeito de dez mil onças pagas de uma só vez.

Se os proprietários estipularem com os arrendatários para que estes lhes paguem a renda a cada quatro meses, ou se eles se dispuserem a receber dos seus arrendatários as rendas à medida em que as quatro estações do ano permitirem a venda dos seus respectivos gêneros e, se todos os outros pagamentos passarem a ser feitos a cada quatro meses, neste caso, a circulação do dinheiro não requererá mais as dez mil onças de prata anuais porquanto lhe bastarão duas mil e quinhentas onças.

Conseqüentemente, supondo-se que neste pequeno país todos os pagamentos se façam a cada quatro meses, o valor do dinheiro necessário para a circulação é proporcional ao produto anual das terras, isto

é, às três rendas, como 2.500 libras está para 15 mil libras, ou como 1 está para 6, de tal modo que o dinheiro corresponderá à sexta parte do produto anual das terras.

Considerando-se, porém, que cada setor da circulação, nas cidades, é conduzido por diferentes empresários, que o consumo de alimentos se faz mediante pagamentos diários, semanais ou mensais; que o consumo do vestiário – ainda que todas as famílias o façam semestral ou anualmente – cada família, separadamente, o faz em tempos distintos uma das outras; que a circulação do setor de bebidas, que, em grande parte, se faz diariamente, como é diária a circulação no setor da cerveja barata, do carvão e de mil outros ramos cujo consumo é imediato, pareceria que a proporção que supuséramos de pagamentos a cada 4 meses seria muito exagerada e que se poderia levar a cabo a circulação de um produto da terra de 15 mil onças de prata com muito menos do que 2 mil e 500 onças de dinheiro vivo.

Entretanto, visto que os arrendatários têm que pagar vultosas quantias aos proprietários, pelo menos a cada quatro meses, e que os direitos que o Príncipe ou o Estado percebem pelo consumo são acumulados pelos Recebedores que, por sua vez, pagam aos Recebedores Gerais, visto tudo isto, é imprescindível que haja uma quantidade suficiente de dinheiro vivo em circulação para que estes grandes pagamentos possam fazer-se com facilidade e sem conturbar a circulação corrente da alimentação e vestuário dos habitantes.

Percebe-se, pelo que acabei de dizer, que a quantidade de dinheiro vivo necessário à circulação não é algo incompreensível e que esta quantidade pode ser maior ou menor no país, dependendo da marcha dos negócios e da rapidez com que se efetuam os pagamentos. De todo modo, é muito difícil precisar com rigor esta quantidade em geral, pois, como vimos, ela pode ter diferentes proporções em diferentes países. Não é, portanto, senão como conjectura que digo que, em geral, “o dinheiro vivo, necessário à realização da circulação e da troca num país, é aproximadamente igual, em valor, a uma terça parte das rendas anuais dos proprietários de terra.”

Esta proporção não sofrerá grandes alterações se o dinheiro existente no país for escasso ou abundante. Nos países em que o dinheiro

é abundante os arrendamentos são altos e, menores, onde o dinheiro é mais escasso, regra esta que se revelará sempre verdadeira. Contudo, nos países em que o dinheiro é mais raro, a troca simples, direta, é muito mais freqüente do que naqueles em que a quantidade de dinheiro é maior. Por conseguinte, a circulação neles é considerada mais célere e mais desimpedida do que nos países em que o dinheiro é mais abundante. Assim, para avaliar a quantidade de dinheiro que circula é preciso, sempre, considerar a velocidade da sua circulação.

Supondo-se que o dinheiro que circula é igual à terça parte de todas as rendas dos proprietários de terra e que estas rendas são iguais à terça parte do produto anual destas mesmas terras, conclui-se que “o dinheiro que circula num país é igual, em valor, à nona parte de todo o produto anual das terras.”

Petty, num manuscrito de 1685, supõe que o dinheiro em circulação equivale, em valor, a um décimo do produto das terras, mas não diz por quê. Acredito que tenha chegado a este pensamento baseado na sua experiência e na prática que tinha, tanto do dinheiro que circulava na Irlanda, cujas terras ele havia em grande parte percorrido, quanto dos gêneros agrícolas, que ele era capaz de avaliar com um simples olhar. Não discordo inteiramente dele, mas acho melhor comparar a quantidade de dinheiro em circulação com as rendas dos proprietários, rendas estas pagas geralmente em dinheiro, e cujo valor pode ser mais facilmente conhecido se se toma por base uma taxa igual sobre as terras. Isto, a meu ver, é melhor do que comparar a quantidade de dinheiro com os gêneros e produtos agrícolas, cujos preços variam diariamente e, inclusive, uma boa parte é consumida sem passar pelo mercado. Darei, no capítulo seguinte, inúmeras razões e exemplos para fortalecer minha suposição, que reputo útil, ainda que ela não fosse fisicamente verdadeira em nenhum país. Basta que esteja próxima da verdade e que impeça os dirigentes de um país de formarem idéias extravagantes acerca da quantidade de dinheiro em circulação. Não há matéria do conhecimento mais sujeita à ilusão do que os cálculos, sobretudo quando estes ficam entregues à imaginação. Ao contrário, quando fundados no rigor dos fatos, não há conhecimento mais facilmente demonstrável.

Há cidades e países que não têm nenhum campo que lhes seja próprio, mas que, no entanto, subsistem trocando seu trabalho ou manufaturas pelo produto de terras alheias. É o que ocorre com Hamburgo, Dantzig, muitas outras cidades imperiais e, inclusive, com uma parte da Holanda. Nestes Estados parece mais difícil fazer uma avaliação da circulação. Mas, se se pudesse fazer esta avaliação levando em conta os campos de outros países que lhes fornecem a subsistência, ver-se-ia que, provavelmente, o cálculo não diferiria daquele que fiz para os Estados que sobrevivem sobretudo de seus fundos e que constituem o objeto deste *Ensaio*.

No que se refere ao dinheiro vivo necessário para manter o comércio com o exterior, parece não ser imprescindível haver mais do que o que circula no próprio país, desde que a balança de comércio com o exterior seja equivalente, isto é, desde que os gêneros e as mercadorias que se exporta equivalham-se em valor às que se recebe.

Se a França envia tecidos para a Holanda e, em troca, recebe especiarias no mesmo valor, o proprietário que consome estas especiarias paga seu valor ao merceiro, o qual, por sua vez, paga o mesmo valor ao fabricante de tecidos, a quem é devido, na Holanda, valor igual ao dos tecidos que ele para lá enviou. Isto se faz por meio de letras de câmbio, cuja natureza explicarei a seguir. Estes dois pagamentos em dinheiro fazem-se na França fora da renda do proprietário e para a sua efetivação nenhum dinheiro sai da França.

Todas as outras ordens que consomem as especiarias da Holanda pagam-nas também ao merceiro; isto é, aquelas que vivem com a primeira renda, ou seja, a renda do proprietário, pagam-nas com o dinheiro da primeira renda e aquelas que vivem com as duas últimas rendas, seja no campo ou na cidade, pagam ao merceiro direta ou indiretamente, com o dinheiro que movimentam a circulação das duas últimas rendas.

O merceiro, por sua vez, paga este dinheiro ao fabricante com suas letras de câmbio sobre a Holanda. Não é preciso aumentar a quantidade de dinheiro para a circulação em função do comércio exterior quando a balança comercial está equilibrada. Mas, se a balança

não estiver equilibrada, ou seja, se se vende na Holanda mais mercadorias do que se compra ou, se se importa mais mercadorias do que se exporta, será necessário dinheiro para cobrir o que excede, independentemente de ser a Holanda que envia dinheiro para a França ou a França para a Holanda. Com o que aumentará ou diminuirá a quantidade de dinheiro sonante que circula na França.

Pode, inclusive, ocorrer que embora a balança comercial com o exterior esteja equilibrada, este mesmo comércio com o exterior retarde a circulação de dinheiro vivo e, por conseguinte, seja necessário uma quantidade maior de dinheiro para poder movimentá-lo.

Por exemplo, se as senhoras francesas, que usam tecidos franceses, quisessem usar também veludos da Holanda, os quais serão compensados com os tecidos exportados para a Holanda, elas pagarão por este veludo aos comerciantes que o importam e estes comerciantes, por sua vez, pagarão por ele aos manufatureiros. Isto faz com que o dinheiro passe por muito mais mãos do que se estas senhoras o levassem diretamente aos manufatureiros, contentando-se apenas com os tecidos da França.

A partir do momento em que o mesmo dinheiro começa a passar pelas mãos de muitos empresários, diminui a velocidade da circulação. Mas é muito difícil fazer uma estimativa correta das forças que retardam a circulação, dado o fato de que elas dependem de inúmeras circunstâncias. No nosso exemplo, se estas senhoras pagassem hoje mesmo o veludo ao mercador e se amanhã o mercador pagasse este veludo ao manufatureiro com a sua letra de câmbio sacada sobre a Holanda; e se este manufatureiro o pagar amanhã ao comerciante de lã e este, no dia seguinte, ao arrendatário, pode ocorrer que o arrendatário o guarde no cofre por mais de dois meses até completar o quarto da renda que ele tem que pagar ao proprietário. Portanto, este dinheiro poderia, na verdade, ter circulado durante dois meses entre as mãos de centenas de empresários sem retardar substancialmente a circulação necessária à nação.

De qualquer modo, a renda principal do proprietário, no que diz respeito à circulação do dinheiro, deve ser considerada como a parte

mais necessária e mais importante. Se o proprietário vive na cidade e o arrendatário vende, nesta mesma cidade, todos os seus víveres e compra todas as mercadorias necessárias ao consumo no campo, o dinheiro pode ficar permanentemente na cidade. O arrendatário venderá na cidade os gêneros que excederem a metade do produto do seu arrendamento e pagará ao proprietário – ainda na cidade – o dinheiro equivalente a um terço do produto. O restante ele pagará aos comerciantes ou empresários pelas mercadorias que serão consumidas no campo. Como, mesmo neste caso, tendo em vista que o arrendatário vende seus gêneros no atacado, e que estas grandes partidas serão depois vendidas no varejo, e o dinheiro, que para tanto se dividiu, será novamente reunido para servir aos grandes pagamentos dos arrendatários, a circulação produz o mesmo efeito (sem considerar a velocidade) que se o arrendatário levasse o dinheiro de seus víveres vendidos para o campo, devolvendo-o, depois, à cidade.

A circulação consiste sempre em que as grandes somas que o arrendatário obtém pela venda dos seus gêneros no atacado sejam distribuídas no varejo e novamente reunidas para cobrir os grandes pagamentos. Quer este dinheiro permaneça todo na cidade, quer dela saia uma parte, ele é responsável pela circulação na cidade e no campo. Toda a circulação faz-se entre os habitantes do país e todos estes habitantes são alimentados e mantidos com os produtos da terra.

É verdade que a lã, por exemplo, depois que é tirada do campo e transformada em tecido, na cidade, vale quatro vezes mais do que antes. Mas este aumento de valor – que é o preço do trabalho dos operários e dos manufatureiros da cidade – volta a permutar-se por produtos agrícolas que permitem manter estes operários.

CAPÍTULO IV

OUTRA REFLEXÃO SOBRE A RAPIDEZ OU LENTIDÃO
DA CIRCULAÇÃO DO DINHEIRO, NA TROCA

Suponhamos que o arrendatário pagasse, trimestralmente, 1.300 onças de prata ao proprietário. Suponhamos, ainda, que este último gaste, no varejo, todas as semanas, 100 onças pagando ao padeiro, ao açougueiro, etc., e que estes empresários, façam estas 100 onças retornar, todas as semanas, para o arrendatário, de tal modo que ele reúna, semanalmente, tanto dinheiro quanto o proprietário despende. Segundo esta suposição, não haverá mais que 100 onças de prata em perpétua circulação, enquanto as outras 1.200 onças permanecerão guardadas, parte nas mãos do proprietário e parte nas mãos do arrendatário.

No entanto, é muito raro que os proprietários despendam suas rendas com tamanha regularidade e constância. Em Londres, tão logo um proprietário recebe sua renda, ele deposita a maior parte dela nas mãos de um ourives ou de um banqueiro que a emprestam a juros e, por conseguinte, esta parte circula. Ou, então, este proprietário pode gastar uma boa parte dela na compra de inúmeras coisas destinadas ao lar. Pode até ser que ele tenha que contrair empréstimos antes de receber o segundo trimestre. Assim, o dinheiro do primeiro trimestre circulará de mil maneiras antes que o arrendatário possa reunir todo este dinheiro novamente e, com ele, pagar o segundo trimestre ao proprietário.

Chegado o momento de pagar o segundo trimestre, o arrendatário venderá seus gêneros no atacado. Para poderem comprar-lhe bois, trigo, feno, etc., os comerciantes varejistas terão que ter em mãos o dinheiro equivalente, o qual foi retirado do comércio a varejo. Desta maneira, o dinheiro do primeiro trimestre terá circulado nos canais do comércio a varejo durante aproximadamente três meses antes de se concentrar nas mãos dos varejistas que o entregarão aos arrendatários que, com ele, pagarão o segundo trimestre da renda. Isto dará a im-

pressão de que uma quantidade menor de dinheiro do que a que supus bastaria para dar conta da circulação de um país.

As trocas que se fazem diretamente não requerem dinheiro vivo. Se um cervejeiro fornece a um fabricante de tecidos a cerveja que ele e sua família consomem e, se este fabricante de tecidos, por sua vez, fornece ao cervejeiro os tecidos que ele necessita, tudo isto ao preço corrente no mercado no dia combinado para a entrega, ambos só precisarão de dinheiro vivo se for necessário acertar alguma diferença entre o que um entregou ao outro. Caso contrário, os dois comerciantes não terão a menor necessidade de dinheiro.

Se um comerciante, num determinado burgo, manda gêneros agrícolas para que um correspondente os venda na cidade, e, se este, por sua vez, reenvia ao primeiro mercadorias da cidade que o campo consome, ainda que o intercâmbio entre os dois comerciantes se prolongue por todo o ano, se a confiança mútua os faz avaliar os gêneros e as mercadorias segundo os preços dos respectivos mercados, eles não precisarão de dinheiro vivo para dar prosseguimento ao seu comércio, senão o montante necessário para saldar a diferença, se houver, ao final do ano, ou, então, transferir o saldo restante para o ano seguinte sem que, com isso, haja desembolso de qualquer dinheiro efetivo. Todos os empresários de uma cidade e que têm, continuamente, negócios uns com os outros, podem praticar este método. Tais trocas parecem economizar muito dinheiro vivo na circulação ou, pelo menos, acelerar o seu movimento, ao dispensar inúmeras mãos pelas quais o dinheiro teria necessariamente que passar se não fosse esta confiança e esta maneira de trocar. Não é, pois, sem razão que se diz comumente que a confiança no comércio torna o dinheiro menos raro.

Os ourives e os bancos públicos, cujas letra passam, nos pagamentos, por dinheiro vivo, também contribuem para a aceleração da circulação que seria retardada se fosse necessário dinheiro efetivo para realizar todos os pagamentos que se fazem com estas letras. Ainda que estes ourives e banqueiros tenham sempre em caixa uma boa parte do dinheiro efetivo que recebem quando emitem suas letras, eles também não deixam de pôr em circulação uma quantidade considerável de di-

nheiro efetivo, o que explicarei adiante, quando tratar dos bancos públicos.

Todas estas reflexões parecem provar que se poderia levar a efeito a circulação num país com muito menos dinheiro efetivo do que aquele que, para tanto, supus necessário. No entanto, as observações que se seguem parecem contrabalançar estas reflexões e contribuir para retardar o ritmo desta mesma circulação.⁶

Observaria, inicialmente, que todos os mantimentos são produzidos no campo com um trabalho que pode ser comandado, em termos absolutos, por pouco ou até nenhum dinheiro efetivo, como já mencionei inúmeras vezes. No entanto, todas as mercadorias produzidas nas cidades ou nos burgos o são por operários aos quais é preciso pagar com dinheiro efetivo. Se uma casa custou cem mil onças de prata para ser construída, toda esta soma, ou pelo menos a maior parte dela, teve que ser despendida, todas as semanas, pouco a pouco, para pagar – direta ou indiretamente – ao oleiro, aos pedreiros, marceneiros, etc.

As despesas das famílias humildes, que numa cidade constituem sempre a maioria, se fazem, todas, com dinheiro vivo. Neste comércio pequeno não há lugar para o crédito, letras de câmbio, nem para compensações. Os comerciantes ou empresários que trabalham a varejo exigem dinheiro vivo em troca das coisas que fornecem. Se chegam a vender fiado a algumas famílias por alguns dias ou meses é preciso depois pagar-lhes com dinheiro efetivo. Um seleiro que vende uma carruagem por 400 onças e recebe letras em pagamento, precisará converter estas letras em dinheiro efetivo para pagar todos os materiais e operários que trabalharam na confecção da referida carruagem, quer tenham trabalhado a crédito, quer recebendo antecipações, para poderem fazer uma nova carruagem. A venda da carruagem lhe proporcionará um lucro que ele despende na manutenção da sua família. Ele só poderia contentar-se com as letras no caso de possuir alguma poupança ou se applicasse o dinheiro a juros.

6 O sentido desta passagem nos é estranho, embora seja esta a idéia que está no original. [N. T.]

O consumo dos habitantes de um país reduz-se, em certo sentido, exclusivamente à sua alimentação. A habitação, o vestuário, o mobiliário, etc., correspondem à alimentação dos operários que os produziram. Nas cidades, a bebida e a alimentação são pagas necessariamente com dinheiro vivo. Nas famílias dos proprietários que vivem na cidade, a alimentação é comprada diária ou semanalmente e o vinho é pago semanalmente ou mensalmente. Nestas famílias, os chapéus, os calçados, etc., são pagos, em geral, com dinheiro vivo, cujo montante corresponde ao dinheiro pago aos operários que os produziram. Todas as somas que servem para fazer os grandes pagamentos são necessariamente divididas e distribuídas em pequenas parcelas para que correspondam à subsistência dos operários, dos criados, etc. Por sua vez, estas pequenas somas são novamente reunidas e concentradas nas mãos dos pequenos empresários e dos varejistas ocupados com a subsistência dos habitantes, que delas necessitam para pagar aos arrendatários os gêneros alimentícios comprados no atacado. Um taberneiro que vende cerveja, reúne, moeda a moeda, as somas que terá que pagar ao seu fornecedor e este se serve delas para comprar, no campo, todos os cereais e matérias primas necessárias à fabricação da cerveja. Seria impossível imaginar que aquilo que se compra com dinheiro, como móveis, mercadorias, etc., pudesse não corresponder ao valor da subsistência daqueles que as produziram.

A circulação, nas cidades, é levada a cabo por empresários e corresponde sempre, direta ou indiretamente, à subsistência dos criados, dos operários, etc. Não é concebível que ela possa realizar-se no pequeno varejo sem dinheiro efetivo. As letras de câmbio podem até substituí-lo, por algum tempo, quando se trata de quantias grandes. Mas quando, mais cedo ou mais tarde, torna-se necessário dividir as grandes somas entre as pequenas trocas – o que inevitavelmente ocorre no fluxo da circulação de uma cidade – as letras de câmbio não servem mais e é preciso ter dinheiro efetivo.

Dado estes pressupostos, todas as ordens de um país que têm reservas economizam e deixam pequenas somas de dinheiro vivo fora da circulação, até que possam contar com o bastante para emprestá-lo a juros ou com lucro.

Inúmeras pessoas – avarentas ou medrosas – enterram ou entesouram dinheiro efetivo por períodos consideráveis.

Inúmeros proprietários, empresários, etc., sempre guardam algum dinheiro vivo, nos bolsos ou nos cofres, para os imprevistos e para não serem pegos desprevenidos. Se um senhor declara que durante um ano ele nunca teve menos de vinte luíses no bolso, nós podemos dizer que este bolso teve vinte luíses fora de circulação durante um ano. Ninguém gosta de gastar até o último centavo, pois ninguém gosta de ficar completamente sem dinheiro, e, até para pagar uma dívida, em geral, prefere-se, primeiro, receber mais dinheiro do que gastar todo o que se tem.

Os bens dos menores e dos litigantes freqüentemente é depositado em dinheiro vivo e mantido fora da circulação.

Além dos grandes pagamentos que passam pelas mãos dos arrendatários durante os quatro trimestres do ano, fazem-se muitos outros, de empresário a empresário, nos mesmos trimestres ou em outros períodos, e de empresários a emprestadores de dinheiro. Todas estas somas, que são uma concentração de dinheiro miúdo, voltam a dispersar-se e, cedo ou tarde, retornam ao arrendatário. Mas elas parecem demandar uma quantidade maior de dinheiro vivo para a circulação do que se estes grandes pagamentos fossem feitos em períodos distintos daqueles em que os arrendatários recebem o pagamento pelos seus gêneros.

De resto, existe uma variedade tão grande de ordens de habitantes num país e na circulação de dinheiro efetivo que lhes corresponde, que parece impossível, a quem quer que seja, estatuir precisamente qual é a proporção exata de dinheiro que é necessária para a circulação. Eu não dei tantos exemplos, nem fiz todas estas observações, senão para demonstrar que não me afastei muito da verdade quando supus “que o dinheiro vivo necessário à circulação no país corresponde, mais ou menos, a um terço do valor de todas as rendas anuais dos proprietários de terra.”

Quando os proprietários têm uma renda que corresponde à metade do produto, ou a mais de um terço dele, requer-se mais dinheiro

vivo para a circulação, mantidas todas as demais condições. Quando existe uma grande confiança nos bancos e nos intercâmbios, uma quantidade menor de dinheiro poderá bastar, ainda que o ritmo da circulação possa ser acelerado de algum modo. Mas mostrarei a seguir que os bancos públicos não trazem tanta vantagem quanto se crê comumente.

CAPÍTULO V

SOBRE A DESIGUALDADE DA CIRCULAÇÃO DE DINHEIRO VIVO NUM PAÍS

A cidade fornece sempre ao campo inúmeras mercadorias e os proprietários de terra que residem nas cidades devem receber sempre, aproximadamente, um terço do produto de suas terras. Deste modo, o campo deve à cidade mais da metade do produto das terras. Esta dívida se elevaria para além da metade se todos os proprietários residissem na cidade, mas como muitos dentre os menos abastados permanecem no campo, suponho que a dívida, que continuamente o campo contrai com a cidade, é igual à metade do produto das terras. Suponho, ainda, que esta dívida se paga, na cidade, com a metade dos gêneros do campo que para ela são transportados e cujo preço de venda é empregado para pagá-la.

O campo tem uma dívida permanente com a Capital, tanto pelas rendas devidas aos proprietários mais importantes que nela residem, quanto pelos impostos devidos ao Estado, ou à Coroa, cuja maior parte é consumida na Capital. Todas as cidades provinciais têm, também, uma dívida permanente com a Capital, seja para com o Estado, sobre as casas ou sobre o consumo, seja pelas diferentes mercadorias que elas compram na Capital. Ocorre, também, que muitos particulares e proprietários que vivem nas cidades provinciais vão passar algum tempo na Capital, ou por prazer ou para acompanhar o julgamento de algum processo em última instância, ou, ainda, porque enviam seus filhos para a Capital para dar-lhes uma educação condizente com a moda. Por conseguinte, todas essas despesas que se fazem na Capital saem das cidades provinciais.

Pode-se, portanto, dizer que o campo e as cidades de um país têm, constante e anualmente, uma dívida com a Capital. Ora, como tudo isto é pago em dinheiro, é claro que as províncias devem sempre grandes somas à Capital. Os gêneros e mercadorias que as províncias enviam à Capital são vendidos por dinheiro e com este dinheiro paga-se a dívida ou o saldo em questão.

Suponhamos, agora, que a circulação de dinheiro é igual nas províncias e na Capital, tanto no que diz respeito à quantidade de dinheiro quanto no que se refere à velocidade de sua circulação. O saldo será inicialmente enviado à Capital em espécie, o que diminuirá a quantidade de dinheiro nas províncias e a fará aumentar na Capital. Por conseguinte, os gêneros e mercadorias ficarão mais caros na Capital do que nas províncias, em função da maior abundância de dinheiro na Capital. A diferença de preços na Capital e nas províncias deverá cobrir os custos e os riscos do transporte, caso contrário se continuará a transportar as espécies para a Capital para cobrir essa diferença até que os preços na Capital e nas províncias atinjam o nível dos custos e dos riscos do transporte. Só então, os mercadores ou empresários dos burgos comprarão a baixos preços os gêneros nas aldeias e os enviarão para a Capital para vendê-los por um preço mais alto. Esta diferença de preços terá, necessariamente, que cobrir a manutenção dos cavalos e dos condutores, além de garantir o lucro dos empresários. Sem isto, a empresa não poderia continuar.

Disto resulta que, proporcionalmente aos custos e riscos do transporte, os preços dos gêneros de igual qualidade serão sempre mais elevados nas propriedades que estão mais próximas da Capital do que naquelas que estão mais distantes. Os terrenos adjacentes aos mares e rios que se comunicam com a Capital, obterão melhor preço pelos seus produtos do que aqueles que estão distantes (mantendo-se igual tudo o mais), porque os custos de transporte por água são menores do que aqueles que se fazem por terra. Por outro lado, os gêneros e as pequenas mercadorias que não podem ser consumidos na Capital, seja porque não são apropriados, seja porque não podem ser transportados, ou devido ao seu volume, ou porque se estragariam no caminho,

serão infinitamente mais baratos no campo e nas províncias distantes do que na Capital, devido à menor quantidade de dinheiro em circulação nas províncias distantes.

É assim que os ovos frescos, a caça miúda, a manteiga fresca, a lenha, etc., serão em geral muito mais baratos nas províncias de Poitou do que em Paris, enquanto que o trigo, os bois e os cavalos serão mais caros em Paris devido à diferença dos custos e riscos do transporte e dos direitos de entrada na cidade.

Seria fácil fazer uma infinidade de observações da mesma natureza para justificar, pela experiência, a necessidade de uma circulação do dinheiro desigual nas diferentes províncias de um grande Estado ou Reino e demonstrar que esta desigualdade é sempre relativa ao saldo ou dívida que cabe à Capital.

Se supomos que o saldo que cabe à Capital chega a um quarto do produto das terras de todas as províncias do país, então, o melhor emprego que se pode dar a elas seria utilizar as terras vizinhas à Capital para a produção de gêneros que não podem ser trazidos das províncias distantes sem enormes despesas e depreciação. De fato, é o que ocorre na prática.

Os preços de mercado na Capital servem de referência para os arrendatários usarem as terras para produzir este ou aquele produto e, em geral, eles empregam as mais próximas na produção de hortaliças e campinas, quando elas a isto se prestam.

Nas províncias distantes – na medida do possível – deverão ser estabelecidas as manufaturas de tecido, de linho, renda, etc., e nas vizinhanças das minas de carvão ou das florestas que, devido à sua distância, não podem ser utilizadas, as manufaturas de utensílios de ferro, estanho, cobre, etc. Deste modo se poderia enviar as mercadorias já prontas à Capital com muito menos gastos de transporte do que se se enviasse tanto as matérias primas para confeccioná-las na própria Capital quanto a subsistência dos operários que as confeccionariam. Isto permitiria poupar uma infinidade de cavalos e de carroceiros que poderiam ser melhor empregados para o bem do Estado: as terras serviriam para manter no local os artesãos e operários úteis, e para

reduzir o número de cavalos que só servem para o transporte. Deste modo, as terras distantes dariam rendas mais consideráveis aos proprietários e a desigualdade da circulação que existe entre as províncias e a Capital seria menor.

Entretanto, para instalar estas manufaturas é preciso não só muito estímulo e muitos recursos, mas, também, os meios de assegurar o consumo regular e constante, tanto na própria Capital quanto em alguns países estrangeiros. O lucro que se obtém neste comércio pode servir à Capital para pagar as mercadorias que importa desses países ou para as remessas de dinheiro *in natura*.

Quando tais manufaturas são implantadas, não se alcança logo a perfeição. Se alguma outra província já as possui – ou porque são mais belas, ou porque são mais baratas, ou pela proximidade com a Capital, pela comodidade de existir um mar ou um rio que as ligue com a Capital, facilitando, assim, enormemente, o transporte – claro que estas manufaturas recém implantadas não obterão sucesso. É preciso, pois, avaliar todas estas circunstâncias quando se trata da instalação de uma manufatura. Não me propus – neste *Ensaio* – a tratar detalhadamente da questão. Limitei-me a sugerir que se deveria, na medida do possível, fundar manufaturas nas províncias distantes da Capital para torná-las mais importantes e para criar uma circulação de dinheiro semelhante a da Capital.

Quando uma província distante não conta com manufaturas e só produz gêneros comuns sem ter nenhuma comunicação por água com a Capital ou com o mar, é surpreendente como o dinheiro nesta província é raro quando comparado ao que circula na Capital, e quão pequenas são as rendas que mesmo os melhores terrenos dão ao Príncipe e aos proprietários que vivem na Capital.

Os vinhos da Provença e do Languedoc, enviados pelo Estreito de Gibraltar para o Norte, numa navegação longa e penosa, depois de haver passado pelas mãos de inúmeros intermediários, rendem bem pouco aos proprietários que residem em Paris.

No entanto, malgrado todas as desvantagens do transporte e da distância, as províncias distantes têm de enviar seus gêneros, necessa-

riamente, quer para a Capital, quer para qualquer outro lugar, quer no próprio país, quer para países estrangeiros, de modo que a sua venda lhes permita pagar a dívida que têm com a Capital. Tais gêneros poderiam ser em boa parte consumidos nas próprias províncias, se nelas houvesse manufaturas que permitissem pagar esta dívida e, neste caso, o número de seus habitantes seria bem maior.

Quando a província só pode pagá-la com os seus gêneros, os quais rendem tão pouco na Capital devido aos gastos decorrentes da distância, é visível que o proprietário, que reside na Capital, entrega o produto de muitas terras, na sua província, para receber, em troca, bem pouco na Capital. Isto decorre do montante desigual de dinheiro e esta desigualdade decorre da dívida constante que a província tem com a Capital.

Atualmente, se um determinado país ou Reino, que abastece com produtos de suas manufaturas todos os países estrangeiros, faz de tal modo este comércio que obtém, todos os anos, um saldo constante de dinheiro, a circulação de dinheiro nele se tornará mais considerável do que nos países estrangeiros, o dinheiro será mais abundante e, por conseguinte, a terra e o trabalho terão, progressivamente, um preço mais alto. Isto fará com que em todos os ramos do comércio o país em questão troque, com o exterior, uma quantidade menor de terra e de trabalho por uma maior, mantidas as mesmas circunstâncias.

Se algum estrangeiro residir nesse país, ele estará mais ou menos nas mesmas condições de um proprietário que vive em Paris e tem suas terras em províncias distantes.

A França, desde a implantação, em 1646, das manufaturas de tecidos e outras que a elas se seguiram, parecia realizar, pelo menos em parte, o comércio nas condições que acabo de descrever. Com a decadência da França, a Inglaterra tomou a dianteira e a partir de então os países eram mais ou menos florescentes dependendo das manufaturas que tivessem. A desigualdade da circulação do dinheiro nos diferentes países representa, comparativamente, a desigualdade de poderes, mantidas iguais as demais condições, e esta desigualdade na circulação corresponde sempre ao saldo da balança comercial.

É fácil verificar, pelo que ficou dito neste capítulo, que estipular os impostos com base no dízimo real, como fez Vauban, não seria nem vantajoso, nem exequível. Seria mais justo se se cobrasse o imposto sobre as terras, em dinheiro, proporcionalmente às rendas dos proprietários. Todavia, não devo afastar-me do meu assunto para demonstrar os inconvenientes e a inexecutabilidade do plano de Vauban.

CAPÍTULO VI

DO AUMENTO E DIMINUIÇÃO DA QUANTIDADE DE DINHEIRO VIVO NUM PAÍS

Quando se descobre minas de ouro e prata num país e delas se extrai quantidades consideráveis destes minérios, o proprietário destas minas, os empresários e todos aqueles que nelas trabalham, aumentarão suas despesas proporcionalmente às riquezas e lucros que obtiverem. Além do mais, emprestarão, a juros, o dinheiro que ultrapassar aquilo de que necessitam para suas despesas.

Todo este dinheiro – tanto o que foi emprestado quanto o que foi despendido – entrará na circulação e fará com que se eleve o preço dos gêneros e das mercadorias em todos os canais de circulação onde ele penetrar. O aumento da quantidade de dinheiro desencadeará um aumento da despesa e este, por sua vez, acarretará a elevação dos preços de mercado nos anos de troca mais intensa e, gradativamente, nos anos de troca menos intensa.

Todo mundo concorda que a abundância de dinheiro, ou o aumento da sua quantidade nas trocas, provoca o encarecimento de todas as coisas. A quantidade de prata que se levou da América para a Europa nos últimos dois séculos, confirma esta verdade.

Locke enuncia como máxima fundamental que a proporção entre a quantidade de gêneros e de mercadorias e a quantidade de dinheiro serve de referência aos preços de mercado. Procurei esclarecer esta sua idéia nos capítulos precedentes. Ele se deu conta de que a abun-

dância de dinheiro encarecia todas as coisas, mas não procurou descobrir como isto se dava. A grande dificuldade em descobrir este processo reside em saber por que via e em que proporção o aumento da quantidade de dinheiro provoca a elevação dos preços das coisas.

Já observei que uma aceleração ou uma rapidez maior na circulação do dinheiro equivale – até certo ponto – a um aumento da quantidade do dinheiro efetivo. Observei, também, que o aumento ou a diminuição dos preços num mercado distante, seja no país ou no exterior, influi sobre os preços atuais do mercado. Por outro lado, o dinheiro circula no varejo por um número tão grande de canais que parece impossível não perdê-lo de vista, dado que, tendo sido reunido para constituir grandes somas, ele é distribuído em pequenos canais da troca, até que depois, pouco a pouco, ele volta a concentrar-se para poder fazer os grandes pagamentos. Para estas operações é preciso trocar constantemente as moedas de ouro, prata e cobre, segundo a rapidez com que as trocas se fazem. Ocorre, então, freqüentemente, que o aumento ou a diminuição da quantidade de dinheiro efetivo no país passe desapercibida, dado que ele escoia para o exterior ou se introduz no país por vias e em proporções tão imperceptíveis que é impossível saber ao certo qual a quantidade que entra no país e qual a que dele sai.

No entanto, todas estas operações se passam sob os nossos olhos e todo mundo toma parte nelas diretamente. Assim, creio poder arriscar algumas reflexões sobre a matéria, embora não possa dar conta dela de uma maneira exata e precisa.

Penso que um aumento da quantidade de dinheiro efetivo causa no país um aumento proporcional do consumo, o que leva, paulatinamente, ao aumento dos preços.

Se o aumento da quantidade do dinheiro efetivo procede das minas de ouro ou de prata existentes num país, o proprietário destas minas, os empresários, os fundidores, os refinadores e, em geral, todos os que nelas trabalham, aumentarão as suas despesas na proporção dos seus ganhos. Consumirão mais carne e mais vinho ou cerveja do que o faziam, passarão a vestir-se melhor, com um linho mais fino, a ter casas mais bonitas, além de outras comodidades mais requintadas. Por

consequente, eles darão mais emprego a inúmeros artesãos que, tendo muito mais serviço do que tinham anteriormente, aumentarão, pela mesma razão, também as suas despesas. Todo este aumento de despesas com carne, vinho, lã, etc., diminui necessariamente a parte dos outros habitantes do país que inicialmente não participam das riquezas das minas em questão. As alterações do mercado ou a demanda de carne, vinho, lã, etc., sendo maior do que comumente, farão com que os preços se elevem. Estes altos preços levarão os arrendatários a decidir-se a usar mais terras para produzi-los para o próximo ano. Estes mesmos arrendatários lucrarão com este aumento dos preços e aumentarão as despesas das suas famílias, tal como os demais. Portanto, quem sofrerá com este encarecimento e com este aumento do consumo, serão, primeiro, os proprietários de terra durante a vigência dos seus arrendamentos, depois, seus criados e todos os trabalhadores ou pessoas que sustentam família com ganhos fixos. Todos estes terão que reduzir suas despesas na proporção do novo consumo, o que obrigará a que um grande número deles seja forçado a deixar o país e ir tentar a sorte alhures. Os proprietários despedirão a muitos e ocorrerá que os outros pedirão um aumento de remuneração para poderem subsistir como de costume. Eis aí, mais ou menos, como um aumento considerável da quantidade de dinheiro devido às minas faz crescer o consumo e, ao fazer diminuir o número de habitantes do país, provoca um dispêndio maior entre os que ficam.

Se se continua a extrair prata das minas, o preço de todas as coisas, devido a esta abundância de prata, elevar-se-á a tal ponto que – ao expirar os contratos de arrendamento – os proprietários de terra, e não só eles, aumentarão consideravelmente suas rendas e voltarão a levar seu antigo padrão de vida. Desta forma, aumentarão, também, proporcionalmente, a remuneração daqueles que os servem. Os artesãos e os obreiros cobrarão tão caro pelos seus produtos que se tornará vantajoso ir comprá-los no exterior, onde custam mais barato. Isto levará, naturalmente, a que muitos, de fato, mandem buscar produtos manufaturados no exterior onde, como dissemos, eles são mais baratos. Esta importação arruinará insensivelmente os artesãos e manufatureiros do

país que, devido à carestia, não poderiam subsistir produzindo com preços tão baixos.

Quando a grande abundância de prata das minas tiver provocado uma redução do número de habitantes do país, e os que restarem estiverem já acostumados a uma grande despesa, quando esta grande quantidade de prata tiver levado os produtos da terra e do trabalho dos obreiros a preços excessivos, tiver arruinado as manufaturas do país devido ao consumo que das manufaturas do exterior fazem os proprietários de terra e os que trabalham nas minas, a prata produzida nestas minas irá necessariamente para o exterior em pagamento dos produtos importados. Isto empobrecerá imperceptivelmente este país e o tornará, de algum modo, dependente do país estrangeiro ao qual ele é obrigado a enviar anualmente a prata que extrai das minas. A grande circulação do dinheiro que, de início, era geral, cessa; a pobreza e a miséria aparecem e a exploração das minas parece fazer-se exclusivamente em benefício dos que nelas trabalham e dos estrangeiros que delas tiram proveito.

Foi mais ou menos isto que ocorreu com a Espanha depois da descoberta das Índias. Quanto aos portugueses, depois da descoberta das minas do Brasil, eles praticamente passaram a só usar produtos de manufaturas estrangeiras. Parece que eles só exploram suas minas para pagar e beneficiar estes mesmos estrangeiros. Todo ouro e prata que estes dois países extraem das minas não lhes alimenta a circulação do dinheiro, mas apenas a dos outros países, Inglaterra e França, sobretudo.

Entretanto, se o aumento da quantidade de dinheiro provém de uma balança comercial favorável com outros países, isto é, se se exporta produtos de mais valor e em maior quantidade do que se importa, recebendo por isso uma quantidade maior de dinheiro, este aumento anual de dinheiro enriquecerá a um grande número de comerciantes e empresários no país e dará emprego aos inúmeros artesãos e obreiros que produzem as mercadorias que são enviadas para o exterior em troca de dinheiro. Isto fará com que, paulatinamente, estes habitantes industriais aumentem o seu consumo e encarecerá o preço da terra e do trabalho. Mas as pessoas industriais interessadas em ajuntar ri-

queza não aumentarão suas despesas. Elas esperarão ter juntado uma boa soma, da qual possam obter um proveito certo, independentemente do seu comércio. Quando um grande número de habitantes tiver adquirido uma fortuna considerável, deste dinheiro que entra constante e anualmente no país, claro que eles não deixarão de aumentar seu consumo encarecendo, assim, todas as coisas. Ainda que esta carestia os leve a fazer uma despesa bem maior do que a que se haviam proposto, eles continuarão a mantê-la enquanto lhes restar capital, porquanto se nada é mais fácil nem mais agradável do que aumentar as despesas da família, nada é tão difícil quanto refreá-la.

Se o intercâmbio anual e constante tiver resultado num aumento considerável da quantidade de dinheiro num país, ele provocará o aumento do consumo, o encarecimento de todas as coisas e, inclusive, a redução do número de habitantes, a menos que só se importe do exterior a quantidade de produtos proporcional ao aumento do consumo. Em geral, nos países que adquiriram uma abundância significativa de dinheiro é comum importar muitas coisas dos países vizinhos, onde o dinheiro é raro, e onde, por conseguinte, tudo é muito barato. No entanto, como é preciso enviar dinheiro em troca dos produtos importados, o intercâmbio comercial tornar-se-á menor. Os baixos preços da terra e do trabalho nos países estrangeiros onde o dinheiro é raro, levarão, necessariamente, à criação de manufaturas semelhantes as que existem no país em questão, mas elas não serão nem tão perfeitas, nem tão estimadas.

Neste caso, o país pode subsistir com abundância de dinheiro, consumir todo o seu produto e, inclusive, muitos produtos de outros países e, ainda por cima, conservar um pequeno saldo comercial com o estrangeiro, ou, ao menos, manter, durante alguns anos, esta balança equilibrada. Isto significa obter, em troca de seus produtos e de suas manufaturas, tanto dinheiro destes países estrangeiros quanto ele é obrigado a enviar-lhes em troca dos gêneros ou produtos da terra que importa. Se este país é marítimo, a facilidade e os bons preços com que transporta seus produtos para os demais países, poderão ser de molde a compensar a carestia do trabalho que o dinheiro excessivo acarreta.

De modo que, os produtos deste país, por mais caros que sejam, freqüentemente se venderão em países distantes por um preço mais baixo do que os de um outro país em que o preço do trabalho é bem menor.

Os custos do transporte terrestre aumentam muito o preço das coisas que são levadas para países distantes, mas tais custos são módicos nos países marítimos, em que haja navegação regular para todos os portos estrangeiros, graças a qual existe sempre uma embarcação pronta para fazer vela e capaz de encarregar-se de todas as mercadorias que lhe são confiadas e por um preço razoável.

O mesmo não acontece nos países em que a navegação não é florescente, pois estes ficam obrigados a construir navios expressamente para o transporte destas mercadorias, o que freqüentemente consome todo o lucro. A navegação faz-se com grandes despesas, o que desencoraja inteiramente o comércio.

A Inglaterra consome atualmente não apenas a maior parte da sua escassa produção, mas muitos produtos de outros países, como sedas, vinhos, frutas, roupa branca em quantidade, etc., e exporta apenas o produto de suas minas e de suas manufaturas. Ainda que na Inglaterra o trabalho seja muito caro, devido à abundância de dinheiro, a superioridade de sua marinha permite-lhe vender seus produtos em países distantes por preços mais razoáveis do que a França, onde estes mesmos produtos são mais baratos.

O aumento da quantidade de dinheiro efetivo num país pode, ainda, ser ocasionado, independentemente da balança comercial, por subsídios pagos a este país por potências estrangeiras, pelas despesas de inúmeros embaixadores ou viajantes que, por razões políticas, por curiosidade ou por divertimento, podem hospedar-se no país por algum tempo, pela transferência dos bens e fortuna de algumas famílias que, por motivos de perseguição religiosa, ou por outras causas, deixam sua pátria para virem estabelecer-se neste país. Em todos estes casos, as somas de dinheiro que entram no país provocam, sempre, um aumento das despesas e do consumo e, por conseguinte, encarecem todas as coisas nos canais de troca em que o dinheiro entra.

Suponhamos que antes deste aumento da quantidade de dinheiro, um quarto dos habitantes do país consumisse diariamente carne, vinho, cerveja, etc. e que freqüentemente comprasse roupas, etc. Depois deste aumento, se um terço ou metade dos habitantes continuar consumindo estas mesmas coisas, o preço destes gêneros e destas mercadorias elevar-se-á e a carestia da carne fará com que muitos dos habitantes sejam compelidos a consumi-la em menor quantidade do que o faziam antes. Um homem que come três libras de carne por dia não deixará de subsistir com apenas duas libras, mas ele se ressentirá com esta restrição, enquanto que a outra metade da população, que não consumia quase nenhuma carne, se ressentirá menos. O pão aumentará de preço, mas, na verdade, o fará por etapas, à medida que aumentar o consumo, como já disse várias vezes. Proporcionalmente, porém, ele será mais barato do que a carne. O aumento do preço da carne causa uma diminuição no consumo por parte de um número pequeno de habitantes, o que o torna perceptível, mas o aumento do preço do pão diminui o consumo de todos os habitantes, o que faz com que seja menos notado. Se cem mil pessoas vêm viver num país que conta com dez milhões de habitantes, o aumento do consumo de pão não ultrapassará uma libra em cem, que terá que ser retirada dos antigos habitantes. Mas quando um homem, ao invés de cem libras de pão consome noventa e nove libras, ele mal percebe esta redução.

Quando o consumo de carne aumenta, os arrendatários aumentam a área de pastagem para aumentar a produção de carne, o que diminui a quantidade de terras aráveis e, por conseguinte, a quantidade de trigo. Mas o que, em geral, encarece relativamente mais a carne do que o pão é o fato de que, comumente, os países permitem a livre entrada de trigo de países estrangeiros, mas proíbem absolutamente a entrada de bois, como ocorre na Inglaterra, que cobra, assim como outros países, direitos de importação bem altos. Esta é a razão pela qual as rendas dos prados e dos campos de pastagem na Inglaterra, quando há abundância de dinheiro, têm um valor três vezes superior ao das terras de cultivo.

Não resta dúvida que os embaixadores, os viajantes e as famílias que vêm estabelecer-se no país fazem aumentar o consumo e que o

preço das coisas se eleva em todos os canais de troca em que o dinheiro é introduzido.

Quanto aos subsídios que se recebe das potências estrangeiras, estes ficam reservados para as necessidades do país ou são postos em circulação. Se forem reservados, ficam fora do meu assunto, pois só trato do dinheiro que circula. O dinheiro retirado da circulação, a baixela, a prata das Igrejas, etc., são riquezas de que, em casos extremos, o Estado pode até lançar mão, mas que não têm, no momento, nenhuma utilidade. Se o Estado lança na circulação os subsídios em questão – o que só pode fazer pelo consumo –, certamente fará aumentar o consumo e encarecerá os preços das coisas. Quem quer que receba este dinheiro voltará a imprimir-lhe movimento investindo-o naquela que é a questão principal da vida: a alimentação – a sua própria ou de outrem – dado que, em última instância, todas as coisas a ela se remetem.

CAPÍTULO VII

CONTINUAÇÃO DA MESMA QUESTÃO: DO AUMENTO E DA DIMINUIÇÃO DA QUANTIDADE DE DINHEIRO EFETIVO NUM PAÍS

Como o ouro, a prata e o cobre têm um valor intrínseco, proporcional à terra e ao trabalho que entram na sua produção, no local em que são extraídos das minas e proporcional também aos custos da sua importação ou introdução nos países que não têm minas, a quantidade de dinheiro, como a de todas as demais mercadorias, tem seu valor determinado nas alterações do mercado ao confrontar-se com todas as outras coisas.

Se a Inglaterra começa a usar ouro, prata e cobre nas trocas, o dinheiro será estimado, conforme sua quantidade na circulação, proporcionalmente ao valor que adquire ao se confrontar com todas as outras mercadorias e gêneros e nós chegaremos a estabelecer esta estimativa, grosseiramente, através das alterações do mercado. Com base

nestas estimativas, os proprietários de terra e os empresários fixarão os salários dos criados e dos operários que eles empregam, estabelecendo um tanto por dia ou por ano, de tal modo que os trabalhadores e suas famílias possam subsistir com o montante que recebem.

Suponhamos, agora, que, ao virem residir na Inglaterra, os embaixadores e os viajantes estrangeiros tenham introduzido na circulação tanto dinheiro quanto nela havia anteriormente. Este dinheiro passará, primeiro, pelas mãos dos inúmeros artesãos, criados, empresários, de todos os que tiverem se ocupado no trabalho necessário ao provimento das necessidades e divertimentos, etc., desses estrangeiros. Os manufatureiros, os arrendatários e os demais empresários se darão conta deste aumento da quantidade de dinheiro, que levará um grande número de pessoas a adquirir hábitos que representam uma despesa bem maior do que a que tinham anteriormente e, conseqüentemente, isto encarecerá o preço das coisas. Até as crianças, filhos destes empresários e destes artesãos, aumentarão suas despesas, pois seus pais, diante desta abundância, lhes darão algum trocado para comprar pastéis, tortinhas, etc. e esta nova quantidade de dinheiro se distribuirá de tal modo que inúmeras pessoas, que antes subsistiam sem lidar com nenhum dinheiro, passarão, agora, a usá-lo sempre. Muitas destas trocas, que antes se faziam diretamente, agora se farão com dinheiro e, por conseguinte, a circulação do dinheiro, na Inglaterra, será muito mais rápida do que era anteriormente.

A conclusão que tiro de tudo que foi dito é que a introdução do dobro da quantidade de dinheiro num país, não duplica sempre o preço dos gêneros e mercadorias. Um rio que corre e serpenteia, não correrá duas vezes mais rápido porque duplica a quantidade das suas águas.

A carestia, que o aumento da quantidade de dinheiro introduz no país, vai depender do ritmo que este dinheiro imprimirá ao consumo e à circulação. Por quaisquer mãos que passe o dinheiro que foi introduzido, naturalmente ele fará aumentar o consumo, mas este consumo será maior ou menor, conforme o caso. Certamente que ele recairá mais sobre algumas mercadorias ou gêneros do que sobre outros, segundo as características dos que detêm o dinheiro. Os preços de al-

guns gêneros subirão mais do que o de outros, por mais abundante que seja o dinheiro. Na Inglaterra, o preço da carne poderia triplicar, sem que o preço do trigo suba mais do que um quarto.

Na Inglaterra sempre se permitiu a entrada de trigo estrangeiro, mas nunca se autorizou a introdução da carne vinda de outros países. Daí decorre que por maior que possa vir a ser o aumento da quantidade de dinheiro efetivo na Inglaterra, o preço do trigo nunca fica mais alto do que nos países em que o dinheiro é raro, apesar dos custos e dos riscos que envolvem a introdução, na Inglaterra, do trigo desses mesmos países.

O mesmo não ocorre com o preço da carne, que será necessariamente proporcional à quantidade de dinheiro que oferecem por ela, proporcional, portanto, à quantidade de carne e ao número de bois que se cria.

Um boi que pesa 800 libras vende-se, hoje, na Polônia e na Hungria, por duas ou três onças de prata, enquanto que no mercado de Londres ele alcança comumente mais de 40 onças de prata. Neste mesmo tempo, não se consegue vender em Londres o sesteiro de trigo pelo dobro do preço pelo qual se vende na Polônia e na Hungria.

O aumento da quantidade de dinheiro não faz aumentar o preço dos gêneros e das mercadorias senão na medida em que se lhe acrescenta os custos do transporte, desde que este transporte seja permitido. Muitos são os casos em que o transporte custaria mais do que o valor da coisa, o que torna inútil a madeira em muitas regiões. É ainda por causa do transporte que nas províncias muito distantes da Capital, o leite, a manteiga fresca, as verduras, a caça, etc., não custam quase nada.

Concluo, pois, que o aumento da quantidade de dinheiro efetivo num país acarreta sempre um aumento no consumo e cria hábitos de gastos maiores. Mas o encarecimento que este dinheiro provoca não atinge igualmente todas as espécies de gêneros e mercadorias na mesma proporção da quantidade de dinheiro, a menos que o dinheiro introduzido não permaneça nos mesmos canais em que circulava o dinheiro primitivo. Ou seja, a menos que aqueles que ofereciam nos

mercados uma onça de prata não sejam os mesmos e os únicos que agora oferecem duas onças, depois que, na circulação, o dinheiro dobrou de peso, o que não ocorre mais. Creio que quando se introduz num país uma boa quantidade de dinheiro excedente, este novo dinheiro dá um impulso maior ao consumo e imprime, inclusive, mais velocidade à circulação, o que, entretanto, não pode ser rigorosamente mensurado.

CAPÍTULO VIII

OUTRA REFLEXÃO SOBRE O AUMENTO E A DIMINUIÇÃO DA QUANTIDADE DE DINHEIRO EFETIVO NUM PAÍS

Já vimos que é possível aumentar a quantidade de dinheiro efetivo num país por meio do trabalho nas minas que nele existam, com os recursos advindos das potências estrangeiras, com a transferência de famílias estrangeiras, com o estabelecimento de residência dos embaixadores e viajantes, e, principalmente, por meio de um intercâmbio comercial constante e anual que, ao fornecer produtos ao estrangeiro, converta, pelo menos uma parte do preço deles, em ouro e prata em espécie. É por esta última via que um país cresce mais solidamente, sobretudo quando este comércio é acompanhado e sustentado por uma marinha poderosa e por uma produção considerável no interior do país, capaz de fornecer as matérias primas necessárias à manufatura dos produtos que são exportados.

Entretanto, como o desenvolvimento deste comércio acarreta, pouco a pouco, uma grande abundância de dinheiro que, por sua vez, aumenta, pouco a pouco, o consumo, o qual, para ser suprido, requer que se importe muitos produtos do exterior que, para poderem ser comprados, consomem uma parte do saldo anual. Por outro lado, o aumento dos gastos faz encarecer o trabalho dos operários e, por conseguinte, o preço do produto das manufaturas. Ademais, alguns países estrangeiros passam a produzir, eles próprios, certas mercadorias, dei-

xando, por conseguinte, de comprá-las do país em questão. Conquanto no início estas novas manufaturas não sejam perfeitas, ainda assim elas retardam e, inclusive, impedem, que o país vizinho que produz mais barato lhes exporte os seus produtos.

Deste modo, o país começa a perder alguns ramos do seu comércio lucrativo e muitos dos seus trabalhadores e artesãos, ao verem o trabalho escassear, abandonam o país e emigram para buscar emprego no país que recém-inaugurou estas manufaturas. Malgrado esta diminuição do saldo comercial, nem por isso se renuncia ao hábito de importar muitos gêneros do exterior.

Como os produtos e manufaturas gozam de boa reputação e como a facilidade de navegação permite que eles sejam enviados para países distantes a baixos custos, o país terá, por um bom tempo, condições de vencer a concorrência sobre as novas manufaturas a que nos referimos, conservando, assim, um pequeno saldo comercial ou, pelo menos, uma balança equilibrada. No entanto, se qualquer outro país marítimo se dedicar a aperfeiçoar seus produtos e, ao mesmo tempo, melhorar sua navegação, ele suplantará, pelo bom preço das suas manufaturas, inúmeros ramos do comércio do país de que estávamos tratando. Por conseguinte, este país começará a perder a sua vantagem comercial e será obrigado a enviar todos os anos uma parte do seu dinheiro para o estrangeiro, como pagamento dos gêneros que importa.

Mesmo que este país pudesse conservar um saldo comercial no momento em que desfruta de uma grande abundância de dinheiro, é razoável supor que isto só poderia ocorrer se no país não houvesse uma gama muito grande de particulares opulentos habituados a viver no luxo.

Isto porque, eles comprariam quadros, pedras preciosas, sedas, inúmeras raridades e criariam no país um tal hábito de vida luxuosa que, malgrado as vantagens do seu comércio, o dinheiro acabaria se escoando anualmente para o exterior, em pagamento dos artigos de luxo. Com isto, o país se empobreceria e deixaria de constituir a grande potência que era.

Ainda que um país tenha alcançado seu mais alto grau de riqueza, e para mim a riqueza comparativa das nações consiste principalmente

nas respectivas quantidades de dinheiro que elas possuem, nada impede que no curso das coisas ele volte a cair na pobreza. A excessiva abundância de dinheiro que faz – enquanto perdura – a grandeza das nações, lança-as, insensível, mas naturalmente, na indigência. Parece até que, quando uma nação se expande por meio do comércio, e a abundância de dinheiro encarece excessivamente os preços da terra e do trabalho, o príncipe ou o legislador deveriam retirar parte do dinheiro e reservá-lo para os imprevistos, além de tentar tornar mais lenta sua circulação, por todos os meios, salvo os violentos, e os de má fé, a fim de tentar impedir um excessivo encarecimento dos seus produtos e para tentar impedir os inconvenientes do luxo.

Mas como não é fácil perceber a tempo o momento em que se deve intervir, assim como não é fácil saber quando o dinheiro se tornou mais abundante do que deveria sê-lo para o bem e a conservação das vantagens da nação, os Príncipes e os chefes das repúblicas, que nunca se perturbam com este tipo de conhecimentos, dedicam-se apenas a se servir da facilidade que encontram, em decorrência da abundância das rendas da nação, a estender seu poder e a insultar as outras Nações pelos pretextos mais frívolos. Bem vistas as coisas, eles não fazem talvez tão mal em trabalhar para perpetuar a glória de seus reinos e da sua administração, procurando deixar monumentos do seu poder e da sua opulência, pois, segundo a ordem natural das coisas, a nação deve declinar por si mesma e eles não fazem senão acelerar a sua queda. Parece, entretanto, que eles deveriam tentar fazer perdurar seu poder pelo menos enquanto durar a sua própria administração.

Não são precisos muitos anos para levar uma nação a seu grau máximo de abundância, assim como é suficiente um tempo menor ainda para levá-la à indigência por falta de comércio e manufaturas. Mesmo sem falar da ascensão e queda da república de Veneza, das cidades hanseáticas, de Flandres e Brabante, da república da Holanda, etc., que se sucederam à frente dos ramos lucrativos do comércio, podemos dizer que a França só começou a crescer depois de 1646, quando foram fundadas as manufaturas de tecidos, que até 1684 eram importa-

das do exterior. A expulsão dos inúmeros empresários e artesãos protestantes, a partir de então, leva o reino ao declínio.⁷

Não conheço regra melhor para avaliar a abundância e a escassez de dinheiro em circulação do que a dos arrendamentos e das rendas dos proprietários de terra. Quando se arrendam terras a altos preços é porque há abundância de dinheiro, mas quando se é obrigado a arrendá-las por preços bem baixos, isto demonstra – mantidas todas as demais condições – que o dinheiro é escasso. Li, num Relatório sobre a França, que um arpeno de vinhas que, em 1660, com o dinheiro abundante, era arrendado, em Mantes, bem longe, portanto, da Capital, por 200 libras tornesas, não se arrendava, em 1700, com o dinheiro escasso, senão por 100 libras tornesas, ainda que a prata que, neste período, foi trazida das Índias Ocidentais tenha, naturalmente, elevado o preço das terras, na Europa.

O autor do Relatório atribui esta diminuição da renda à falta de consumo. Parece que, de fato, ele havia observado que o consumo do vinho havia diminuído, mas a meu ver ele toma o efeito pela causa. A causa seria uma maior escassez de dinheiro na França, cujo efeito, naturalmente, seria uma diminuição do consumo. Para mim, ao contrário – e já o disse inúmeras vezes neste *Ensaio* – a abundância de dinheiro leva a um aumento do consumo e, sobretudo, contribui para valorizar as terras. Quando a abundância de dinheiro eleva os preços a um nível honesto, os habitantes esforçam-se para trabalhar para adquiri-los, mas não se empenham do mesmo modo para adquirir nenhum dos gêneros ou mercadorias que ultrapassem o estritamente necessário.

7 Cantillon se refere, aqui, à revogação do Édito de Nantes, em 1685. O Édito de Nantes (assinado em 1598) tinha criado condições relativamente pacíficas para que os protestantes, conhecidos na França como huguenotes, pudessem se aplicar com certa liberdade às atividades econômicas. A França conhece, nesse período, em função das liberdades religiosas, um florescimento político e econômico que resulta de modificações significativas em sua base social. Com a revogação do Édito, cerca de 200.000 protestantes deixaram a França e se dirigiram para aqueles países onde pudessem exercer com liberdade as suas atividades produtivas. [N. T.]

É notório que todo país que tem mais dinheiro em circulação do que seus vizinhos goza de uma vantagem sobre eles, enquanto conservar esta abundância de dinheiro.

Em primeiro lugar, porque este país dá, na troca, em todos os ramos do comércio, menos terra e trabalho do que recebe, pois, dado que o preço da terra e do trabalho são, em toda parte, estimados em dinheiro, este preço é mais alto no país em que o dinheiro é mais abundante. Assim, o país em questão, freqüentemente, recebe o produto de dois arpentos de terra em troca de apenas um, e o trabalho de dois homens em troca, também, apenas de um. Por isso, isto é, devido a esta abundância de dinheiro em circulação em Londres, é que o trabalho de um único bordador inglês custa mais do que o de dez chineses, muito embora os chineses bordem melhor e produzam mais durante a jornada. A Europa fica surpresa ao ver como os Indianos podem subsistir trabalhando por tão pouco e como podem custar tão barato os maravilhosos tecidos que eles nos enviam.

Em segundo lugar, as rendas da nação em que o dinheiro é abundante podem elevar-se mais facilmente e atingir, comparativamente, somas maiores, o que lhe dá meios, em caso de guerra ou de conflitos, de contar com todo tipo de vantagens sobre os países adversários, onde o dinheiro é mais escasso.

Se dois príncipes guerreiam pela soberania ou conquista de um país e um deles conta com muito dinheiro, enquanto o outro dispõe de pouco, muito embora possua domínios capazes de valer duas vezes mais do que todo o dinheiro de seu inimigo, o primeiro terá melhores condições de obter a adesão de generais e oficiais pela liberalidade com que dispõe do dinheiro, do que o segundo, mesmo que este dê aos seus o dobro do valor em terras e domínios. As cessões de terras estão sujeitas a contestações e a rescisões, e não se pode contar tanto com elas quanto com o dinheiro que se recebe. Com dinheiro pode-se comprar munições de guerra e de boca, inclusive dos próprios inimigos. Com dinheiro pode-se pagar serviços secretos e sem testemunhos, enquanto terra, gêneros, mercadorias e, inclusive, jóias e diamantes não servem para isto, dado que é muito fácil identificá-los. Em suma,

parece-me que o poder e a riqueza comparativa das nações resume-se – mantidas todas as demais condições – na maior ou menor abundância de dinheiro existente em circulação, *hic et nunc*.

Devo referir-me, ainda, a duas outras maneiras de aumentar a quantidade de dinheiro efetivo em circulação num país. A primeira é quando os empresários e os particulares pedem dinheiro emprestado de seus correspondentes estrangeiros, pagando-lhes juros, ou quando os particulares estrangeiros enviam seu dinheiro ao país para comprar ações ou fundos públicos. Isto reúne freqüentemente somas muito consideráveis pelas quais o país deve pagar anualmente juros a estes estrangeiros. Tais maneiras de aumentar o montante de dinheiro tornam, de fato, o dinheiro mais abundante e diminuem a taxa de juros. Por meio deste dinheiro, os empresários conseguem empréstimos mais facilmente, conseguem produzir mais e fundar manufaturas, na esperança de lucrar com elas; os artesãos e todos aqueles pelas mãos de quem este dinheiro circula passam a consumir mais do que o fariam se não tivessem sido empregados por meio deste dinheiro, o que faz subir o preço de todas as coisas, como se este dinheiro pertencesse ao Estado. Em meio ao aumento deste dispêndio ou do consumo que ele provoca, aumentam as rendas que o público recebe pelo consumo.

Estas somas que foram emprestadas ao Estado trazem, de certa maneira, vantagens presentes, mas a sua persistência é sempre onerosa e desvantajosa. Não só é preciso que o Estado pague juros anualmente, mas, ademais, ele estará à mercê dos estrangeiros que podem levá-lo à indigência, sempre que lhes der vontade de retirar-lhe os empréstimos feitos, o que farão precisamente nas ocasiões em que este dinheiro for mais indispensável, como nos momentos que antecedem os preparativos de guerra ou quando se teme algum contratempo.

O montante de juros que se paga aos estrangeiros é sempre maior do que o aumento da renda pública que este dinheiro proporciona. Vemos freqüentemente tais empréstimos em dinheiro passarem de um país a outro, segundo a confiança que se tem nos países aos quais se empresta. Mas, para dizer a verdade, ocorre, muito freqüentemente, que os países que receberam estes empréstimos e que durante muitos anos pagaram grandes somas em juros, acabam sem poder cobrir os

capitais e vão à bancarrota. À menor desconfiança os fundos ou ações públicas caem, os acionistas estrangeiros não as querem aceitar de volta com prejuízo e preferem receber seus juros enquanto aguardam que a confiança seja readquirida, o que nem sempre ocorre.

Nos países que entram em decadência, a principal tarefa dos ministros é reconquistar a confiança perdida e, assim, atrair dinheiro do estrangeiro para este tipo de empréstimos, pois, a menos que o ministério esteja agindo de má fé e não honre os seus compromissos, o dinheiro dos súditos continuará a circular sem interrupção. É o dinheiro dos estrangeiros que pode aumentar a quantidade de dinheiro efetivo num país.

Estes empréstimos que, como vimos, são vantajosos momentaneamente, levam, no entanto, a um mau resultado e não passam de fogo de palha. Para reerguer um país que entrou em decadência e que carece de dinheiro é preciso se empenhar, anual e constantemente, para obter um saldo favorável na balança comercial, usar a navegação para permitir o florescimento daqueles produtos e mercadorias que podem ser exportados a preços mais baixos. Os negociantes são os primeiros a fazer fortuna, os juristas se apropriarão, a seguir, de uma parte dela, o Príncipe e os cobradores de impostos poderão adquiri-la, às custas de uns e de outros, e distribuir as mercês segundo seus desejos. Quando o dinheiro tiver se tornado bastante abundante, virá o luxo e o país entrará novamente em decadência.

Este é, aproximadamente, o ciclo que percorrerá um país importante, que tenha fundos e habitantes industriais. Um ministro hábil tem sempre boas condições para fazê-lo recomeçar o ciclo, e não são necessários muitos anos para que se possa verificar as tentativas e o sucesso obtido, pelo menos no início, que é quando a experiência é mais interessante. O dinheiro efetivo aumenta por inúmeras vias, mas não posso, agora, tratar delas.

Quanto aos países que não contam com grandes fundos e que não podem engrandecer-se senão acidentalmente e segundo as circunstâncias do tempo, é difícil encontrar os meios para fazê-los florescer através do comércio. Não há ministro capaz de recolocar as repúblicas de

Veneza e Holanda na situação brilhante que um dia desfrutaram. Enquanto a Itália, Espanha, França e Inglaterra – qualquer que seja o estado de decadência em que se encontrem – são capazes – mediante uma boa administração – de serem conduzidas, através apenas do comércio, à condição de grande potência. Contanto, porém, que tal empreendimento se faça em separado, pois, se todos estes Estados fossem igualmente bem administrados, ao mesmo tempo, sua importância seria proporcional apenas a seus bens e à maior ou menor atividade de seus habitantes.

O último meio que posso imaginar para aumentar a quantidade de dinheiro efetivo na circulação de um país, é a via da violência e das armas, a qual, freqüentemente, está misturada com as demais, dado que todos os tratados de paz prevêem a manutenção dos direitos comerciais e das vantagens obtidas. Outro meio certo de um Estado atrair dinheiro é cobrar contribuições, ou tornar muitos outros Estados tributários seus. Não me deterei a investigar os meios para viabilizar esta via; observarei apenas que todas as nações que por ela floresceram entraram em decadência, da mesma maneira que os Estados que se desenvolveram pela via do comércio. Foi por esta via que os antigos Romanos se tornaram mais poderosos que todos os outros povos de que temos conhecimento. Entretanto, estes mesmos Romanos, que não perderam nem um centímetro de seu imenso território, entraram em decadência devido ao luxo e se empobreceram em função da diminuição da quantidade de dinheiro efetivo que circulava entre eles e que o luxo fez emigrar do grande Império para as nações orientais.

Enquanto o luxo entre os Romanos, que só começou depois da derrota de Antíoco, rei da Ásia, por volta do ano de 564 da era romana, se satisfazia com o produto e com o trabalho de todos os vastos Estados do seu domínio, a circulação do dinheiro não apenas não declinava como só fazia aumentar. O Estado era proprietário de todas as minas de ouro, prata e cobre que existiam no Império. Possuíam as minas de ouro da Ásia, da Macedônia, Aquiléia e as ricas minas de ouro e prata da Espanha e de muitas outras regiões. Suas inumeráveis casas da moeda cunhavam moedas de ouro, prata e cobre. O consumo

que faziam em Roma dos produtos e mercadorias vindas de todas as suas vastas províncias não fazia diminuir a circulação do dinheiro efetivo, do mesmo modo que o consumo de quadros, estátuas e jóias que delas traziam. Ainda que as despesas dos senhores com a mesa fossem excessivas, chegando a pagar quinze mil onças de prata por um único peixe, tudo isto não diminuía a quantidade de dinheiro que circulava em Roma, dado que os tributos pagos pelas províncias o renovavam constantemente, sem falar do dinheiro que pretores e governadores arrecadavam com as suas freqüentes extorsões. As somas que anualmente eram extraídas das minas não faziam senão aumentar a circulação do dinheiro durante todo o reinado de Augusto.

No entanto, o luxo já era muito grande e alimentava a avidez, não apenas por tudo aquilo que de exótico se produzia no Império, mas também pela jóias das Índias, a pimenta, as especiarias, por tudo que de raro vinha da Arábia e pelas sedas que não eram tecidas no Império. Apesar de tudo, a prata que se tirava das minas ultrapassava as somas enviadas ao exterior para comprar todas estas coisas. Com Tibério, no entanto, se começou a sentir que o dinheiro escasseava: este imperador retirou de circulação, durante a sua administração, dois bilhões e setecentos milhões de sestércios. Para restabelecer a abundância e a circulação bastou, porém, um empréstimo de 300 milhões de sestércios sobre as hipotecas das terras. Em menos de um ano, Calígula consumiu todo este tesouro de Tibério, após a sua morte. Foi nesta época que a abundância de dinheiro em circulação atingiu seu apogeu em Roma. O furor pelos artigos de luxo cresceu sem parar; na época de Plínio, o Historiador, saem do Império, anualmente, segundo seus cálculos, pelo menos cem milhões de sestércios, mas já não se tirava tanto das minas. Com Trajano, o preço das terras havia caído em mais de um terço, segundo relata Plínio, o Jovem. O dinheiro continua a diminuir até a época do Imperador Sétimo Severo, quando se tornou tão raro em Roma que este Imperador foi obrigado a criar imensos armazéns de trigo porque não podia acumular tesouros suficientemente significativos para seus empreendimentos. Deste modo, o Império Romano entrou em decadência pela perda do seu dinheiro, muito antes de

haver perdido qualquer dos seus territórios. Isto é o que o luxo causou e continuará a causar em todos os casos semelhantes.

CAPÍTULO IX

DOS JUROS DO DINHEIRO E DE SUAS CAUSAS

O preço das coisas é estabelecido nas altercações do mercado pela proporção entre a quantidade de coisas expostas para a venda e a quantidade de dinheiro que por elas se oferece, ou, o que é a mesma coisa, pela proporção numérica entre vendedores e compradores. Do mesmo modo, os juros do dinheiro se estabelecem pela proporção numérica entre os que pedem e os que oferecem empréstimos de dinheiro.

Ainda que o dinheiro possa servir de garantia na troca, nem por isto ele se multiplica ou produz qualquer juro apenas na circulação. Parece que foram as necessidades humanas que introduziram o uso dos juros. Um homem que empresta o seu dinheiro tendo por base uma boa caução ou sobre hipotecas de terras, corre o risco de enfrentar a inimizade daquele a quem emprestou, o risco dos custos de uma ação, dos processos e das perdas, mas quando ele empresta o seu dinheiro sem estar fundado em nada seguro, ele corre o risco de tudo perder. Em virtude destas razões, os homens necessitados devem, no começo, ter tentado seduzir os emprestadores de dinheiro com os atrativos de um bom lucro, e este lucro teria que ser proporcional às necessidades dos que pediam emprestado e ao temor e à avareza dos que lhes emprestavam o dinheiro. Esta — a meu ver — deve ter sido a origem dos empréstimos a juros, mas o seu uso constante parece tê-lo fundado sobre os lucros que os empresários podem obter.

A terra produz naturalmente, ajudada pelo trabalho humano, quatro, dez, vinte, cinquenta, cem, cento e cinquenta vezes a quantidade de trigo que se semeia, dependendo da qualidade do terreno e da industriiosidade dos habitantes. Ela multiplica frutos e animais. O ar-

rendatário, que dirige o trabalho, recebe, em geral, dois terços do produto, dos quais, com um terço ele paga os custos e a sua subsistência enquanto o outro terço constitui o lucro que lhe cabe pelo seu empreendimento.

Se o arrendatário possui recursos suficientes para conduzir seu empreendimento, se ele tem os utensílios e todos os instrumentos necessários, os cavalos para lavrar, os animais para valorizar a terra, etc., ele receberá, por isso, descontados todos os gastos, um terço do produto do seu arrendamento. Mas se um hábil lavrador, que vive do seu trabalho a jornal, e que não tem o menor recurso, conseguir encontrar quem queira emprestar-lhe um terreno ou o dinheiro para poder comprá-lo, ele terá que ceder a quem lhe fez o empréstimo um terço da renda, ou um terço do produto de um terreno do qual ele teria se tornado arrendatário ou empresário. De todo modo, ele acreditará estar melhor do que antes, dado que conseguirá sua subsistência na segunda venda, tornando-se dono, quando antes era servo. Se, mediante uma rigorosa economia, privando-se de certas coisas necessárias, conseguir juntar algo, a cada ano precisará de um empréstimo menor até lograr, posteriormente, se apropriar de toda a terceira renda.

Se este novo empresário encontra quem queira vender trigo ou animais à crédito, para receber a longo prazo, só quando ele já tiver conseguido dinheiro pela venda dos produtos da sua propriedade, ele estará disposto a pagar por eles um preço maior do que o de mercado, em que se paga à vista. Isto seria o mesmo que se ele pedisse um empréstimo de dinheiro vivo para comprar o trigo à vista, pagando de juros a diferença entre o preço à vista e o preço à prazo. Mas, de qualquer modo que seja o seu empréstimo, em dinheiro ou em mercadorias, é indispensável que ele se reserve aquilo de que necessita para manter-se e a sua empresa, caso contrário irá à bancarrota. Devido ao risco, os credores exigirão dele vinte a trinta por cento do lucro ou do juro sobre a quantidade de dinheiro ou sobre o valor dos gêneros ou mercadorias que lhe emprestaram.

Por outro lado, um mestre-chapeleiro, que tem recursos para manter sua manufatura de chapéus, incluindo-se nestes recursos o sufici-

ente para alugar uma casa, comprar castores, lã, tintura, etc., bem como para pagar, semanalmente, a subsistência dos seus operários, deve retirar do seu empreendimento não apenas a sua subsistência, mas, também, um lucro semelhante ao do arrendatário, a quem cabe toda a terça parte da renda. Sua subsistência, tal como seu lucro, deve ser obtida com a venda dos chapéus, cujo preço deve cobrir não só as matérias primas, mas também a subsistência do chapeleiro e dos seus operários, além do lucro em questão.

Entretanto, um companheiro-chapeleiro, competente, mas sem recursos, pode empresariar a mesma manufatura pedindo empréstimos de dinheiro e matérias primas e entregando o lucro a quem queira lhe emprestar o dinheiro ou confiar-lhe o castor, a lã, etc., pelos quais não pagará senão a longo prazo, depois de ter vendido os chapéus. Se ao expirar o prazo estabelecido para o pagamento, o credor reclamar seu capital, ou o mercador de lã e os demais credores não quiserem mais fiar-se nele, será preciso que ele desista do empreendimento ou, se preferir, declarar-se em bancarrota. No entanto, se ele é sábio e industrioso, poderá fazer ver a seus credores que possui – em dinheiro ou em chapéus – aproximadamente o valor do montante que tomou emprestado e muito provavelmente eles preferirão continuar a fiar-se nele e contentar-se, provisoriamente, com seus juros ou seu lucro. Deste modo, ele prosseguirá com o seu negócio e talvez consiga, paulatinamente, acumular um certo fundo, privando-se de certas necessidades. Com estes recursos, pedirá, a cada ano, empréstimos menores e quando tiver acumulado um fundo suficiente – proporcional sempre ao que deve – para pôr em funcionamento sua manufatura, poderá ficar com todo o lucro e se enriquecerá, se não aumentar as suas despesas.

É bom observar que a subsistência de um tal manufatureiro custa muito pouco quando comparada às somas que ele pediu emprestado ou às matérias primas que lhe foram confiadas. Por conseguinte, os credores não correm grande risco de perder seu capital, se ele for um homem honesto e industrioso. Mas, como é muito possível que ele não o seja, os credores lhe exigirão sempre um juro ou lucro de vinte à trinta por cento do valor do empréstimo e, ainda assim, só o concede-

rão àqueles que tiverem em muito boa conta. Podemos fazer as mesmas observações com relação a todos os mestres, artesãos, manufatureiros e outros empresários existentes no país e que comandam empresas cujos fundos excedem consideravelmente o valor de sua subsistência anual.

Se um carregador de água, em Paris, converte-se em empresário do seu próprio trabalho, os recursos de que necessita reduzem-se ao equivalente do preço de dois baldes, que podem ser comprados por uma onça de prata, pois tudo o mais que ele ganha é lucro. Se ele ganha com seu trabalho cinquenta onças de prata por ano, a soma de seu fundo ou empréstimo estará para seu lucro como um para cinquenta. Portanto, ele ganhará 5 000%, ao passo que o chapeleiro só ganhará 50% e ainda será obrigado a restituir ao credor 20 a 30%.

Entretanto, quem pode, preferirá emprestar mil onças de prata a um chapeleiro, a juros de 20%, do que 1.000 onças a mil carregadores de água, a juros de 500%. Os aguadeiros rapidamente gastarão com sua subsistência não só o dinheiro que ganharam com seu trabalho diário, mas também tudo o que lhes foi emprestado. O capital que lhe emprestam é pequeno, proporcionalmente ao montante de que necessitam para sua subsistência e, assim, quer estejam mais ou menos intensamente ocupados, eles podem facilmente consumir tudo que ganham. Deste modo, nunca se consegue determinar claramente quais são os ganhos destes micro-empresários, pois nós diríamos que o aguadeiro ganha cinco mil por cento do valor dos baldes que constituem o capital da sua empresa, ou até dez mil por cento, se por um trabalho pesado ele recebesse cem onças de prata por ano, mas dado que ele pode despender com a sua subsistência tanto as cem onças quanto as cinquenta, só quando se sabe o quanto ele separou para a sua subsistência é que se pode estabelecer claramente qual foi o seu lucro.

Para determinar o lucro de um empreendimento é preciso sempre abater o montante necessário à subsistência do empresário, que foi o que nós fizemos quando demos os exemplos do arrendatário e o do chapeleiro, mas que não conseguimos distinguir de modo nenhum no

caso dos microempresários. Estes, quando devem, quase sempre vão à bancarrota.

É muito comum os cervejeiros de Londres emprestarem alguns barris de cerveja aos taberneiros e, quando estes pagam os primeiros barris, continuam a lhes fornecer outros. Se o consumo de cerveja nestas tabernas cresce muito, os cervejeiros conseguem obter, às vezes, um lucro de 500% ao ano. Já ouvi dizer que os grandes cervejeiros enriquecem ainda que metade dos taberneiros lhes dê calote no decorrer do ano.

Todos os comerciantes têm por hábito emprestar mercadorias ou gêneros a prazo para os varejistas e calculam os juros destes empréstimos segundo o risco. Este risco é sempre muito grande devido à desproporção entre o valor da subsistência do devedor e o valor que lhe emprestam, pois se o varejista não receber rapidamente pelo que vendeu, ele se arruina e despende com sua própria subsistência tudo que pediu emprestado e, por conseguinte, vai à falência.

As revendedoras de peixe, que o compram em Billingsgate, em Londres, para revendê-lo em outros bairros da cidade, pagam, em geral, de juros semanais, mediante um contrato assinado por um escrivão competente, um xelim por guinéu, ou por vinte e um xelins, o que perfaz 260 % ao ano. As revendedoras do Halles, em Paris, cujas empresas são menores, pagam 5 vinténs semanalmente de juros por um escudo de três libras, o que representa 430% por ano. Apesar disto, é reduzido o número de empresários que enriquecem com juros tão altos.

Juros tão altos são não apenas tolerados, mas, freqüentemente, úteis e necessários. Os que compram peixe na rua pagam estes juros através do preço elevado que pagam pelo peixe, pois isto lhes é cômodo e eles não reclamam do prejuízo. Do mesmo modo que um artesão que toma um copo de cerveja e paga por ela um preço que permite ao cervejeiro obter um lucro de 500%, fica satisfeito com esta comodidade e não lamenta um prejuízo tão insignificante.

Os casuístas, que não são os mais indicados para tratar da natureza dos juros e das questões do comércio, criaram um termo, *damnum emergens*, por meio do qual pretenderam tornar toleráveis estes altos

juros. Assim, mais do que subverter o uso e a conveniência das sociedades, eles permitiram que aqueles que fazem empréstimos muito ariscados pudessem cobrar, proporcionalmente, altos juros e, ademais, que estes juros não tivessem limites estipulados, porquanto, na verdade, seria difícil estabelecê-los, porque o que determina a taxa de juros é o temor de quem empresta e a necessidade de quem solicita.

Quem negocia no mar é muito elogiado quando consegue obter, pelo seu empreendimento, um lucro de dez mil por cento; do mesmo modo, qualquer que seja o lucro que os atacadistas estipulem como justo quando vendem gêneros ou mercadorias a longo prazo para os pequenos varejistas, jamais ouvi dizer que os casuístas considerassem isto um crime. Eles parecem mais escrupulosos quando se trata de empréstimos de dinheiro bruto, embora, no fundo, seja a mesma coisa. Mas, inclusive para este tipo de empréstimos, os casuístas imaginaram uma expressão, *lucrum cessans*, capaz de torná-lo tolerável. No meu entender, isto quer dizer que um indivíduo que se habituou a valorizar o seu dinheiro 500% em seus negócios, pode estipular este lucro ao emprestá-lo para outro. Nada é mais divertido que a infinidade de leis e cânones que foram criados em todos os séculos para regular os juros do dinheiro, sempre feitos por sábios que ignoravam tudo sobre comércio e sempre inutilmente.

Vemos, por estes exemplos e observações, que uma nação possui inúmeros tipos e variedades de juros e lucros. Para as classes mais baixas os juros são, proporcionalmente, sempre maiores, porquanto o risco é, também, sempre maior. Os juros diminuem a cada classe até alcançar a mais alta, que é a dos negociantes ricos, que são considerados os que têm maior liquidez. Os juros estipulados para esta classe é o que se chama a taxa corrente de juros num país, que absolutamente não difere dos juros que são estipulados sobre a hipoteca das terras. Estima-se tanto a caução de um negociante sólido e que goza de liquidez – pelo menos por um prazo curto – quanto ações de uma propriedade, porque a possibilidade de um processo ou de uma contestação sobre esta última compensa a possibilidade da bancarrota do negociante.

Se numa nação não houvesse empresários capazes de fazer o dinheiro e as mercadorias que eles emprestam dar lucro, o hábito de cobrar juros não seria tão comum quanto é. Só as pessoas extravagantes e pródigas é que fariam empréstimos. Mas o hábito generalizado de se recorrer aos empresários demonstra que há uma procura permanente por empréstimos e, por conseguinte, cobrança de juros. São os empresários que cultivam as terras, que fornecem pão, carne, roupas, etc., a todos os habitantes de uma cidade. Invejando sua posição, os que trabalham para eles procuram, por sua vez, tornar-se, também, empresários. O número de empresários é ainda maior na China porque como eles têm espírito vivo e jeito para os negócios, além de constância para conduzi-los, existem entre eles empresários que entre nós não passariam de assalariados. Eles emprestariam até mesmo a entrega de refeições aos lavradores, no campo. Talvez seja esta multidão de microempresários, e tantos outros, em todas as classes, que, logrando os meios de ganhar muito com o consumo, sem que os consumidores o sintam, que sustenta o preço dos juros, na classe mais alta, em 30%, enquanto na Europa os juros nunca vão além de 5%. Em Atenas, à época de Sólon, os juros chegaram a 18%. Na República Romana freqüentemente ele ficou em 12%, embora tenha ido a 48%, a 20%, a 8%, a 6 % ou, ainda mais baixo, a 4%. De qualquer maneira, o juro nunca foi tão baixo quanto no fim da República, e no governo de Augusto, depois da conquista do Egito. Os imperadores Antonino e Alexandre Severo, só conseguiram reduzir os juros a 4% emprestando o dinheiro público sobre a hipoteca de terras.

CAPÍTULO X

CAUSAS DO AUMENTO E DA DIMINUIÇÃO
DOS JUROS DO DINHEIRO

É uma idéia comum e admitida por todos que escreveram sobre o comércio, que o aumento da quantidade de dinheiro efetivo num país leva à redução da taxa de juros, porque quando o dinheiro é abundante é mais fácil encontrar quem queira emprestá-lo. Esta idéia nem sempre é verdadeira ou justa. Basta lembrarmos que em 1720⁸ quase todo o dinheiro da Inglaterra foi levado para Londres e que, ainda por cima, o número de letras lançadas no mercado acelerou o movimento do dinheiro de uma maneira extraordinária. No entretanto, esta abundância de dinheiro e o crescimento da sua circulação, em vez de reduzir os juros correntes, que anteriormente eram de 5%, ou até menos, só fez aumentá-los, chegando estes a atingir 50 ou 60%. Se atentarmos para a exposição que fiz no capítulo anterior sobre os princípios e as causas dos juros, fica mais fácil entender a razão da elevação desta taxa. O fato é que com o sistema do Mar do Sul todo mundo havia se tornado empresário e queria dinheiro emprestado para comprar ações, acreditando que obteria lucros fantásticos que permitiriam pagar facilmente os altíssimos juros.

Se a abundância de dinheiro num país vem pelas mãos daqueles que o emprestam, ela levará, sem dúvida, à redução dos juros correntes, ao aumentar o número daqueles que oferecem tais empréstimos. No entanto, se esta abundância tem origem naquelas pessoas que o gastam, ocorrerá exatamente o oposto, pois ela fará com que os juros subam, ao aumentar o número daqueles empresários que terão que trabalhar em meio a este aumento da despesa e que terão que pedir empréstimos para poder equipar suas empresas arcando com as mais diferentes taxas de juros.

8 O ano de 1720 foi marcado por grandes especulações, na França, em torno do "sistema" de Law e, na Inglaterra, em torno da Companhia do Mar do Sul, que será referida a seguir.
[N. T.]

A abundância ou a escassez de dinheiro num país, sempre eleva ou reduz os preços de todas as coisas nas alterações da troca, sem que haja nenhuma relação necessária com a taxa de juros, que pode ser muito alta no país em que há abundância de dinheiro, ou muito baixa onde o dinheiro é raro; alta onde tudo é caro, e baixa onde tudo é muito barato; alta em Londres e baixa em Gênova.

O juros sobem ou caem todos os dias a partir de simples boatos, que fazem crescer ou diminuir a confiança dos credores, sem que o preço das coisas na troca chegue a se alterar por isto.

A causa mais comum de juros altos num país são os altos gastos dos senhores e proprietários de terra ou de outras pessoas ricas. Os empresários e os mestres artesãos abastecem as grandes casas, mas, para fazê-lo, quase sempre necessitam de empréstimos que os deixem em condições de realizar este fornecimento. Quando estes ricos senhores fazem empréstimos que lhes permitam consumir antecipadamente suas rendas contribuem ainda mais para fazer subir as taxas de juros.

No entanto, quando os senhores levam uma vida econômica, comprando à vista sempre que podem e mandando que seus empregados obtenham aquilo de que necessitam, sem que estas coisas tenham que ser intermediadas por muitos empresários, ocorre o inverso, pois o lucro e o número destes empresários diminui e, por conseguinte, reduz-se, também, o número dos credores e a taxa de juros, pois trabalhando com recursos próprios, estes empresários contentam-se com pequenos lucros e impedem a entrada daqueles que, sem contar com tais recursos, só poderiam tornar-se empresários mediante a obtenção de empréstimos. Esta é hoje a situação das Repúblicas de Gênova e da Holanda, em que os juros são, às vezes, de 2%, ou até menos nas classes mais altas, enquanto na Alemanha, Polônia, França, Espanha, Inglaterra e outros países, a prodigalidade nos gastos e consumo dos senhores e proprietários de terra, sobretudo aqueles que – com alto risco para os credores – importam tudo do exterior, sustenta os empresários e os mestres artesãos, que estão habituados aos altos lucros, que lhes permitem pagar juros elevados.

Quando o Príncipe ou o Estado faz grandes despesas, como quando estão em guerra, os juros elevam-se por duas razões: a primeira é porque isto multiplica o número de empresários voltados para os inumeráveis novos empreendimentos de fornecimento de provisões para a guerra, e, por consequência, os empréstimos. A segunda razão é porque a guerra implica sempre em maiores riscos.

Ao contrário, quando a guerra termina, os riscos diminuem, diminui o número de empresários, deixam de existir os empresários que faziam a guerra, diminuem suas despesas e passam a emprestar o dinheiro que ganharam. Nestas condições, se o Príncipe ou o Estado se propuserem a saldar uma parte das suas dívidas, isto reduzirá consideravelmente a taxa de juros, sobretudo se eles, de fato, estiverem em condições de quitar parte da dívida sem precisar recorrer a outros empréstimos porque estes reembolsos aumentam o número dos que emprestam a taxas mais altas de juros, o que, por sua vez, poderá influir sobre as demais taxas.

Quando a abundância de dinheiro num país decorre de uma balança comercial constante, este dinheiro passa primeiro pelas mãos dos empresários e, ainda que ele aumente o consumo, faz baixar a taxa de juros porque a maior parte dos empresários obtém fundos suficientes para conduzir seu comércio sem dinheiro, passando, inclusive, a emprestar as somas que ganharam e que ultrapassam o montante necessário à condução dos seus negócios. Nestas circunstâncias, mesmo que no país não haja um grande número de senhores ou gente rica capaz de fazer grandes despesas, a abundância de dinheiro não deixará de provocar a queda da taxa de juros, na mesma proporção que fará subir o preço dos gêneros e das mercadorias no processo de troca. É isto que freqüentemente ocorre nas repúblicas que não têm nem fundos nem terras consideráveis e que só se enriquecem com o comércio exterior. Mas nos países que têm muitos recursos e grandes proprietários de terra, o dinheiro adquirido no comércio com o exterior eleva a sua renda e lhes permite aumentar muito o consumo, o que sustenta inúmeros empresários e artesãos, além daqueles que mantêm o comércio com o exterior. Assim, malgrado a abundância de dinheiro, os juros são sempre muito altos.

Quando os senhores e os proprietários de terras se arruinam em decorrência da extravagância de seus gastos, os credores que detêm a hipoteca de suas terras podem chegar a se apropriar destas propriedades. Pode muito bem ocorrer que estes prestamistas sejam credores de muito mais dinheiro do que o que está em circulação, e, neste caso, podem ser considerados como subproprietários das terras e gêneros que, para sua própria segurança, exigiram fossem hipotecados. Sem tal cuidado, arriscavam-se a ir à bancarrota.

Do mesmo modo podemos considerar os proprietários de ações e fundos públicos como subproprietários das rendas do Estado, que são usadas para pagar seus próprios juros. Mas se por lei o Estado estiver obrigado a empregar suas rendas de outro modo, os acionistas ou proprietários de fundos públicos perderiam tudo, sem que o dinheiro em circulação no país diminuísse, por isso, nem um centavo.

Se o Príncipe ou os administradores do Estado quiserem regular, por lei, a taxa corrente de juros, é preciso que esta regulamentação se faça com base na taxa mais alta, estabelecida no mercado, ou por valor aproximado. De outro modo a lei será inútil porque as partes contratantes, que seguirão a regra das alterações ou a taxa corrente regulada pela proporção entre os que pedem e os que oferecem empréstimos, estabelecerão mercados clandestinos. A obrigação de cumprir a lei, portanto, servirá apenas para prejudicar o comércio e elevar os juros, ao invés de servir para fixá-los.

Os romanos, outrora, depois de muitas leis para restringir os juros, decretaram uma lei cujo objetivo era proibir inteiramente o empréstimo de dinheiro, a qual, entretanto, não teve mais sucesso do que as anteriores. A lei promulgada por Justiniano proibindo que as pessoas de qualidade cobrassem mais de 4% de juros, os de uma ordem inferior, 6%, e os comerciantes, 8%, era, ao mesmo tempo, ridícula e injusta, dado que não proibia lucros de cinquenta e, até, cem por cento, em outros empreendimentos.

Se é permitido e honesto que um proprietário de terra a arrende por um alto preço a um indigente com o risco de perder toda a renda de um ano, parece que também deveria ser permitido a um credor

emprestar o seu dinheiro a um necessitado, estipulando os juros que quisesse e que o outro se dispusesse a pagar, embora com o risco de perder não apenas seus juros, mas, inclusive, seu capital. É verdade que os empréstimos desta natureza fazem devedores mais desgraçados, pois tendo consumido os capitais e os juros eles ficam mais do que nunca impossibilitados de se reerguerem, enquanto que o arrendatário, pelo menos, não consumiu a terra. De todo modo, as leis que regulavam as falências eram muito favoráveis aos devedores, visando deixá-los em condições de se recuperar, quando, parece, as leis sobre os juros deveriam, sempre, acompanhar as taxas de mercado, como se faz na Holanda.

As taxas correntes de juros num país parecem servir de base e de regra para os preços de compra das terras. Se os juros correntes são de 5%, ou seja, corresponde ao preço de um denário por vinte, o preço das terras deveria ser o mesmo. Mas como a propriedade das terras dá um status e permite uma certa influência sobre o Estado, ocorre que quando os juros são de um denário por vinte, o preço das terras é um denário por vinte e quatro ou vinte e cinco, ainda que as hipotecas sobre estas terras nunca ultrapassem a taxa corrente de juros.

Finalmente, o preço das terras, como todos os demais preços, regula-se naturalmente pela proporção entre vendedores e compradores, etc. Dado que há muito mais compradores em Londres, por exemplo, do que nas províncias, e como estes compradores que residem na Capital preferirão comprar terra nas vizinhanças ao invés de comprá-las nas províncias distantes, ocorrerá que eles preferirão comprar terras vizinhas a um denário por trinta ou trinta e cinco e não comprá-las a vinte e cinco ou vinte e dois, nas regiões mais distantes. Certamente que há outras razões que influem nos preços das terras, as quais não é preciso nos referirmos aqui, porque não alteram os esclarecimentos que demos sobre a natureza dos juros.

TERCEIRA PARTE

CAPÍTULO I

DO COMÉRCIO EXTERIOR

Um país parece estar em vantagem quando troca uma pequena quantidade do produto da terra por quantidade maior no comércio com um país estrangeiro, e se o dinheiro que nele circula for mais abundante do que o que circula no referido país, ele sempre trocará uma pequena quantidade do produto da terra por outra maior.

Quando o país troca seu trabalho pelo produto da terra de um outro país, ele parece ter obtido vantagem neste comércio, dado que os seus habitantes são mantidos às custas deste último.

Quando um país troca o seu produto, juntamente com o seu trabalho, por um produto maior de um outro país, juntamente com um trabalho igual ou maior, ele ainda parece estar em vantagem neste comércio.

Se as senhoras de Paris consomem, num ano normal, rendas de Bruxelas no valor de cem mil onças de prata, o quarto de um arpeno de terra no Brabante, que produzirá cento e cinquenta libras de linho que serão depois transformados em rendas finas em Bruxelas corresponderá a esta soma. É necessário o trabalho de aproximadamente duas mil pessoas no Brabante, durante um ano, para atender todas as partes desta manufatura, desde a sementeira do linho até a máxima perfeição da renda. O comerciante de renda ou o seu empresário em Bruxelas fará o investimento; ele pagará direta ou indiretamente a todas as fiandeiras e às rendeiras, e, na medida do seu trabalho, a todos aqueles que confeccionam os instrumentos que elas usam. Todos aqueles que tomam parte no trabalho obterão sua subsistência, direta ou indiretamente, do arrendatário do Brabante, que paga em

parte a renda do seu proprietário. Se calcularmos em três arpentos de terra por cabeça o produto da terra necessário para a manutenção das duas mil pessoas que supusemos envolvidas nesta produção, bem como para a subsistência dos seus familiares, que em parte vivem dela, veremos que há seis mil arpentos de terra no Brabante empregados na subsistência daqueles que tomam parte na confecção das rendas, e tudo isto às expensas das senhoras parisienses que pagarão e usarão estas rendas.

As senhoras de Paris pagarão as cem mil onças de prata, cada qual segundo a quantidade de renda que comprar. Todo este dinheiro terá que ser enviado para Bruxelas, deduzidos apenas os gastos da remessa. É preciso que o empresário de Bruxelas possa obter, com este dinheiro, não apenas a remuneração de todos os seus adiantamentos, os juros do dinheiro que porventura tiver emprestado, mas, também, um lucro pelo seu empreendimento, para a manutenção de sua família. Se o preço que as senhoras pagarem pela renda não cobrir todos estes custos, além do lucro, em geral, não haverá estímulo para prosseguir com esta manufatura e os empresários deixarão de realizá-la ou, então, irão à bancarrota. No entretanto, dado que nós supusemos que a manufatura prossegue, é imprescindível que todas aquelas despesas estejam contidas nos preços que as senhoras de Paris pagam e que as cem mil onças de prata sejam enviadas a Bruxelas, a menos que os brabantinos tenham comprado algo na França e, com isto, se dê uma compensação.

Mas se os habitantes de Brabante gostam dos vinhos de Champagne, e consomem, num ano normal, o valor de cem mil onças de prata, o vinho poderá compensar as rendas e, no que se refere a este dois produtos, a balança comercial ficará equilibrada. A compensação e a circulação se farão por intermédio dos empresários e dos banqueiros que intervirão de um lado e de outro.

As senhoras de Paris darão cem mil onças de prata a quem lhes vender e entregar a renda. Este pagará as cem mil onças ao banqueiro, que lhe dará uma ou várias letras de câmbio sacadas sobre seu correspondente em Bruxelas. O banqueiro remeterá o dinheiro aos comer-

cientes de vinho de Champagne que têm cem mil onças de prata em Bruxelas e que lhe darão suas letras de câmbio, no mesmo valor, sacadas sobre ele por seu correspondente em Bruxelas. Assim, as cem mil onças que pagaram o vinho em Bruxelas, compensarão as cem mil onças pagas pela renda em Paris, com o quê, poupa-se o sacrifício de enviar o dinheiro recebido em Paris para Bruxelas e o esforço de transportar o dinheiro recebido em Bruxelas para Paris. Esta compensação é feita por intermédio das letras de câmbio, cuja natureza tentarei explicar no capítulo seguinte.

Vimos, entretanto, que as cem mil onças que as senhoras de Paris pagam pela renda vêm pelas mãos dos comerciantes que enviam o vinho de Champagne para Bruxelas; e que as cem mil onças que os consumidores do vinho de Champagne pagam por ele em Bruxelas terminam nas mãos dos empresários ou comerciantes de renda. Os empresários de um e outro lado distribuem este dinheiro àqueles que trabalham para eles, quer seja os do vinho, quer seja os da renda.

Fica claro com este exemplo que as damas de Paris sustentam e mantêm todos aqueles que trabalham na confecção de rendas no Brabante, fazendo, assim, circular o dinheiro. Fica igualmente claro que os consumidores do vinho de Champagne em Bruxelas sustentam e mantêm, em Champagne, não apenas os vinhateiros, mas todos aqueles que tomam parte na produção do vinho, os que fazem as carroças, os ferreiros, os carroceiros que cuidam do transporte, assim como os cavalos que eles usam, além de pagarem o valor do produto da terra destinada ao vinho, com o que provocam uma circulação do dinheiro em Champagne.

Entretanto, esta circulação ou este comércio em Champagne, que faz tanto estardalhaço, que sustenta o viticultor, o arrendatário, o segeiro, o ferreiro, o carroceiro, e que paga integralmente tanto a renda da terra dos proprietários de vinhas quanto a das terras dos proprietários de pastagens onde se criam os cavalos destinados a este transporte, este comércio, a crermos nos seus efeitos, é oneroso e desvantajoso para a França.

Se uma medida de vinho é vendida em Bruxelas por sessenta onças de prata, e se supomos que um arpeno produz quatro medidas de

vinho, é preciso mandar para Bruxelas o produto de quatro mil cento e sessenta e seis arpentos e meio de terra, para corresponder às cem mil onças de prata. É preciso, também, empregar aproximadamente dois mil arpentos de pastagens e de terras para obter o feno e a aveia consumidos pelos cavalos destinados ao transporte, além de não utilizá-los, durante todo o ano, em nenhum outro uso. Com isto, se subtrai à subsistência dos franceses aproximadamente seis mil arpentos de terra e aumenta-se a dos brabantinos com o que é produzido em mais de quatro mil arpentos, porquanto o vinho de Champanhe que eles bebem permite-lhes economizar mais de quatro mil arpentos nos quais teriam que produzir a cerveja para beber, caso não tivessem vinho. Entretanto, as rendas com que se paga tudo isto não custam aos brabantinos mais que um quarto de um arpenço de linho. Assim, com o produto de um arpenço, acrescido do trabalho necessário, os brabantinos pagam mais de seis mil arpentos aos franceses, despendendo menos trabalho. Deste modo, conseguem um aumento na subsistência e não dando em troca senão um objeto de luxo que não representa nenhuma vantagem real para a França, porque renda é algo que se usa e se destrói e depois disso não pode ser trocada por nada útil. Segundo a regra intrínseca dos valores, a terra que se usa, na Champanhe, para a produção de vinho, bem como a que mantém os vinhateiros, os tanoeiros, os segeiros, os ferradores, os carroceiros, os cavalos para o transporte, etc., deveria ser igual à terra que se emprega, em Brabante, para a produção do linho, e àquela que se requer para a manutenção das fiandeiras, das rendeiras e de todos aqueles que, de algum modo, tomam parte na fabricação de rendas.

Mas se o dinheiro é mais abundante na circulação em Brabante do que na Champanhe, a terra e o trabalho terão, no primeiro, um preço mais alto e, por conseguinte, na avaliação em dinheiro que se faz, de ambos os lados, os franceses continuarão perdendo consideravelmente.

Vemos, neste exemplo, um ramo do comércio que fortalece outro país, reduz o número de habitantes da nação e que, embora sem fazer sair nenhum dinheiro efetivo, ainda assim, a enfraquece. Escolhi este exemplo para melhor demonstrar como uma nação pode ser lesada por

outra por meio do comércio e, também, para ensinar a maneira de se conhecer as vantagens e desvantagens do comércio exterior.

Só examinando os efeitos de cada ramo do comércio em particular é que se pode regulamentar utilmente o comércio exterior, o que não se lograria se só conhecêssemos a questão através de reflexões gerais.

Veremos, sempre que examinarmos os casos particulares, que a exportação de produtos manufaturados é vantajosa para o país porque, neste caso, é o país estrangeiro que sempre paga e mantém os trabalhadores úteis ao Estado; porque é em dinheiro o que de melhor se recebe em troca ou pagamento ou, na falta dele, o produto das terras do país estrangeiro que requer uma menor quantidade de trabalho. Por comerciarem nestes moldes é que vemos como certos países, que quase não têm produtos agrícolas, são, no entanto, capazes de sustentar um número grande de habitantes às custas de outros países e, também, como certas grandes nações são capazes de manter seus habitantes com mais abundância do que outras.

Tendo em vista que as grandes nações não têm necessidade de aumentar o número de seus habitantes, basta que elas dêem condições de vida aos existentes, oferecendo-lhes, com seus produtos, mais conforto e fartura, de modo a torná-los mais fortes para cuidar da defesa e segurança da nação. Para lograr isto, é necessário que o país estimule o máximo possível a exportação de produtos manufaturados para receber, em troca, o máximo possível de ouro e prata em natura. Se, como resultado de colheitas abundantes, a nação dispuser de uma quantidade de produtos superior ao consumo regular e anual, seria vantajoso estimular a exportação com a finalidade de obter, em troca, o equivalente em ouro e prata. Estes metais não perecem nunca e não se consomem como os produtos da terra, além do que com ouro e prata é possível importar tudo que faltar no país.

Entretanto, não seria conveniente habituar o país a exportar anualmente grandes quantidades do seu produto agrícola em troca de manufaturas estrangeiras. Isto reduziria o número de habitantes e enfraqueceria inteiramente as forças do Estado.

De qualquer modo, não pretendo entrar em detalhes sobre que ramos do comércio deveriam ser estimulados para beneficiar a nação. Quero, apenas, observar que devemos, sempre, nos esforçar para atrair o máximo de dinheiro possível.

O aumento da quantidade de dinheiro em circulação no país lhe confere grandes vantagens no comércio com o exterior, enquanto persiste essa abundância de dinheiro. Por este meio, o país troca uma pequena quantidade de produtos e de trabalho por uma porção sempre maior. Aumenta os impostos com facilidade e não tem dificuldade para obter dinheiro nos casos de necessidade pública.

É bem verdade que se a quantidade de dinheiro continuar a crescer ela provocará, no país, uma elevação nos preços da terra e do trabalho. Os gêneros e os produtos manufaturados passarão a custar tão mais caro que, pouco a pouco, os estrangeiros deixarão de comprá-los, dado que poderão obtê-los em outros lugares, a um preço mais baixo. Insensivelmente, esta situação terminará por arruinar as manufaturas do país. A mesma causa que faz aumentar as rendas dos proprietários de terra, (isto é, a abundância de dinheiro), os habituará a importar grandes quantidades de produtos do exterior, onde eles os encontrarão com preços muito baixos. Estas são conseqüências naturais. A riqueza que uma nação adquire pelo comércio, pelo trabalho e com economia, a levará imperceptivelmente ao luxo. Os países que se alçam pelo comércio declinam logo depois. Há regras que poderiam ser aplicadas, mas que não são usadas para impedir seu declínio. É bem verdade que o país, enquanto conta com uma balança comercial favorável e com abundância de dinheiro, parece forte – e de fato o é – enquanto persistir esta abundância.

Poderíamos levar ao infinito as reflexões que justificam essas idéias acerca do comércio exterior e das vantagens da abundância de dinheiro. É surpreendente ver a desproporção entre a circulação do dinheiro na Inglaterra e na China. As manufaturas das Índias, as sedas, os tecidos pintados, as musselinas, etc., não obstante os custos de um transporte que dura dezoito meses, chegam a um preço tão baixo na Inglaterra, que a trigésima parte de seus gêneros e manufaturas basta-

ria para cobri-los, caso os indianos quisessem comprá-los. Mas eles não são tão loucos a ponto de pagar preços tão extravagantes pelos nossos produtos se podem produzi-los melhor e muito mais barato. Por isso é que só nos vendem suas mercadorias pelo dinheiro vivo com que, anualmente, nós aumentamos as suas riquezas e diminuímos as nossas. Assim, as manufaturas das Índias que consumimos na Europa não fazem senão diminuir nosso dinheiro e o trabalho das nossas próprias manufaturas.

Um americano que vende a um europeu peles de castor, fica surpreso – com razão – ao descobrir que os chapéus feitos de lã são tão bons para o uso quanto os de pele de castor, e que a única diferença que justifica um transporte tão demorado, é a fantasia dos que crêem que os chapéus de pele de castor são mais leves e mais agradáveis de se ver e de se tocar. Entretanto, como se paga aos americanos estas peles de castor com produtos de ferro, aço, etc., e não em dinheiro, este não é um comércio prejudicial à Europa, dado que ele sustenta os operários e, particularmente, os marinheiros, muito úteis à nação, enquanto o intercâmbio por manufaturas das Índias orientais implica no desembolso de dinheiro e reduz o número de operários na Europa.

Devemos convir que o comércio com as Índias orientais é vantajoso para a república da Holanda, pois ela transfere seus prejuízos para o resto da Europa ao vender especiarias e manufaturas para a Alemanha, Itália, Espanha e Novo Mundo, e recebe, em troca, todo o dinheiro que precisa remeter para as Índias, e regiões ainda mais distantes. Para a Holanda, ademais, é melhor vestir suas mulheres e muitos outros habitantes com as manufaturas das Índias do que com os tecidos da Inglaterra e da França, dado que ela prefere enriquecer aos Indianos do que a seus vizinhos, que poderiam aproveitar-se deste fato para oprimi-la. Eles vendem, pois, aos outros habitantes da Europa, os tecidos e os produtos das pequenas manufaturas, que utilizam matérias-primas próprias por um preço muito mais alto do que vendem, na Holanda, os produtos das manufaturas indianas que eles consomem.

A Inglaterra e a França cometeriam um erro se quisessem imitar nisto a Holanda. Estes reinos têm condições de vestir suas mulheres

com o seu próprio produto e, ainda que os seus tecidos custem mais caro do que os indianos, eles devem proibir que seus habitantes usem os do estrangeiro. Não devem permitir a redução da produção nas suas manufaturas, nem se colocar na dependência dos estrangeiros e, nem muito menos, deixar que eles levem, por esta via, seu dinheiro.

Mas, dado que os holandeses conseguem vender aos outros países da Europa as mercadorias das Índias, os ingleses e os franceses deveriam fazer o mesmo, quer para diminuir o poderio naval da Holanda, quer para aumentar o seu e, sobretudo, para poder dispensar a ajuda da Holanda naqueles ramos do consumo que maus hábitos tornaram necessários a esses reinos, pois é uma visível desvantagem permitir que se use indianas em reinos da Europa que têm, no país, tecidos para vestir seus habitantes.

Do mesmo modo que é desvantajoso para uma nação encorajar o consumo de mercadorias estrangeiras, é desvantajoso encorajar a navegação feita por estrangeiros. Quando uma nação envia suas manufaturas para o exterior, sua vantagem é integral se ela o fizer com seus próprios navios, pois, neste caso, ela mantém um bom número de marinheiros, que são tão úteis à nação quanto os operários. Em contrapartida, se ela entrega este transporte aos estrangeiros, fortalece a marinha deles e enfraquece a sua.

A navegação constitui um elemento essencial do comércio exterior. Quem constrói navios mais barato na Europa são os holandeses. Além dos rios lhe trazerem a madeira flutuando, a vizinhança com o Norte fornece-lhes mais barato os mastros, a madeira, breu, cordame, etc. Suas serrarias facilitam o trabalho. Eles navegam com menos tripulação e seus marinheiros vivem com muito pouco. Um das suas serrarias poupa, num dia, o trabalho de oitenta homens.

Graças a essas vantagens os holandeses seriam, na Europa, os únicos a fazer o transporte marítimo se o critério fosse apenas buscar sempre aquilo que é mais barato e se eles tivessem sua própria produção para comercializar. Nestas condições, sem dúvida, eles teriam a mais florescente marinha da Europa. No entanto, o grande número de marinheiros de que dispõem não basta, sem as forças internas do país,

para lhes garantir a superioridade naval. Eles nunca armariam navios de guerra nem marinheiros ainda que o Estado dispusesse de grandes rendas para construí-los e pagar-lhes os soldos: eles se aproveitam de tudo que é mais barato.

Para impedir que, em virtude dos baixos preços de suas tarifas, os holandeses pudessem expandir sua marinha às suas custas, a Inglaterra proibiu qualquer nação de trazer a seus portos quaisquer outras mercadorias que não as suas próprias. Deste modo, dado que os holandeses não puderam encarregar-se do transporte para a Inglaterra, os próprios ingleses trataram de fortalecer a sua marinha e, ainda que eles não logrem um custo tão baixo quanto o dos holandeses, o valor das cargas que transportam torna estes custos menos consideráveis.

A França e a Espanha também são nações marítimas que têm produtos em grande quantidade que são exportados para o Norte, de onde importam gêneros e mercadorias. Não chega a surpreender que sua marinha não seja proporcional ao seu considerável produto e à extensão das suas costas marítimas, porquanto eles permitem que navios estrangeiros se encarreguem do transporte de tudo que recebem do Norte e, ao mesmo tempo, que para lá transportem todos os gêneros que os Estados do Norte lhes compram.

Estas Nações – refiro-me a França e a Espanha – não chegam a considerar o comércio da perspectiva de torná-lo vantajoso. A maior parte dos comerciantes na França e na Espanha que têm relações com o exterior são antes de mais nada comissários ou representantes de negociantes estrangeiros e não empresários dispostos a conduzir o comércio com seus próprios recursos.

É verdade que os Estados do Norte, por sua situação e por sua proximidade com os países que produzem tudo que é necessário à construção naval, estão em condições de realizar este transporte a um preço muito mais baixo do que poderiam fazê-lo a França e a Espanha. No entanto, se estes dois reinos quisessem tomar medidas para fortalecer sua marinha, este obstáculo não seria suficiente para detê-los. A Inglaterra deu, já, de há muito, o exemplo. Eles têm – no país e em suas colônias – tudo que é necessário para a construção de navios, ou,

pelo menos, não lhes seria muito difícil construí-los. Há uma infinidade de caminhos que se poderia tomar para chegar a alcançar este resultado, se a legislação e o ministério se dispusessem a ajudar. Meu tema não me permite examinar, neste *Ensaio*, os detalhes destas vias. Limito-me a dizer que nos países em que o comércio não mantém, permanentemente, um número considerável de navios e marinheiros, é quase impossível que o Príncipe possa manter uma marinha florescente, sem arcar com custos capazes de arruinar o tesouro do seu Estado.

Concluiria, pois, afirmando que o comércio mais importante para o desenvolvimento ou declínio das forças de uma nação é o exterior, dado que o comércio interno não tem tanta significação política. Diria, ainda, que o comércio exterior não se mantém, senão à meias, quando não se tem a perspectiva de aumentar e manter o número dos grandes comerciantes do próprio país, o número de navios, marinheiros, operários e manufaturas, porquanto é preciso procurar preservar o equilíbrio comercial no intercâmbio com os outros países.

CAPÍTULO II

DO CÂMBIO E SUA NATUREZA

Mesmo em Paris, freqüentemente, paga-se cinco *sous* para levar um saco de mil libras de dinheiro de uma casa à outra. Se fosse preciso transportá-lo de Saint-Antoine para os Inválidos custaria, pelo menos, o dobro, mas dado que normalmente não há entregadores de confiança o preço seria ainda maior. Se no caminho, freqüentemente, houvesse muitos ladrões, seria preciso transportá-lo em grandes somas, com escolta e a custos maiores. Quem, por sua conta e risco, se encarregasse deste transporte, cobraria um preço proporcional aos custos e riscos que estaria correndo. Assim, o transporte de Ruão a Paris e de Paris a Ruão custa, em geral, cinquenta *sous* por saco de mil libras, o que os banqueiros chamam, na sua linguagem, um quarto por cento. Como, em geral, os banqueiros enviam o dinheiro em barris duplos, que os

ladrões não conseguem carregar devido ao ferro e ao seu peso, e, também, como neste caminho há sempre mensageiros, os custos são reduzidos, se considerarmos as grandes somas que são enviadas de uma e outra parte.

Se a cidade de Châlons-sur-Marne paga, todos os anos, ao recebedor das rendas reais, dez mil onças de prata e se, por outro lado, os comerciantes de vinho de Châlons ou das proximidades vendem em Paris – por intermédio dos seus correspondentes – vinhos de Champagne, no valor de dez mil onças de prata; se, ademais, a onça de prata na França se vende no comércio, por cinco libras, a soma das dez mil onças em questão se chamará cinquenta mil libras tanto em Paris quanto em Châlons.

O Recebedor das rendas, neste exemplo, tem cinquenta mil libras para enviar a Paris e os correspondentes dos comerciantes de vinho de Châlons têm cinquenta mil para enviar para Châlons. Neste caso, poder-se-á economizar este duplo emprego do transporte mediante uma compensação – ou, como se diz – mediante letras de câmbio, se as partes concordarem com isto.

Quer os correspondentes dos comerciantes de vinho de Châlons levem (cada qual sua parte) as cinquenta mil libras para o caixa da casa de escrituração das rendas em Paris; quer este último lhes dê em troca uma ou várias ordens de pagamento ou letras de câmbio descontáveis sobre o Recebedor das Rendas em Châlons, pagáveis à sua ordem; quer eles endossem ou transfiram estas ordens aos comerciantes de vinho de Châlons, eles receberão do Recebedor de Châlons as cinquenta mil libras. Desta maneira, as cinquenta mil libras em Paris serão pagas ao caixa da casa de escrituração das rendas em Paris e as cinquenta mil libras em Châlons serão pagas aos comerciantes de vinho desta cidade e, por esta troca ou compensação, pouparão o incômodo de transportar este dinheiro de uma cidade à outra. Pode ser, também, que os comerciantes de vinho de Châlons, que têm cinquenta mil libras em Paris, ofereçam suas letras de câmbio ao Recebedor que as endossará para o caixa da casa de escrituração das rendas em Paris, a quem caberá o montante, e que o Recebedor em Châlons lhes

pague em troca das suas letras de câmbio as cinquenta mil libras que ele tem em Châlons. Onde quer que se faça esta compensação, ou seja, quer se cobre as letras de câmbio sobre Paris em Châlons, ou de Châlons em Paris, dado que neste exemplo se paga onça por onça, e cinquenta mil libras por cinquenta mil libras, diz-se que o câmbio está ao par.

O mesmo método poderá ser usado tanto entre os comerciantes de vinho de Châlons e os Recebedores dos senhores em Paris, que têm terras ou rendas nas proximidades de Châlons, quanto entre os comerciantes de vinho, ou todos os outros comerciantes de Châlons, que enviaram gêneros ou mercadorias para Paris, e que têm dinheiro nesta última cidade, e todos os comerciantes que trouxeram mercadorias de Paris e as venderam em Châlons. Se houver um grande intercâmbio comercial entre estas duas cidades, surgirão banqueiros, em Paris e em Châlons, que estabelecerão relações entre os interessados de parte a parte e serão os agentes ou intermediários dos pagamentos que tiverem de ser remetidos de uma destas cidades para a outra. Entrementes, se todos os vinhos, além dos demais gêneros e mercadorias enviados de Châlons para Paris, tiverem sido efetivamente vendidos à vista nesta cidade e excederem em valor a soma da receita das rendas em Châlons, o montante das rendas que os senhores de Paris têm nas proximidades de Châlons e, ainda, o valor de todos os gêneros e de todas as outras mercadorias que foram enviadas de Paris a Châlons e que foram vendidas à vista nesta cidade, se excederem – repito – a soma de cinco mil onças de prata ou de vinte e cinco mil libras, será preciso que o banqueiro de Paris envie esta quantia, em dinheiro, para Châlons. Esta importância será o excedente ou a diferença da balança comercial entre estas duas cidades e – como disse – será necessário remetê-la, em espécie, para Châlons, o que se fará da maneira que se segue ou de algum outro modo muito semelhante a este.

Os agentes ou correspondentes dos comerciantes de vinho de Châlons e de outros que mandaram gêneros ou mercadorias de Châlons para Paris, têm o dinheiro destas vendas em caixa, em Paris. Eles têm ordens de remetê-lo para Châlons, mas como não estão habituados a correr riscos enviando-o pelas estradas, procurarão o caixa das rendas

que lhes dará ordens de pagamento ou letras de câmbio a serem sacadas sobre o Recebedor das rendas em Châlons, até o limite dos fundos de que dispõe em Châlons, preservando, em geral, a paridade. No entanto, como eles têm necessidade de remeter ainda outras somas para Châlons, procurarão o banqueiro que tem à sua disposição as rendas dos senhores em Paris que possuem terras nas proximidades de Châlons. Este banqueiro lhes fornecerá, tal como o caixa das rendas, letras de câmbio pagáveis por seu correspondente em Châlons, até o limite dos fundos de que ele dispõe em Châlons e que ele tinha ordem de remeter para Paris. Esta compensação também se fará ao par, a menos que o banqueiro tente obter um pequeno lucro pelo seu esforço, tanto com os agentes que a ele se dirigem para remeter seu dinheiro para Châlons, quanto com os senhores que o encarregaram de mandar vir seu dinheiro de Châlons para Paris. Se o banqueiro tiver à sua disposição, em Châlons, o valor das mercadorias que foram enviadas de Paris e que foram vendidas à vista, ele poderá emitir letras de câmbio neste mesmo valor.

Mas, de acordo com o que havíamos suposto, os agentes dos comerciantes de Châlons têm, ainda, em caixa, em Paris, vinte e cinco mil libras, as quais eles têm ordem de remeter para Châlons, além de todas as quantias acima mencionadas. Se eles oferecem este dinheiro ao caixa das rendas, ele responderá que não tem mais fundos em Châlons e que não poderia lhes fornecer letras de câmbio ou ordens de pagamento resgatáveis nesta cidade. Se oferecem este dinheiro ao banqueiro, ele lhes responderá que também não tem fundos em Châlons, nem chances de sacar uma letra de câmbio, mas que se eles quiserem lhe pagar 3% da operação ele poderá lhes fornecer as letras. Eles oferecerão, então, 1 ou 2% e, finalmente, dois e meio por cento, pois não podem pagar mais do que isto. A este preço o banqueiro se decidirá a emitir as letras, isto é, se lhe pagarem, em Paris, 2 libras e dez *sous* ele fornecerá uma letra de câmbio de cem libras, sobre seu correspondente em Châlons, resgatável em dez ou quinze dias, de modo a dar condições a este correspondente de fazer o pagamento das vinte e cinco mil libras, sacada sobre ele. Por esta taxa de câmbio o banqueiro envi-

ará para o seu correspondente, por um mensageiro ou carroça, ouro em espécie ou, na falta dele, prata. Ele pagará dez libras por cada saco de mil libras ou, na linguagem dos banqueiros, um por cento e pagará a seu correspondente em Châlons cinco libras de comissão por saco de mil libras, ou meio por cento, com o que obterá um por cento de lucro. Nestas condições o câmbio estará, entre Paris e Châlons, a dois e meio por cento acima do par, porque, devido à taxa de câmbio, se paga duas libras e dez *sous* por cada cem libras.

É mais ou menos assim que o saldo da balança comercial se transfere de uma cidade para outra, por intermédio dos banqueiros e, geralmente, nos negócios de grande vulto. Nem todos aqueles que ostentam o título de banqueiros têm esta prática, pois são inúmeros os que apenas tratam de comissões e especulações bancárias. Eu só chamaria de banqueiro aqueles que transportam dinheiro, pois é a eles que cabe regular o câmbio, cuja taxa depende dos riscos do transporte de moedas, nos mais diferentes casos.

A taxa de câmbio entre Paris e Châlons raramente atinge dois e meio a três por cento acima ou abaixo da paridade. Mas de Paris a Amsterdã a taxa de câmbio subirá a cinco ou seis por cento, quando for necessário fazer a remessa em espécie. O caminho é mais longo, o risco é maior e é necessário um número maior de correspondentes e comissários. Das Índias à Inglaterra, o custo do transporte será de dez a doze por cento. De Londres a Amsterdã, a taxa de câmbio nunca ultrapassa dois por cento em tempos de paz.

Neste nosso exemplo, diremos que o câmbio em Paris, quando referido a Châlons, será de dois e meio por cento acima do par e de dois e meio abaixo do par, em Châlons, quando referido a Paris, porque, nestas circunstâncias, quem der dinheiro, em Châlons, por uma letra de câmbio em Paris só dará 97 libras e dez *sous* para receber cem libras em Paris. É visível que a cidade ou o lugar onde o dinheiro está acima da paridade está em débito com aquela cidade em que ele está abaixo, e assim ficará, enquanto a taxa de câmbio se mantiver neste pé. O câmbio não está, em Paris, a dois e meio por cento acima do par, em relação a Châlons, senão porque Paris deve a Châlons e porque é

preciso transportar o dinheiro desta dívida de Paris para Châlons. Por isso, quando vemos que o câmbio está comumente acima do par numa cidade, em relação a uma outra, podemos concluir que esta primeira cidade tem um saldo devedor para com a outra e quando o câmbio em Madri ou Lisboa está acima do par frente a todos os outros países, isto demonstra que estas duas capitais devem enviar sempre dinheiro em espécie a estes outros países.

Em todos os locais ou cidades que se servem do mesmo dinheiro e das mesmas moedas de ouro e prata, como em Paris, Châlons-sur-Marne, Londres, Bristol, o câmbio é expresso em tantos por cento acima ou abaixo do par. Quando se paga 98 libras num lugar, para receber 100 libras em outro, dizemos que o câmbio está mais ou menos a 2% abaixo do par. Quando pagamos 102 libras, num lugar, para receber apenas 100 libras, em outro, dizemos que o câmbio está exatamente a 2% acima do par. Quando damos 100 libras num lugar, para receber outras 100 libras num outro, dizemos que o câmbio está ao par. Nisto tudo não há nenhuma dificuldade, nem nenhum mistério.

Quando, no entanto, o câmbio se faz entre duas cidades em que o dinheiro é completamente diferente e as moedas são de distinta grandeza, qualidade, lapidação e, inclusive, de diferentes nomes, a natureza do câmbio parece, à primeira vista, muito difícil de explicar, embora este câmbio com países estrangeiros não difira, no fundo, daquele que se dá entre Paris e Châlons, senão pela diferença no jargão que os banqueiros utilizam. Em Paris, quando nos referimos ao câmbio com a Holanda, avaliamos um escudo de três libras como equivalente a tanto de dinheiro da Holanda, mas a paridade entre Paris e Amsterdã é sempre cem onças de ouro ou prata contra cem onças de ouro ou prata do mesmo peso e lei: 102 onças pagas em Paris para receber apenas 100 onças em Amsterdã, resulta sempre em 2% acima do par. O banqueiro que efetua as transferências do saldo da balança comercial tem sempre que saber calcular as diferenças de valor, mas na linguagem usada nas transações com o estrangeiro se dirá que o câmbio entre Londres e Amsterdã se faz dando uma libra esterlina em Londres para receber trinta e cinco escalins da Holanda, no banco; com Paris, faz-se

dando, em Londres, trinta deniers ou pence esterlinos, para receber em Paris um escudo ou três libras tornesas. Esta maneira de falar não permite saber se o câmbio está acima ou abaixo do par, mas o banqueiro que transfere o saldo da balança comercial faz muito bem as contas e sabe quanto receberá de moedas estrangeiras em troca das moedas do seu país que ele transporta.

Ainda que o câmbio em Londres, fixado em moeda inglesa, esteja referido em rublos de Moscou, em marcos lubs de Hamburgo, em richedales da Alemanha, em libras de gros de Flandres, em ducados de Veneza, em piastras de Gênova e Livorno, em mil reais ou cruzados de Portugal, em moedas de oito da Espanha, ou pistolas etc., a paridade do câmbio será sempre, em todos estes países, cem onças de ouro ou prata contra cem onças. Se, na linguagem deste tipo de transação, esta equivalência não se configurar, isto significa dizer que o câmbio está tanto acima ou abaixo da paridade, com o que se poderá ficar sabendo se a Inglaterra tem – ou não – um saldo naquela praça onde se fixou o câmbio, exatamente do mesmo modo que vimos no nosso exemplo de Paris e de Châlons.

CAPÍTULO III

OUTROS ESCLARECIMENTOS PARA O CONHECIMENTO DA NATUREZA DO CÂMBIO

Vimos que o câmbio é regulado pelo valor intrínseco das moedas, isto é, por sua equivalência, e que as suas variações provêm dos custos e dos riscos do transporte de uma praça para outra, quando é preciso enviar, em espécie, o saldo da balança comercial. Não é necessário explicar muito algo que conhecemos de fato e na prática. Os banqueiros introduzem, às vezes, sutilezas nesta prática.

Se a Inglaterra deve à França cem mil onças de prata, se a França deve cem mil onças à Holanda e a Holanda cem mil onças à Inglaterra, todas estas três somas poderão ser compensadas por letras de câmbio

trocadas entre os banqueiros respectivos destes três países, sem que seja necessário mandar dinheiro para canto nenhum.

Se a Holanda manda para a Inglaterra, durante o mês de janeiro, mercadorias no valor de cem mil onças de prata e a Inglaterra, no mesmo período, envia para a Holanda apenas o equivalente a cinquenta mil onças (estou supondo venda e pagamento feitos no mesmo mês de janeiro de um lado e de outro), caberá à Holanda, neste mês, um saldo de cinquenta mil onças, e o câmbio de Amsterdã estará, em Londres, neste mês de janeiro, 2 a 3% acima do par, o que significa, na linguagem desse tipo de transação, que o câmbio da Holanda, que em dezembro estava ao par ou a trinta e cinco escalins por uma libra esterlina em Londres, se elevará, em janeiro, aproximadamente a trinta e seis escalins. Quando, porém, os banqueiros tiverem remetido esta dívida de cinquenta mil onças para a Holanda, o câmbio com Amsterdã voltará a realizar-se, naturalmente, ao par, em Londres, ou seja, a trinta e cinco escalins.

Mas se um banqueiro inglês, em janeiro, diante da extraordinária remessa de mercadorias que fez para a Holanda, prevê que em março, por ocasião dos pagamentos, a Holanda estará consideravelmente em dívida com a Inglaterra, ele poderá, desde janeiro, em vez de remeter cinquenta mil escudos ou onças que, neste mês, ele estaria devendo à Holanda, emitir letras de câmbio sobre seu correspondente em Amsterdã, a serem pagas em dois meses, quando do seu vencimento. Deste modo ele ganharia duplamente, pois aproveitaria o câmbio, que em janeiro está acima do par, mas que em março estará abaixo, sem ter que enviar nem um centavo para a Holanda.

Isto é o que os banqueiros chamam de especulações, freqüentemente responsáveis por oscilações temporárias no câmbio, independentemente da balança comercial. No entanto, a longo prazo, é preciso voltar a considerar a balança comercial, pois é ela que confere regularidade e uniformidade ao câmbio. Portanto, ainda que as especulações e o crédito dos banqueiros possam, às vezes, retardar a remessa de quantias que uma cidade ou país deve a outro, ao fim e ao cabo é preciso, sempre, pagar a dívida e enviar o saldo da balança comercial, em dinheiro, à praça com a qual se está em débito.

Se a Inglaterra sempre ganha no intercâmbio comercial com Portugal e perde sempre com a Holanda, a taxa de câmbio com a Holanda e Portugal deixará isto patente. Veremos que, em Londres, o câmbio com Lisboa está abaixo do par e que Portugal deve à Inglaterra; veremos, também, que o câmbio com Amsterdã está acima do par e que a Inglaterra deve à Holanda. No entanto, não se poderá ver, por estas oscilações do câmbio, o montante da dívida. Não se poderá saber se o saldo em dinheiro que sai de Portugal é maior ou menor do que aquele que se tem que mandar para a Holanda.

Entretanto, há algo que permitirá saber, sempre, em Londres, se a Inglaterra ganha ou perde no balanço geral do seu comércio. (Entende-se por balanço geral a diferença das diferentes balanças comerciais particulares com todos os países estrangeiros que comerciam com a Inglaterra). Este algo é o preço do ouro e da prata, mais particularmente do ouro (especialmente agora que a proporção do preço do ouro e da prata na forma de moedas difere da proporção do preço de mercado, como explicarei no próximo capítulo). Se o preço do ouro no mercado de Londres, que é o centro do comércio da Inglaterra, é mais baixo que o preço da Torre⁹, onde se cunham os guinéus ou moedas de ouro, ou do mesmo preço intrínseco que estas moedas; e, se se leva à Torre o minério de ouro para cunhar-lhe seu valor em guinéus ou transformá-lo em moeda, isto demonstra que a Inglaterra ganha no balanço geral de seu comércio. Isto é uma prova de que o ouro que se retira de Portugal é suficiente não apenas para pagar a diferença da balança comercial que a Inglaterra envia para a Holanda, Suécia, Moscou e outros países aos quais deve, mas, também, de que ainda sobra bastante para mandar cunhar na Torre, e a quantidade ou montante deste balanço geral torna-se conhecido pela quantidade das moedas cunhadas na Torre de Londres.

Mas se o ouro alcança, no mercado de Londres, um preço mais alto do que na Torre, que em geral é de três libras e dezoito xelins a

9 A Torre de Londres era a sede da Casa da Moeda inglesa. [Nota da Edição Francesa]

onça, ninguém levará minério de ouro à Torre para cunhar moedas e isto é um sinal certo de que não se está trazendo do exterior, por exemplo de Portugal, tanto ouro quanto se está obrigado a enviar para outros países com os quais a Inglaterra tem dívidas. Esta é uma prova de que o saldo da balança comercial está desfavorável à Inglaterra, o que não se saberia se não houvesse uma proibição na Inglaterra de enviar moedas de ouro para fora do Reino. Esta proibição é razão para que os precavidos banqueiros de Londres prefiram pagar pelos minérios de ouro (que têm permissão para transportar para fora do país) um valor que varia entre três libras e dezoito xelins a quatro libras esterlinas a onça, para remeter para o estrangeiro, em vez de enviar guinéus ou moedas de ouro a três libras e dezoito xelins, o que é contrário à lei e sujeito à confiscação. Há, sem dúvida, quem se disponha a correr o risco, assim como há quem se disponha a fundir moedas de ouro para enviá-las como se fossem minério, de modo que não é possível saber a quantidade de ouro que a Inglaterra perde, quando a balança comercial geral lhe é desfavorável.

Na França são descontados os custos de cunhagem das moedas, que em geral são de $1\frac{1}{2}\%$, ou seja, toma-se cuidado para que o valor das moedas seja sempre superior ao dos minérios. Para saber se a França perde no balanço geral do seu comércio, bastará verificar se os banqueiros enviam moedas francesas para o exterior, pois se o fizerem isto é uma prova de que não conseguem comprar ouro para efetuar essa remessa, visto que este metal, ainda que custe menos na França do que custam as moedas, vale pelo menos um e meio por cento a mais do que tais moedas nos demais países.

Embora a taxa de câmbio só varie em função de variações na balança comercial e dado que balança comercial não é senão a diferença entre o valor dos gêneros e mercadorias que um país vende – ou compra – a outros, no entanto, ocorrem freqüentemente circunstâncias e causas acidentais que obrigam a remessa de somas consideráveis de um país a outro, sem que tais somas estejam referidas a mercadorias ou ao comércio, ainda que estas circunstâncias influam sobre o câmbio, do mesmo modo que o fariam a balança e o excedente comercial.

São desta natureza as somas de dinheiro que uma nação envia à outra por serviços secretos ou questões de política de Estado, para subvencionar alianças, para manutenção de tropas, de embaixadores, de senhores que viajam, etc., assim como são dessa natureza os capitais que os habitantes de um país enviam a outro para aplicá-los em fundos particulares ou públicos, e os juros que estes habitantes recebem anualmente destes investimentos, etc. O câmbio, claro, varia em função de todas essas causas acidentais e segue a regra das remessas do dinheiro que se faz necessário. Nestas considerações sobre balança comercial não separamos – e não caberia fazê-lo – todos estes itens, dado que, certamente, todos influem sobre o aumento ou diminuição do dinheiro efetivo num país, além de influir, comparativamente, em sua força e poderio.

Meu tema não me permite estender-me sobre os efeitos destas causas acidentais e, por isso, me limitarei a simples considerações sobre o comércio para não confundir a exposição, já bastante ampla, devido à multiplicidade dos fatos que é preciso abordar. Em função de grandes ou pequenos gastos e riscos devidos ao transporte de dinheiro, o câmbio pode subir mais ou menos acima do par. Isto posto, o câmbio eleva-se acima do par muito mais naturalmente nas cidades ou países em que se proíbe a remessa do que naqueles em que a remessa é livre.

Suponhamos que Portugal compre todos os anos uma quantidade considerável de produtos manufaturados, de lã e outros, da Inglaterra, não apenas para seus próprios habitantes, mas também para os do Brasil; suponhamos que pague uma parte destes produtos com vinhos, azeites, etc., e que, para pagar o restante, disponha de um saldo comercial constante que envia de Lisboa para Londres. Se o Rei de Portugal estabelecer rigorosas sanções e, sob pena não só de confisco, mas até da vida, proibir a remessa de ouro ou prata para fora do país, os banqueiros temerão envolver-se com tais remessas. O valor das mercadorias inglesas ficará retido em Lisboa e os comerciantes ingleses, sem poder receber, não enviarão mais tecidos para Lisboa. Isto provocará uma enorme elevação nos preços dos tecidos ingleses, sem que, entretanto, estes mesmos tecidos tenham encarecido na Inglaterr-

ra. O que ocorre é que os comerciantes ingleses evitam enviá-los para Lisboa, dado que não podem receber. Para obter estes tecidos, que não consegue dispensar, a nobreza portuguesa – e não só ela – oferecerá por eles até o dobro do preço comum. Entretanto, como não podem obtê-los senão mediante a remessa de dinheiro para Londres, o aumento do preço dos tecidos será o lucro daqueles comerciantes que se dispuserem a enviar ouro e prata para Londres, correndo todos os riscos. A possibilidade de conseguir este lucro encorajará muitos judeus e outros comerciantes a fazer embarcar nos navios ingleses ancorados no porto de Lisboa o ouro e a prata, ainda que pondo a vida em risco. Inicialmente eles ganharão cem ou cinquenta por cento por realizarem este serviço, pago pelos habitantes portugueses em troca dos altos preços que estão dispostos a dar para ter os tecidos. Pouco a pouco, se familiarizarão com o serviço, após repetir a ação com sucesso, e depois de algum tempo cobrarão apenas um ou dois por cento para levar o dinheiro para os navios ingleses.

O Rei de Portugal estabelece as leis ou a proibição: seus súditos, inclusive seus cortesãos, pagam os custos dos riscos que se corre para tornar a proibição inútil, ou para eludir a sanção. Por conseguinte, não apenas ninguém ganha com estas leis, mas pelo contrário elas representam um prejuízo real para Portugal porquanto, por sua causa, sai do país mais dinheiro do que sairia normalmente se a proibição não existisse.

Aqueles que ganham com esta atividade – judeus ou não – nunca deixam de remeter seus lucros para países estrangeiros e, quando acreditam já ter ganho o bastante, ou quando temem ser apanhados, decidem ir para onde está o seu dinheiro.

Caso algum destes contraventores fosse apanhado, seus bens confiscados ou eles fossem, de fato, condenados à morte, tais circunstâncias, ao invés de fazer diminuir as remessas de dinheiro para o exterior, só fariam aumentá-las, porquanto todos aqueles que, antes, se contentavam com um ou dois por cento para remeter o dinheiro, agora só aceitarão fazê-lo por vinte ou cinquenta por cento, dado que é necessário que ele continue a sair para compensar a balança de pagamentos.

Não sei se consegui tornar meus argumentos inteligíveis mesmo para aqueles que não têm a menor idéia sobre o comércio. Para os que têm prática nada é mais fácil de entender, por isso é que, não sem razão, se surpreendem ao ver que os que governam os Estados e administram as finanças dos grandes Reinos ignoram de tal modo a natureza do câmbio que proíbem, ao mesmo tempo, o envio para o exterior de metais e de moedas de ouro e prata. Quando, na verdade, o único meio de conservá-las no país é conduzir tão bem o comércio com o exterior que a balança comercial não seja desfavorável.

CAPÍTULO IV

VARIAÇÕES NAS PROPORÇÕES DOS VALORES EM RELAÇÃO AOS METAIS QUE SERVEM DE MOEDA

Se os metais fossem tão fáceis de encontrar como, em geral, a água, cada um pegaria quanto necessitasse e esses metais praticamente não teriam nenhum valor. Os metais que são mais abundantes e que demandam menos trabalho para serem produzidos são também os que custam mais barato. O ferro parece ser o metal mais necessário, mas como ele é mais facilmente encontrável na Europa, com menos sacrifício e menos trabalho do que o cobre, ele custa muito mais barato.

Cobre, prata e ouro são os três metais mais comumente usados como moeda. As minas de cobre são mais abundantes e custa, relativamente, menos terra e trabalho produzi-lo. As mais ricas minas de cobre estão, hoje, na Suécia. São necessárias mais de 80 onças de cobre, no mercado, para comprar uma onça de prata. É preciso, também, observar que o cobre que se extrai de certas minas é, às vezes, mais perfeito e mais bonito do que o que se extrai de outras. O do Japão ou da Suécia é mais bonito do que o da Inglaterra. O da Espanha era, no tempo dos romanos, mais bonito do que o da Ilha de Chipre. Em contrapartida, o ouro e a prata – qualquer que seja a mina de onde sejam extraídos – têm a mesma perfeição, depois de refinados.

O valor do cobre, assim como de todas as outras coisas, é proporcional à terra e ao trabalho que entram na sua produção. Além de empregado na confecção de muitas coisas de uso comum, como vasos, potes, panelas, fechaduras, etc., o cobre é também usado, em quase todos os países, para cunhar moedas de troco miúdo. Na Suécia, onde a prata é rara, ele é usado inclusive para grandes pagamentos. Durante os cinco primeiros séculos de Roma não se usou nenhuma outra moeda. Só se começou a usar a prata, nas trocas, em 484. A proporção entre o cobre e a prata foi então regulamentada: nas moedas era de 72 para 1; na fabricação do ano de 512, de 80 para 1; na avaliação do ano de 537, de 64 para 1; na fabricação do ano de 590, de 48 para 1; na do ano de 663, de Druso, e na de Sila, de 672, de 53 1/3 para 1; na de Marco Antônio, de 712, e de Augusto, de 724, de 56 para 1; na de Nero, em 54 depois de Cristo, de 60 para 1; na de Antonino, em 160 [146] depois de Cristo, de 64 para 1; na época de Constantino, 330 de nossa era, de 120 e 125 para 1; no século de Justiniano, aproximadamente em 550, de 100 para 1. Esta proporção sofreu depois variações, ficando sempre abaixo de 100 nas moedas européias.

Hoje em dia, em que quase já não se usa cobre como moeda, a não ser nas pequenas trocas, em liga com a calamina, com que se obtém o cobre amarelo, como na Inglaterra, seja em liga com uma pequena porção de prata, como na França e na Alemanha, estabelece-se, em geral, que ele vale 40 para 1, ainda que o cobre, no mercado, em geral, valha, em relação à prata, 80 ou 100 para 1. Isto porque, em geral, se deduz do peso do cobre os custos decorrentes da cunhagem e quando num país não se tem o bastante desta pequena moeda para a circulação das pequenas trocas, as moedas de cobre puro, ou as moedas do cobre em liga circulam sem dificuldade, apesar da sua falta de valor intrínseco. Entretanto, quando se quer utilizá-las nas trocas com outros países, estes não as querem receber senão pelo peso do cobre e da prata que estiver em liga com o cobre. Do mesmo modo, nos países em que, por avareza ou por ignorância dos governantes, se põe em circulação para o troco miúdo uma quantidade muito grande dessas pequenas moedas, ou onde se determina que elas devam compor parte dos

pagamentos, inclusive os de grande de vulto, nestes casos elas não são bem recebidas e as pequenas moedas sofrem um ágio na troca pela prata branca, que é o que ocorre com a moeda de *bilbão*¹⁰ e com os ardites, na Espanha, nos grandes pagamentos. De todo modo, a pequena moeda sempre é aceita sem dificuldades nas pequenas trocas, pois o valor destas transações é, em geral, pequeno em si mesmo e, por conseguinte, a perda é ainda uma vantagem. Isto permite que as coisas se acomodem sem muita dificuldade e que se troque o cobre por moedas de prata acima do peso e do valor intrínseco do cobre no próprio país, mas não nos outros países, pois cada país cunha as moedas necessárias ao seu próprio troco.

O ouro e a prata, assim como o cobre, têm um valor proporcional à terra e ao trabalho necessários à sua produção e, se o erário público se encarrega dos custos da fabricação destes metais, seu valor em lingotes ou em moedas será o mesmo, seu valor de mercado e o valor para a cunhagem é o mesmo, seu valor no país ou no estrangeiro é constantemente o mesmo, sempre regulado pelo peso e grau de pureza. Claro que, pelo peso, só quando estes metais estão puros e sem nenhuma liga.

As minas de prata sempre foram mais abundantes do que as de ouro, mas não em todos os países, nem em todos os tempos. Foi sempre preciso muitas onças de prata para pagar uma onça de ouro, mas, ora mais, ora menos, dependendo da abundância destes metais e da sua procura. No ano 310 da fundação de Roma, era preciso, na Grécia, 13 onças de prata para pagar uma onça de ouro, isto é, o ouro estava para a prata como 1 para 13; no ano de 400, aproximadamente, como 1 para 12; em 460, como 1 para 10, tanto na Grécia quanto na Itália e por toda Europa. Esta proporção de 1 para 10 parece haver se mantido durante três séculos, até a morte de Augusto, em 767 da fundação de Roma, ou o ano 14 da Era Cristã. Na época de Tibério o ouro se tornou mais raro ou a prata mais abundante e pouco a pouco a proporção elevou-se de 1 para 12, 12 ½ e 13. Na época de Constantino, 330

10 *Bilbão* – moeda de ouro ou prata em liga com uma quantidade excessiva de cobre. [N. T.]

de nossa era, e na época de Justiniano, em 550, a proporção era de 1 para 14 $\frac{2}{5}$. A história fica mais obscura depois; alguns crêem que esta proporção chegou a 1 para 18 no governo de alguns reis franceses. Em 840 da nossa era, no reinado de Carlos, o Calvo, foram cunhadas moedas de ouro e prata e a proporção era de 1 para 12. No reinado de São Luís, que morreu em 1270, a proporção era de 1 para 10; em 1361, 1 para 12; em 1421, estava acima de 1 para 11; em 1500, abaixo de 1 para 12; por volta de 1600, mais ou menos 1 para 12; em 1641, 1 para 14; em 1700, aproximadamente 1 para 15; em 1730, 1 para 14 $\frac{1}{2}$.

A quantidade de ouro e prata que se havia trazido do México e do Peru, no século passado, havia não apenas tornado estes metais mais abundantes, mas elevou o valor do ouro em relação ao da prata, que existia em maior quantidade, de modo que a proporção entre as duas moedas, na Espanha, segundo o preço de mercado, era de 1 para 16. Os outros países da Europa seguiram mais ou menos os preços da Espanha e as suas moedas mantiveram a proporção de 1 para 15 $\frac{7}{8}$, 1 para 15 $\frac{3}{4}$, 15 $\frac{5}{8}$, etc., dependendo das determinações dos diretores das Casas da Moeda. Mas depois que Portugal retirou quantidades consideráveis de ouro do Brasil, a proporção começou a baixar de novo, se não nas moedas, pelo menos nos preços de mercado, que conferia um valor mais alto para a prata do que no passado. Além do que, freqüentemente, se trazia das Índias orientais muito ouro em troca da prata que se levava da Europa, dado que a proporção entre ouro e prata é bem mais baixa nas Índias.

No Japão, onde há minas de prata muito ricas, a proporção de ouro e prata é atualmente 1 para 8; na China, 1 para 10; nos outros países das Índias, 1 para 11, 1 para 12, 1 para 13 e 1 para 14, dependendo de quão mais próximo se chega do Ocidente e da Europa. Mas se as minas do Brasil continuarem a fornecer tanto ouro, a proporção poderá baixar, chegando a 1 para 10, mesmo na Europa, o que me parece mais natural, se se puder dizer que existe alguma outra coisa além da casualidade que determine esta proporção. Claro que na época em que todas as minas de ouro e prata na Europa, Ásia e África eram exploradas pela República Romana, a proporção de 1 para 10 permaneceu a mais constante.

Ainda que todas as minas de ouro rendessem a décima parte do que rendem as minas de prata, seria impossível pretender determinar que a proporção entre estes dois metais fosse sempre de 1 para 10. Esta proporção dependerá sempre da demanda e do mercado. Bastaria que pessoas ricas preferissem usar moedas de ouro às de prata e que preferissem objetos dourados e de ouro aos prateados ou de prata para fazer subir o preço do ouro no mercado.

Não se poderia, também, determinar a proporção entre estes metais considerando-se apenas a quantidade existente num país. Suponhamos que na Inglaterra a proporção seja de 1 para 10 e que a quantidade de ouro e prata em circulação, no país, seja de vinte milhões de onças de prata e dois milhões de onças de ouro, o que seria equivalente a 40 milhões de onças de prata. Suponhamos que se envie para fora da Inglaterra um milhão de onças de ouro, dos dois milhões que havia, e que se traga, em troca, dez milhões de onças de prata. Ficariam, então, 30 milhões de onças de prata e apenas um milhão de onças de ouro, ou seja, o equivalente a 40 milhões de onças de prata. Se se considera apenas a quantidade de onças, haverá 30 milhões de onças de prata e só um milhão de onças de ouro e, por conseguinte, se a proporção fosse determinada somente pela quantidade de um e outro metal existente, a proporção, neste caso, seria de 1 para 30, o que é impossível. A proporção nos países vizinhos sendo de 1 para 10 bastariam dez milhões de onças de prata, mais alguma pequena despesa para os custos do transporte, para atrair para o país um milhão de onças de ouro em troca de dez milhões de onças de prata.

Portanto, só o preço de mercado é que pode determinar a proporção entre o ouro e a prata. O número daqueles que têm necessidade de um metal em troca de outro e daqueles que querem realizar esta troca é que determina o preço. A proporção depende freqüentemente da fantasia dos homens: e as alterações se fazem grosseiramente e não geometricamente. No entanto, não posso imaginar nenhuma regra, senão aquela, que logre estabelecer esta proporção. Sabemos, pelo menos na prática, que é ela que decide, do mesmo modo que decide o preço e o valor de qualquer outra coisa. Os mercados estrangeiros

influem sobre o preço do ouro e da prata mais do que sobre o de qualquer outro gênero ou mercadoria, porque nada pode ser transportado com mais facilidade e menos perda. Se houvesse um comércio aberto e corrente entre a Inglaterra e o Japão, se se empregasse, sempre, um número regular de navios para permitir este comércio e se a balança comercial fosse igual em todos os pontos, isto é, se se enviasse constantemente da Inglaterra para o Japão a mesma quantidade de mercadorias, iguais em valor e preço às que são enviadas do Japão para a Inglaterra, ocorreria que, aos poucos, se tiraria todo o ouro do Japão em troca da prata e que se tornaria – no Japão – a proporção entre o ouro e a prata semelhante àquela que vige na Inglaterra. A única diferença seria aquela que advém dos riscos da navegação, pois os custos da viagem, nesta nossa suposição, caberiam aos comerciantes.

Calculando que na Inglaterra a proporção é de 1 para 15, e de 1 para 8, no Japão, se poderia ganhar mais de 87% levando prata da Inglaterra para o Japão, e de lá trazendo ouro; mas esta diferença não basta em geral para pagar os custos de uma viagem tão penosa e longa sendo preferível trazer mercadorias do Japão em troca de prata, do que de lá trazer o ouro. Só os custos e os riscos do transporte do ouro e da prata é que podem permitir a existência de diferentes proporções entre estes metais em países distintos. Em países muito próximos esta diferença será quase inexistente, podendo haver, de um país a outro, diferenças de um, dois ou três por cento. Da Inglaterra para o Japão, no entanto, a soma de todas estas diferenças de proporção, acabará elevando-se a mais de 87%.

É o preço de mercado que decide a proporção do valor do ouro em relação ao da prata: o preço de mercado é a base desta proporção no valor que se confere ao ouro e prata quando transformados em moedas. Se o preço de mercado varia consideravelmente, é preciso corrigir o das moedas para manter a regra do mercado; pois se se deixa de fazê-lo, a confusão e a desordem entram na circulação, de modo que se pagará mais caro pela moeda de um ou outro metal do que o valor que nela está fixado. Existe uma infinidade de exemplos na Antigüidade e um, muito recente na Inglaterra, devido às determinações

da Torre de Londres. A onça de prata branca, de 11 quilates, vale cinco xelins e dois denários ou pence esterlinos: depois que a proporção entre o ouro e a prata (que havíamos fixado, imitando o que ocorre na Espanha, em 1 para 16) caiu a 1 para 15 e a 1 para $14 \frac{1}{2}$, a onça de prata se vendia a 5 xelins e seis denários esterlinos, enquanto que o guinéu de ouro continuava a valer 21 xelins e seis denários esterlinos, isto fez com que se importasse da Inglaterra todos os escudos de um escudo branco, xelins e meio xelins brancos que não estavam sendo usados na circulação: a prata branca tornou-se tão rara em 1728 (ainda que só restassem as moedas mais usadas) que as pessoas se viram obrigadas a trocar um guinéu com quase 5% de perda. As dificuldades e a confusão que isto provocou no comércio e na circulação obrigaram o Tesouro a pedir ao célebre Isaac Newton, diretor da Casa da Moeda da Torre, para que fizesse um relatório apontando os meios que ele acreditasse mais convenientes para remediar esta desordem.

Nada mais fácil de fazer; bastava manter, na cunhagem das moedas de prata na Torre, o preço da prata no mercado. Dado que por muito tempo a proporção do ouro com relação à prata, segundo as determinações e regulamentos da Casa da Moeda da Torre, era de 1 para $15 \frac{3}{4}$, se deveria cunhar as moedas de prata com menos prata, segundo a proporção do mercado, a qual havia caído abaixo de 1 para 15. Inclusive, para antecipar-se à variação que o ouro do Brasil provocava anualmente na proporção entre estes dois metais, se deveria estabelecê-la na base de 1 por $14 \frac{1}{2}$, como se fez, na França, em 1725, e como seria bom que se fizesse, a seguir, na própria Inglaterra.

É verdade que se poderia igualmente ajustar as moedas da Inglaterra ao preço e à proporção do mercado, reduzindo o valor numérico das moedas de ouro, partido que tomou Newton, em seu relatório, e o Parlamento, em função deste mesmo relatório. Mas era o partido menos natural e o menos vantajoso, como procurarei demonstrar. Teria sido mais natural elevar o preço das moedas de prata, porquanto o público já as tinha feito subir no mercado e porquanto a onça de prata, que não valia mais do que 62 denários esterlinos ao preço da Torre, valia mais de 65 no mercado. Ademais, levavam para fora da Ingla-

ra todas as moedas brancas que a circulação não tivesse reduzido consideravelmente o peso. Por outro lado, tendo em vista as somas que a Inglaterra devia no exterior, era menos desvantajoso para a nação inglesa elevar o valor das moedas de prata do que rebaixar o valor das de ouro.

Supondo que a Inglaterra deva no exterior 5 milhões de libras esterlinas de capital, que estão alocados em fundos públicos, pode-se igualmente supor que do exterior lhe tenha vindo o pagamento deste capital, em ouro, à razão de 21 xelins seis denários o guinéu, ou, então, em moedas de prata branca, à razão de 65 denários esterlinos a onça, de acordo com o preço de mercado.

Estes 5 milhões, por consequência, custaram aos outros países, a 21 xelins e seis denários o guinéu, 4 milhões seiscientos e cinquenta e um mil e cento e sessenta e três guinéus; atualmente, no entanto, dado que o guinéu está reduzido a 21 xelins, seria preciso pagar por estes capitais, 4 milhões setecentos e sessenta e um mil novecentos e quatro guinéus, o que significa, para a Inglaterra, perder 110 mil e 741 guinéus, sem considerar o que se perderia com os juros anuais que são pagos.

Newton respondeu-me a esta objeção dizendo que segundo as leis fundamentais do Reino a prata branca constituía a verdadeira e única moeda e que, como tal, não deveria ser alterada.¹¹

Seria fácil responder que se o público alterou esta lei pelo uso e pelo preço de mercado, ela deixou de ser uma lei. Que não seria necessário, nestas circunstâncias, apegar-se a ela tão escrupulosamente – em detrimento da nação – e pagar aos outros países mais do que o que se devia. Se as moedas de ouro não tivessem sido consideradas como a moeda verdadeira, o ouro teria suportado a variação, tal como ocorre na Holanda e na China, onde o ouro é considerado mais como mercadoria do que como moeda. Se o valor das moedas de prata tivesse sido elevado a um preço igual ao do mercado, sem tocar no do ouro, nada se teria perdido para outros países e se teria abundantes moedas de

11 E, neste caso, Newton sacrifica o fundo à forma. [N. A.]

prata em circulação; se teria continuado cunhando moedas na Torre, cunhagem esta que foi suspensa até que se encontre uma nova solução.

Pela redução do valor do ouro – que o relatório de Newton fez cair de vinte e um xelins e seis denários a vinte e um xelins – a onça de prata que anteriormente era vendida no mercado de Londres a 65 e 65 pence e $\frac{1}{2}$ não alcança mais, na verdade, senão 64 denários. Quando a prata era cunhada na Torre, a onça valia no mercado 64. No entanto, quando a prata era levada à Torre para ser cunhada, não se pagava por ela mais do que 62, e, por isso, deixaram de levá-la. Na verdade, foram cunhados, às custas da Companhia do Mar do Sul, alguns xelins ou quintos de escudos, com perda da diferença do preço de mercado. Mas eles foram retirados logo que entraram em circulação. Hoje em dia ninguém verá circular uma moeda de prata com o peso legítimo estabelecido pela Torre e nas trocas só são usadas moedas de prata bem gastas, cujo peso não excede a seu preço de mercado.

Entretanto, o valor da prata branca no mercado eleva-se imperceptivelmente; a onça, que não valia mais do que 64, depois da redução a que nos referimos, voltou a subir no mercado a 65 $\frac{1}{2}$ e 66. E para que se possa ter moedas de prata em circulação e continuar a cunhá-las na Torre, será preciso reduzir o valor do guinéu de ouro a 20 xelins em vez de vinte e um xelins, e perder no mercado externo o dobro do que já se perdeu, a menos que se prefira seguir a via natural e adequar o valor da moeda de prata ao preço de mercado. Só o preço de mercado pode estabelecer a proporção do valor do ouro com o da prata, do mesmo modo que as proporções de todos os valores. Newton reduziu o guinéu a 21 xelins, não para estabelecer a verdadeira proporção do preço das moedas de ouro e prata, mas, apenas, para impedir que as moedas de prata fracas e usadas fossem retiradas da circulação. Entendo por verdadeira proporção aquela que é estabelecida pelo preço de mercado. Este preço é sempre a pedra de toque nestas questões: as suas variações são muito lentas para dar tempo para regular as moedas e impedir desordens na circulação.

Há séculos em que o valor da prata se sobrepõe ao do ouro e há outros em que, ao contrário, é o valor do ouro que se sobrepõe ao da prata. É o caso do século de Constantino que refere todos os valores

ao do ouro, por ser o mais permanente. No entanto, mais freqüentemente, a prata é que tem o valor mais permanente, estando o ouro mais sujeito a variações.

CAPÍTULO V

DO AUMENTO E DIMINUIÇÃO DO VALOR NOMINAL DAS MOEDAS

Segundo os princípios que havíamos estabelecido e considerando-se a rapidez ou lentidão da circulação, a quantidade de dinheiro que circula na troca determina e fixa os preços de todas as coisas num país.

Entretanto, freqüentemente assistimos – por ocasião dos aumentos ou reduções que ocorrem na França – mudanças tão estranhas, que se poderia imaginar que os preços de mercado correspondem mais ao valor nominal das moedas do que a sua quantidade nas trocas. Isto é, mais à quantidade de libras tornesas (moeda de conta) do que à quantidade de marcos e de onças, o que parece estar diretamente em oposição aos nossos princípios.

Suponhamos o que ocorreu em 1714, quando a onça de prata ou escudo custava 5 libras e o rei publica uma resolução ordenando uma redução dos escudos, todos os meses, durante 20 meses, isto é, de um por cento ao mês, para reduzir o valor nominal de 5 para 4 libras; tendo em conta as características próprias desta nação, vejamos quais seriam naturalmente as conseqüências.

Todos aqueles que devem dinheiro, para não terem prejuízo, se apressarão a pagá-lo, aproveitando as reduções. Os empresários e comerciantes encontram grande facilidade em conseguir empréstimos de dinheiro o que leva os menos hábeis e os que têm menos crédito a aumentar seus empreendimentos; eles tomam dinheiro emprestado, (acreditando ser sem juros), e compram mercadorias ao preço corrente. Eles próprios fazem os preços subir pela violenta demanda que provocam. Os vendedores não querem desfazer-se das suas mercado-

rias em troca de um dinheiro que perderá valor nominal nas suas mãos. Procuram, então, adquirir mercadorias de outros países, de onde são importadas quantidades consideráveis para o consumo de muitos anos. Tudo isto faz o dinheiro circular mais rapidamente; tudo isto faz subir o preço de todas as coisas; estes altos preços impedem que, como de costume, se importe mercadorias da França. A França estoca suas próprias mercadorias e ao mesmo tempo importa grande quantidade de mercadorias. Esta dupla operação exige a remessa de somas consideráveis de dinheiro para o exterior para poder pagar o saldo comercial.

O câmbio denuncia essa desvantagem. Não é raro, enquanto duram estas reduções, o câmbio estar desfavorável à França em seis a dez por cento. Entrementes, quem, na França, entende a questão, guarda o seu dinheiro. O Rei dispõe dos meios para tomar emprestado muito dinheiro, renunciando voluntariamente às reduções, pois acredita ser recompensado por um aumento quando elas findarem.

Para tanto, depois de muitas reduções, o Rei começa a reter o dinheiro nos seus cofres, a retardar os pagamentos, pensões e o soldo dos exércitos; nestas circunstâncias, o dinheiro torna-se extremamente raro com o fim das reduções, tanto no que se refere às somas que o Rei e muitos particulares retêm, quanto em relação ao valor nominal das moedas, valor este que está reduzido. As somas enviadas para o exterior também contribuem muito para tornar o dinheiro raro e, pouco a pouco, esta escassez faz com que muitos comerciantes, cujos depósitos estão abarrotados de mercadorias, as ofereçam por 50 a 60% menos do que custavam antes das primeiras reduções. A circulação entra em convulsão, mal se tem dinheiro para ir ao mercado; muitos empresários e comerciantes vão à bancarrota e as mercadorias são vendidas a preço vil.

O Rei, então, volta a aumentar o numerário. Põe em circulação o escudo novo ou a onça de prata recém cunhada a cinco libras e começa a pagar o soldo das tropas e as pensões com as novas moedas. As antigas são postas fora de circulação e só são compradas pela Casa da Moeda, mas a um preço mais baixo do que o nominal, e o Rei lucra com esta diferença.

No entanto, a soma das novas moedas que saem da Casa da Moeda não logra restabelecer a antiga abundância de dinheiro que havia na circulação; as quantias retidas pelos particulares e aquelas que foram enviadas para outros países, excedem em muito ao valor nominal do dinheiro que sai da Casa da Moeda.

A grande circulação de mercadorias na França começa a atrair dinheiro do exterior, pois os comerciantes, ao vê-las custar 50 ou 60% menos do que custavam, começam a enviar ouro e prata para comprá-las. Os comerciantes de outros países que fazem estes metais chegar à Casa da Moeda se ressarcem, com vantagem, do imposto que pagam por eles. Obtêm dupla vantagem: sobre o preço baixo das mercadorias que compram e porque a taxa sobre o dinheiro recai inteiramente sobre os franceses, quando estes vendem suas mercadorias no exterior. Eles têm mercadorias para o consumo de muitos anos; revendem, por exemplo, aos holandeses, por dois terços do que pagaram, as especiarias que haviam comprado desses últimos. Tudo isto se faz muito lentamente; outros países não se determinam a comprar mercadorias da França senão quando essas atingem um preço muito baixo; a balança comercial que era desfavorável à França, quando era baixo o valor nominal do dinheiro, torna-se favorável a ela quando ele aumenta e o Rei pode lucrar 20%, ou mais, sobre todos os metais que entram na França destinados à Casa da Moeda. Como agora a balança comercial com a França é desfavorável aos demais países e como eles não possuem as novas moedas recém cunhadas para poder realizar suas compras, são obrigados a levar os metais ou as antigas moedas à Casa da Moeda para trocá-los por novas. Mas esta balança comercial que os deixa em débito com a França decorre de comprarem as mercadorias a vil preço.

A França é vítima destas operações. Paga preços bem altos pelas mercadorias estrangeiras quando da queda do valor nominal e as revende, aos mesmos estrangeiros, a vil preço, quando este valor se eleva. Vende a vil preço suas próprias mercadorias – pelas quais pagou bem caro quando a moeda tinha baixo valor nominal – de modo que será difícil que todas as moedas que saíram da França, quando isto ocorria, possam retornar quando esse valor se elevar.

Se as novas moedas, recém cunhadas, forem falsificadas no exterior – o que freqüentemente ocorre – a França perde os 20% que o Rei estabeleceu como taxa de cunhagem e isto redundará em ganho para os outros países, que lucraram, ainda, com o baixo preço das mercadorias na França.

O Rei obtém um lucro considerável com a taxa de cunhagem, mas este lucro custa o triplo à França.

Compreende-se, então, que no período em que a balança comercial é favorável à França, o Rei tem condições de obter uma taxa de 20% ou mais com uma nova cunhagem de moedas ou com o aumento do seu valor nominal. Mas se a balança comercial for desfavorável à França quando desta nova cunhagem e aumento do valor nominal, ela não auferirá qualquer vantagem e o Rei disso não tirará grande proveito. E isto porque, nestas circunstâncias, fica-se obrigado a enviar constantemente dinheiro para o exterior. Ora, o velho escudo, fora do país, é tão bom quanto o escudo recém cunhado. Assim sendo, os judeus e os banqueiros darão um prêmio ou alguma vantagem, secretamente, pelos velhos escudos, e o particular que puder vendê-los acima do preço que lhe pagam na Casa da Moeda para lá não os levará mais, dado que não lhe pagam mais do que 4 libras, enquanto o banqueiro lhe oferecerá 4 libras e cinco *sous*, depois 4 libras e dez e, finalmente, quatro libras e quinze. É assim que a elevação do valor nominal das moedas pode não ter sucesso. Isto nunca pode ocorrer quando da elevação do valor nominal das moedas após as reduções de valor referidas, porque, então, tal como explicamos, a balança torna-se naturalmente vantajosa para a França.

A experiência do aumento do valor nominal ocorrida no ano de 1726 pode servir para confirmar tudo isto. As reduções que haviam precedido este aumento foram feitas todas de uma vez e sem aviso o que impediu as operações comuns de redução do valor nominal, o que, por sua vez, impediu que a balança comercial pudesse tornar-se muito vantajosa para a França quando do referido aumento do ano de 1726, pois poucos levaram suas velhas moedas à Casa da Moeda, com o que foram obrigados a renunciar ao lucro que esperavam obter com aquela taxa.

Não cabe a mim explicar que razões têm os ministros para reduzir o valor nominal do dinheiro, de uma só vez, nem as razões que os levaram a equivocar-se no projeto de aumento ocorrido no ano de 1726. Só me referi aos aumentos e reduções havidas na França porque os seus efeitos, algumas vezes, parecem contrapor-se aos princípios que estabeleci, isto é, que a abundância ou a escassez de dinheiro num país faz subir ou baixar, proporcionalmente, o preço de todas as coisas.

Depois de haver explicado os efeitos do aumento e das reduções do numerário na França, afirmo que elas não negam nem enfraquecem os meus princípios, pois se me disserem que o que custava 20 libras ou cinco onças de prata antes da referida redução, não custa, quando do aumento, mais nem 4 onças ou vinte libras na nova moeda, eu direi que isto só confirma o que afirmei, ou seja, que há menos dinheiro em circulação do que o que havia antes das reduções, tal como expliquei. As dificuldades das trocas nestes momentos e nas operações a que nos referimos provocam variações nos preços das coisas e nos juros do dinheiro, que não poderiam ser consideradas como regras normais da circulação e da troca.

A alteração do valor nominal do dinheiro foi sempre o resultado de um estado de penúria no país ou, então, da ambição de algum Príncipe ou particular. No ano de 157 da fundação de Roma, Sólon elevou o valor nominal dos dracmas de Atenas depois de uma sedição e da abolição das dívidas. Entre 490 e 512, do ano da fundação de Roma, a República Romana aumentou em muitas vezes o valor nominal de suas moedas de cobre, de maneira que um asse chegou a valer seis. O pretexto era o de atender às necessidades do Estado e pagar as suas dívidas, que tinham aumentado com a primeira guerra púnica. Isto não deixou de causar muita confusão. No ano de 663, Lívio Druso, Tribuno do Povo, elevou o valor nominal das moedas de prata em 1/8, reduzindo, na mesma proporção, sua liga o que permitiu aos falsificadores de moeda introduzir a confusão na troca. Em 1712, Marco Antônio, no seu Triunvirato, aumentou o valor nominal do dinheiro em 5%, misturando ferro na prata para atender às necessidades do Triunvirato.

Muitos Imperadores depois reduziram ou aumentaram o valor nominal do dinheiro. Os Reis da França fizeram o mesmo, em diferentes períodos e é por isso que a libra tornesa, que em geral valia uma libra de prata, ficou com tão pouco valor. Isto sempre causou perturbações da ordem nos Estados. Importa pouco ou nada saber qual é o valor nominal do dinheiro, contanto que este valor seja permanente. A pistola de Espanha vale nove libras ou florins na Holanda, aproximadamente 18 libras na França, 37 libras e dez *sous* em Veneza, 50 libras em Parma. Entre esses diferentes países, os valores monetários se trocam nesta mesma proporção. O preço de todas as coisas aumenta imperceptivelmente quando aumenta o valor nominal da moeda e a quantidade atual em peso e a liga das moedas, tendo em conta a velocidade da circulação, é a base e a regra dos valores. Um Estado não ganha nem perde com o aumento ou diminuição do valor das moedas desde que conserve a mesma quantidade, ainda que os particulares possam ganhar ou perder com estas variações, segundo seus compromissos. Todos os povos estão impregnados de falsas idéias e preconceitos acerca do valor nominal do seu dinheiro. Procuramos mostrar no capítulo sobre o câmbio que a regra constante é o preço e a liga das moedas correntes dos diferentes países, marco por marco e onça por onça: se uma elevação ou diminuição do valor nominal altera por algum tempo esta regra na França, é apenas durante um momento de crise e de dificuldade no comércio. Pouco a pouco, volta-se ao valor intrínseco, ou seja, volta-se necessariamente aos preços de mercado e às trocas com o exterior.

CAPÍTULO VI

DOS BANCOS E DO CRÉDITO

Se cem senhores ou proprietários de terra, parcimoniosos, que com suas economias conseguem poupar anualmente dinheiro para comprar terras quando a ocasião se apresentar, depositam, cada um deles, dez mil onças de prata, nas mãos de um ourives ou de um banqueiro de Londres para não ter que arcar com as dificuldades de guardar este dinheiro em casa e para prevenir possíveis roubos de que poderiam ser vítimas, eles o farão em troca de letras pagáveis à vista. Frequentemente deixarão o dinheiro depositado por bastante tempo e, se pretenderem comprar algo, avisarão com bastante antecedência ao banqueiro para que ele possa lhes devolver seu dinheiro no momento em que tiverem terminado as consultas e passadas as escrituras na justiça.

Nestas circunstâncias, o banqueiro poderá conceder empréstimos de 90 mil onças de prata (das cem mil que deve) por um ano, e não precisará guardar em caixa mais do que 10 mil onças de prata para fazer frente a possíveis cobranças. Ele faz negócios com pessoas opulentas e com pessoas parcimoniosas, de modo que se lhe pedem mil onças de prata de um lado, de outro trazem-lhe outras mil onças. Em geral basta-lhe manter em caixa a décima parte do que lhe confiam. Há exemplos e experiência disto em Londres, de modo que ao invés de os particulares guardarem consigo, durante o ano inteiro, parte das cem mil onças, o costume de depositá-las nas mãos de um banqueiro faz com que 90 mil, das cem mil onças, entrem antes na circulação. Esta é a primeira idéia que se pode ter sobre a utilidade destes bancos; os banqueiros e os ourives contribuem para acelerar a circulação do dinheiro, eles o emprestam a juros, por sua conta e risco e, entretanto, estão ou devem estar sempre prontos a efetuar o reembolso mediante a apresentação dos bilhetes de crédito.

Se um particular tem mil onças a pagar a um outro, ele lhe dará em pagamento o bilhete do banco no valor desta soma; este outro não irá retirar o dinheiro do banco mas, talvez, o guarde para dá-lo a um ter-

ceiro, por ocasião de algum pagamento, de modo que este bilhete poderá passar por muitas mãos na efetuação de grandes pagamentos sem que, por muito tempo, ninguém vá pegar o dinheiro com o banqueiro. Só irão retirá-lo aqueles que não se sentem muito seguros em deixar o dinheiro ou aqueles que precisam efetuar vários pagamentos de pequena monta. Neste primeiro exemplo o banqueiro não usa mais do que 10% do que ele tem em caixa.

Se cem particulares ou proprietários de terra depositam sua renda numa casa bancária a cada 6 meses ou à medida que vão sendo pagos e, depois, vão retirando seu dinheiro, aos poucos, à medida em que precisam despende-lo, o banqueiro terá condições de emprestar muito mais dinheiro do que o que ele deve e recebe no começo dos semestres, por um curto período de alguns meses, do que o terá no fim dos semestres. A experiência que tem dos seus clientes lhe ensinará que ele não pode emprestar durante todo o ano a totalidade do que recebeu, mas apenas a metade. Este tipo de banqueiro estará arruinado se alguma vez ele deixar de pagar de imediato um bilhete apresentado. Se lhe faltarem fundos, ele dará tudo o que tiver para dispor prontamente de dinheiro, isto é, terá que pagar juros muito mais altos do que lhe pagam pelas somas que empresta. Isso faz com que os banqueiros se pautem pela sua experiência, de modo a ter sempre em caixa o montante necessário para fazer face às cobranças, procurando ter sempre mais do que menos. Por isso, muitos banqueiros (aliás, a maioria deles) mantêm em caixa sempre a metade das somas com eles depositadas, emprestando a outra metade a juros e pondo-a em circulação. Neste segundo caso, o banqueiro faz circular seus bilhetes de 100 mil onças ou escudos com apenas 50 mil escudos.

Se houver um grande afluxo de depósitos e muito crédito, cresce a confiança que se tem nos bilhetes bancários, o que faz com que os depositantes tenham menos pressa em pedir o reembolso de seus bilhetes. Isto, contudo, não permite que o banqueiro retarde seus pagamentos senão em alguns dias ou algumas semanas, quando os bilhetes bancários vão parar nas mãos de pessoas que não têm o hábito de servir-se dele. Seja como for, o banqueiro tem sempre que se pautar

por aqueles que estão habituados a confiar-lhe o seu dinheiro. Se seus bilhetes caem nas mãos de outros banqueiros, estes últimos terão a maior pressa em retirar o dinheiro.

Se as pessoas que depositam dinheiro na casa bancária são empresários e negociantes, que diariamente depositam e retiram grandes somas, se o banqueiro usar mais de um terço do que tem em caixa, freqüentemente se verá em dificuldade para fazer face a seus compromissos.

É fácil compreender, pelo que foi exposto, que as somas de dinheiro que um banqueiro ou um ourives pode emprestar a juros ou desviar são naturalmente proporcionais à prática e à conduta dos seus clientes. De modo que há banqueiros que fazem negócios com um décimo do que têm em caixa, enquanto outros têm que conservar a metade ou dois terços, ainda que seu crédito seja tão estimado quanto o dos outros.

Uns confiam num banqueiro, outros em outro, sendo mais feliz o banqueiro que tem por clientes senhores ricos que procuram sempre investimentos seguros para o seu dinheiro sem colocá-lo a juros enquanto aguardam um bom negócio.

Um banco geral e nacional tem sobre o banco de um ourives particular a vantagem de que sempre se tem mais confiança nele, de modo que é mais natural que nele sejam feitos os grandes depósitos, mesmo dos bairros mais afastados das cidades, deixando para os pequenos banqueiros apenas os depósitos das pequenas somas dos bairros. Nos países em que o Príncipe não é absoluto, o banco nacional recebe, inclusive, as rendas do Estado, o que longe de diminuir-lhe o crédito e a confiança, só os faz crescer.

Se os pagamentos num banco nacional forem feitos por compensações ou por escrituração, existe a vantagem de não se ficar sujeito a falsificações, enquanto que se o banco der bilhetes corre-se o risco de eles virem a ser falsificados e provocar desordem. Há ainda a desvantagem de que, aqueles que vivem em bairros distantes do banco preferirão pagar e receber em dinheiro em vez de deslocarem-se até lá, sobretudo os que vivem no campo. Enquanto que por meio de letras

bancárias – se estas forem difundidas – pode-se estar perto ou longe do banco. Nos bancos nacionais de Veneza e de Amsterdã só se fazem pagamentos por escrituração, mas no de Londres paga-se por escrituração, bilhetes e em dinheiro, dependendo da preferência de cada um, por isso mesmo ele é hoje o banco mais forte.

Compreende-se, portanto, que a grande vantagem dos bancos públicos ou particulares numa cidade é acelerar a circulação do dinheiro e impedir que de tempos em tempos ela se retraia, como naturalmente ocorreria.

CAPÍTULO VII

OUTROS ESCLARECIMENTOS E CONSIDERAÇÕES SOBRE A UTILIDADE DE UM BANCO NACIONAL

Não nos cabe examinar a razão pela qual o Banco de Veneza e o de Amsterdã mantêm suas escriturações em moedas de conta distintas da moeda corrente, bem como por que sempre cobram um ágio para converter estas escriturações em moeda corrente, dado que esta é uma questão que não tem nenhuma utilidade para a circulação. O Banco de Londres não age desta maneira; sua escrituração, seus bilhetes e seus pagamentos são calculados e efetivam-se todos em moeda corrente, o que me parece mais uniforme, mais natural e não menos útil.

Não consegui obter informações precisas sobre o montante de dinheiro que normalmente esses bancos recebem, nem sobre o montante de seus bilhetes e escriturações, assim como não obtive dados sobre os empréstimos que fazem nem sobre as quantias que costumam reter em caixa para fazer face aos seus pagamentos. Quem conseguir tais informações poderá entender melhor a questão.

No entanto, como sei que estas quantias não são tão vultosas quanto normalmente se crê, não deixarei de tecer algumas considerações a respeito. Se os bilhetes e as escriturações do Banco de Londres, que é um dos mais importantes, atingem, tomando-se uma semana pela ou-

tra, 4 milhões de onças de prata ou aproximadamente 1 milhão de libras esterlinas e se deste montante se deixa de reserva em caixa, aproximadamente, um quarto ou 250 mil libras esterlinas, ou 1 milhão de onças de prata em moedas, o papel que este banco desempenha na circulação corresponde a um aumento do numerário do Estado de 3 milhões de onças, ou 750 mil libras esterlinas, o que sem dúvida é uma soma bem alta e de grande utilidade para a circulação nas circunstâncias em que esta circulação deve ser acelerada. Já observei anteriormente que há casos em que para o Estado é melhor retardar do que acelerar a circulação. Também já ouvi dizer que os bilhetes e escriturações do Banco de Londres se elevaram, em certos casos, a 2 milhões de libras esterlinas, mas este não me parece ser senão um caso extraordinário. Penso que a participação deste banco não corresponde a mais do que a décima parte de todo o dinheiro que circula na Inglaterra.

Se forem verdadeiras as informações que me foram dadas sobre as rendas do Banco de Veneza em 1719, poder-se-ia afirmar que a participação dos bancos nacionais nunca ultrapassa a décima parte do dinheiro corrente que circula num país. Foi o que deduzi.

As rendas do Estado de Veneza podem chegar anualmente a 4 milhões de onças de prata que deverão ser pagas com escriturações bancárias, e os coletores de impostos que são nomeados para este fim recebem, em Bérgamo e nas mais distantes regiões do país, os impostos em dinheiro, que terão que converter em escriturações bancárias quando forem prestar contas à República.

Em Veneza, todos os pagamentos, quer advenham de negociações ou compra e venda, acima de uma certa soma módica, devem, por lei, ser realizados em escriturações bancárias. Todos os varejistas que em seus negócios acumularam algum dinheiro corrente, devem, obrigatoriamente, trocá-lo por escriturações para fazer seus pagamentos no atacado. E todos aqueles que têm necessidade de dinheiro corrente para poder comprar no varejo e atender à circulação terão que trocar suas escriturações por dinheiro corrente.

O que ocorre é que, em geral, vendedores e compradores destas escriturações se equiparam, desde que a soma de todos os créditos ou escriturações nos livros do banco não ultrapasse aproximadamente 800 mil onças de prata.

Foi o tempo e a experiência, segundo me informaram, que deram aos Venezianos este conhecimento. Desde a fundação do banco, os particulares levavam seu dinheiro para trocá-lo por letras bancárias do mesmo valor. Este dinheiro, depositado no banco, foi sendo despendido segundo as necessidades da República, enquanto as letras bancárias conservavam o seu valor primitivo, dado que havia tantos particulares querendo comprá-las quanto os que queriam vendê-las. Posteriormente, pressionado por falta de dinheiro, o Estado concedeu, aos responsáveis pela guerra, créditos e letras bancárias, e duplicou o montante destes créditos.

Tendo, então, o número de vendedores de letras bancárias se tornado muito superior ao dos compradores, estas letras começaram a perder valor frente ao dinheiro e sofreram uma desvalorização de 20%. Com esta desvalorização, as rendas da República diminuíram de um quinto e o único remédio que se encontrou para esta desordem foi comprometer uma parte dos fundos do Estado, recorrendo às letras bancárias para fazer empréstimos a juros. Com tais empréstimos se eliminou a metade. Quando o número de vendedores ficou próximo ao dos compradores o banco recuperou seu crédito primitivo e a soma das letras bancárias ficou reduzida a 800 mil onças de prata.

Foi por esta via que se descobriu que a participação do Banco de Veneza na circulação é de aproximadamente 800 mil onças de prata e se supomos que todo o dinheiro corrente que circula nos Estados desta República pode chegar a 8 milhões de onças de prata, a participação do banco corresponde à décima parte deste dinheiro.

Em razão da distância de suas províncias, um banco nacional na Capital de um grande Reino ou Estado parece contribuir menos para a circulação, do que num pequeno Estado. E quando o dinheiro que nele circula é mais abundante do que o dos seus vizinhos, um banco nacional é, neste caso, mais prejudicial do que benéfico. Uma abundância de dinheiro fictício e imaginário provoca os mesmos prejuízos que um aumento de dinheiro real em circulação, por elevar o preço da terra e do trabalho e por encarecer os produtos manufaturados, com o risco de pô-los a perder logo a seguir. Mas esta abundância fugaz se esvanece à primeira lufada de descrédito e precipita a desordem.

Em meados do reinado de Luís XIV, na França, havia mais dinheiro em circulação do que nos países vizinhos, e as rendas do Príncipe, mesmo sem ajuda de nenhum banco, eram arrecadadas com tanta tranquilidade quanto hoje, na Inglaterra, com o auxílio do Banco de Londres.

Se as compensações por partida dobrada, em Lyon, em uma de suas quatro feiras, chegam a 80 milhões de libras, e se começam e terminam apenas com um milhão de dinheiro vivo, inegavelmente elas são muito cômodas para poupar o sacrifício de inúmeras remessas de dinheiro de uma casa à outra. Mas, salvo isto, é fácil ver que com este mesmo milhão de dinheiro vivo com que se iniciou e concluiu estas compensações, é possível efetuar, em três meses, a totalidade dos pagamentos de 80 milhões.

Os banqueiros de Paris observaram que, não raro, o mesmo saco de dinheiro entrava 4 ou 5 vezes, no mesmo dia, para efetuar pagamentos, quando tinham muito a receber e a pagar.

Acredito que os bancos públicos são de grande utilidade nos pequenos Estados e naqueles em que o dinheiro é mais raro. Mas creio que não têm a mesma importância num grande Reino.

O Imperador Tibério, príncipe severo e econômico, havia acumulado no Tesouro do Império dois bilhões e 700 milhões de sestércios, o que corresponde a 25 milhões de libras esterlinas ou 100 milhões de onças de prata, isto é, uma soma imensa em moedas para a época, e mesmo para hoje. É verdade que entesourando tanto dinheiro ele sacrificou a circulação e o dinheiro ficou mais raro em Roma do que era até então.

Tibério, que entretanto atribuía esta escassez aos monopólios dos negociantes e dos financistas que arrendavam as rendas do Império, ordenou por um edito que eles comprassem terras equivalentes a dois terços, pelo menos, do que possuíam. Este edito, ao invés de animar a circulação, deixou-a inteiramente desordenada. Todos os financistas comprimiram suas despesas e recolheram seus recursos, a pretexto de ficarem em condições de obedecer ao edito, comprando as terras que, em vez de ficarem mais caras, atingiram preços vis diante da escassez do dinheiro em circulação. Tibério tentou remediar esta escassez de

dinheiro, emprestando aos particulares, com boas garantias, apenas 300 milhões de sestércios, isto é, a nona parte das moedas que ele tinha no Tesouro.

Se para restabelecer a circulação em Roma foi suficiente a nona parte do Tesouro, poderia parecer que o estabelecimento de um banco geral num grande Reino, em que sua participação jamais corresponderia à décima parte do dinheiro que circula – desde que este dinheiro não fosse entesourado –, não teria nenhuma vantagem real e permanente, e, considerando-o em seu valor intrínseco, ele não pode ser visto senão como um expediente para ganhar tempo.

Mas um aumento real da quantidade de dinheiro em circulação já é outra coisa. Já falamos sobre isto, mas o Tesouro de Tibério nos dá mais uma oportunidade para voltar ao assunto. Este Tesouro que, quando da morte de Tibério, era de dois bilhões e setecentos milhões de sestércios, foi dilapidado por seu sucessor, o Imperador Calígula, em menos de um ano. Nunca se viu tanto dinheiro em Roma. E o que é que sucedeu? Esta quantidade de dinheiro submergiu os romanos no luxo e os levou a cometer todo tipo de crimes que dele decorrem. Todos os anos saíam do Império mais de cem mil libras esterlinas em troca de mercadorias vindas das Índias. Em menos de trinta anos o Império empobreceu-se e o dinheiro tornou-se raro mesmo sem que ele tivesse sofrido qualquer desmembramento ou perda de província.

Embora considere que um banco geral seja, no fundo, de pouca utilidade para um grande Estado, não posso deixar de convir que há circunstâncias em que um banco pode desempenhar um papel surpreendente.

Numa cidade cuja dívida pública alcança somas consideráveis, a existência do banco torna fácil vender e comprar, rapidamente, seus fundos, por quantias imensas, sem, no entanto, causar nenhuma perturbação na circulação. Se, em Londres, um particular vende seu capital da Companhia do Mar do Sul para comprar um outro capital do banco ou da Companhia das Índias, ou, esperando poder, a qualquer momento, comprar, por um preço mais baixo, um capital, inclusive da mesma Companhia do Mar do Sul, ele fica com bilhetes bancários, não pedindo, em troca deles, senão o valor dos juros que lhes correspondem.

Pois, como o capital é algo que não se despende, não é necessário convertê-lo em moedas. Mas, ainda assim, é preciso sempre pedir ao banco o dinheiro necessário para a subsistência, pois, para o troco miúdo, moedas são necessárias.

Quando um proprietário de terra, que tem mil onças de prata, paga duzentas de juros pelo uso que faz dos fundos públicos, despendendo, ele próprio, oitocentas onças, as mil onças precisarão sempre ser trocadas em moedas correntes. Este mesmo proprietário gastará oitocentas, e os proprietários dos fundos despenderão duzentas. Mas quando esses proprietários estão habituados a trabalhar com ágio, ou vender e comprar fundos públicos, eles não precisam de dinheiro vivo para semelhantes operações, bastando-lhes dispor de letras bancárias. Se fosse necessário retirar dinheiro da circulação para fazer face a essas compras e vendas, seria preciso um montante considerável, e prejudicaria a circulação, que poderia até impedir que essas compras e vendas fossem realizadas com tanta frequência.

Essa é sem dúvida a origem desses capitais, ou do dinheiro depositado no banco, que só se retira raramente, como, por exemplo, quando um proprietário faz algum negócio que requeira dinheiro em espécie, razão pela qual o banco só mantém em caixa a quarta ou a sexta parte do dinheiro correspondente aos bilhetes bancários. Se o banco não dispusesse dos fundos correspondentes a esses inúmeros capitais, ele se veria, no curso da circulação, obrigado, como ocorre com os banqueiros particulares, a manter em depósito a metade dos recursos neles depositados. É verdade que não é possível distinguir, pelos livros do banco, nem por suas operações, a quantidade dessas espécies de capitais que passam por inúmeras mãos nas compras e vendas que são feitas no mercado de valores (*Change-Alley*), pois esses bilhetes bancários são frequentemente renovados e trocados por outros no banco. Mas a experiência das compras e vendas de capitais permite ver que o montante é bem considerável e, sem elas, o montante depositado no banco seria, sem dúvida, bem menor.

Isto significa que quando um país não está endividado e não precisa da compra e venda de capitais, o socorro que recebe de um banco será muito menor.

Em 1720, os capitais de fundos públicos e dos *Bubbles*, que eram armadilhas e empreendimentos de sociedades particulares de Londres, elevavam-se a um valor de oitocentos milhões de libras esterlinas. Entretanto, as compras e vendas de capitais tão venenosos realizavam-se sem dificuldade por meio de todo tipo de papéis bancários que apareciam na praça, enquanto o público aceitou tais papéis em pagamento de juros. Mas tão logo a perspectiva das grandes fortunas levou um grande número de particulares a aumentar suas despesas, a comprar apetrechos e roupas estrangeiras, tornou-se necessário ter dinheiro em espécie para tudo isso, isto é, para fazer frente ao pagamento dos juros. E isso fez ruir o sistema.

Este exemplo permite ver que os papéis e o crédito dos bancos públicos e particulares podem provocar efeitos surpreendentes em tudo que não se refira às despesas diárias de alimentação e vestuários das famílias. No entanto, a participação dos bancos e do crédito no curso normal da circulação é muito menos significativa do que geralmente se pensa. O dinheiro é o único nervo da circulação.

CAPÍTULO VIII

REFINAMENTOS DO CRÉDITO DOS BANCOS GERAIS

O Banco Nacional de Londres é composto por um grande número de acionistas que elegem diretores para administrar as operações. Inicialmente, sua vantagem consistia em fazer a partilha anual dos lucros obtidos com os juros do dinheiro que era depositado no banco e com o qual o banco fazia empréstimos. Posteriormente, foram incorporados os fundos públicos pelos quais o Estado paga juros anuais.

Ainda que se trate de um tão sólido estabelecimento, vimos (quando aquele banco fez vultosos adiantamentos ao Estado e os portadores de bilhetes bancários temeram que o banco estivesse em dificuldades) como os portadores de bilhetes corriam todos para o banco para

retirar o seu dinheiro. A mesma coisa aconteceu quando da falência da Companhia do Mar do Sul, em 1720.¹²

Os artifícios adotados para dar sustentação ao banco e atenuar o seu descrédito, foram, primeiro, designar vários escriturários para contar o dinheiro dos portadores de bilhetes bancários, mandá-los contar, para ganhar tempo, as grandes quantias, em moedas de seis e doze *sous*, pagar algumas parcelas aos portadores particulares que aguardavam dias inteiros a sua vez de receber. Mas as somas mais vultosas foram entregues a amigos que as levavam e depois as devolviam, às escondidas, ao banco, recomeçando, no dia seguinte, a mesma manobra. Dessa forma, o banco simulava segurança e ganhava tempo, esperando que o seu descrédito diminuísse. Quando isto demonstrou não ser suficiente, o banco abriu subscrições para atrair pessoas com bom crédito de modo a garantir as vultosas somas, capazes de sustentar a solvência e a circulação das letras bancárias.

Foi por meio deste último artifício que se preservou a credibilidade do banco em 1720, quando da falência da Companhia do Mar do Sul, pois, tão logo o grande público ficou sabendo que a subscrição contara

12 "(17 de julho de 1720) desde as três horas da manhã a rua Vivienne se encontrava, de ponta a ponta, lotada de gente, gente que vinha de todos os bairros da cidade e dos subúrbios mais distantes, afim de tentar conseguir ser os primeiros quando da abertura das portas do palácio Mazarino, [...] (onde) o pagamento só começava às oito ou nove horas da manhã e prosseguia até meio-dia ou uma hora da tarde [...] Este dia [...] ficou marcado pelos distúrbios que aí se deram. Uma mulher e três homens, sufocados, foram retirados e levados nesse estado para o Palácio Real afim de provocar a comisseração do Regente. Um jovem, de boa aparência e bem vestido, foi enterrado no cemitério do hospital dos Quinze-Vingts, três outros no cemitério dos Inocentes e quatro outros foram expostos no necrotério do Châtelet. Havia um número ainda maior de monbundos e um jovem ajudou a retirar seu pai de entre os mortos.

Era tão grande a agitação entre o povo que, notando o coche do Sr. Law na rua Richelieu, na pequena porta do Palácio Real, onde teve a sorte de se salvar, sem o que teria sido esquarterado do mesmo modo como foi despedaçado o seu coche, de onde foi derrubado o seu cocheiro, o qual teve uma perna quebrada por ter tido a insolência de gritar que era preciso enforcar toda essa canalha [...] Law viu, então, muito bem que as coisas não se passavam como imaginava, pois quando lhe falaram dos tumultos provocados pela escassez e carestia dos preços devido aos papéis que inventara, dissera que os ingleses mordem mas não gritam, enquanto os franceses gritam, mas não mordem. (Journal de la Régence, publicado por Emile Compardon, Paris, Plon, 1865, t. 2, p. 106-107, in François Hincker, *Expériences bancaires sous l'Ancien Régime*, Dossier Clio, PUF, 1974) [N. T.]

com gente rica e poderosa, não apenas cessou a corrida ao banco como começaram, como de hábito, os depósitos.

Se, na Inglaterra, um ministro de Estado, na tentativa de diminuir a taxa de juros, ou, por outra via, tenta aumentar o valor dos fundos públicos em Londres, e se ele tem crédito bastante com os diretores do banco para comprometê-los (com a condição de indenizá-los em caso de prejuízo) com a fabricação de bilhetes bancários, que não contêm nenhum valor, rogando-lhes que recorram, eles próprios, a esses bilhetes para comprar várias parcelas e capitais dos fundos públicos, tais fundos não deixarão, com tais operações, evidentemente, de ter uma significativa elevação de preço. Aqueles que os venderam, vendo que seu valor continua a elevar-se, talvez decidam, para não deixar inúteis seus bilhetes bancários, e acreditando nos boatos que afirmam que a taxa de juros vai diminuir, e que esses fundos subirão ainda mais, comprá-los a um preço mais alto do que aquele pelo qual os tinham vendido. Se, muitos particulares, vendo os diretores do banco comprar estes fundos, tentarem fazer o mesmo, acreditando poder, como eles, lucrar com o negócio, os preços dos fundos públicos se elevarão ao nível almejado pelo ministro. Este, então, poderá fazer com que o banco revenda a um preço ainda mais alto todos os fundos que ele havia comprado, com o que não apenas ele obterá um grande lucro, mas retirará e eliminará as letras bancárias cuja criação havia forjado.

É o próprio banco que consegue fazer subir o preço dos fundos públicos, ao comprá-los, assim como é ele também que faz este preço baixar quando quer revender – para eliminar – bilhetes bancários sem fundos. Mas, ao desejar imitar os agentes bancários em suas operações, muitos particulares acabam por contribuir, neste processo, com o banco. Muitos, inclusive, caem na armadilha porque ignoram o que, de fato, são estas operações, sempre repletas de artifícios, sobretudo falcaturas, que não vêm ao caso discutir aqui.

O fato é que um banco, mancomunado com um ministro, é capaz de fazer subir o preço dos fundos públicos e de fazer a taxa de juros no país cair ao nível pretendido pelo ministro, desde que estas operações sejam levadas com discrição; por isso mesmo, é também capaz de sal-

dar as dívidas do Estado. Mas estes artifícios, que abrem caminho à conquista de grandes fortunas, só muito raramente são utilizados apenas em benefício do Estado, pois, freqüentemente, corrompem quem os executa. Os bilhetes bancários sem lastro, gerados e difundidos nestas ocasiões, não perturbam a circulação porque sendo empregados na compra e venda de capitais, não entram nas despesas familiares e, assim, não chegam a ser convertidos em dinheiro. No entanto, se um temor ou um acidente imprevisto levar os portadores destes bilhetes a exigir dinheiro do banco, a bomba estourará e se verá quão perigosas são estas operações.

ÍNDICE REMISSIVO

A

ALDEIAS

formação e importância segundo a atividade dos habitantes e a fertilidade das terras 24

ARITMÉTICA POLÍTICA 30

ARTESÃOS

causas das variações de preço do seu trabalho 29

o número de artesãos é proporcional à necessidade que se tem deles 31

seu trabalho vale mais do que o dos lavradores 29

B

BALANÇA COMERCIAL

a balança comercial entre as cidades e o campo 94 - 95

as variações do preço do ouro e da prata permitem saber para onde ela pende 150 - 151

deve ser positiva 142 - 154

quando favorável tem como consequência um afluxo de metais e um aumento da

quantidade de moeda em circulação 102

seu equilíbrio 86 - 87

BANCARROTA

suas causas 44 - 46, 122 - 124

BANCOS

aceleram a circulação monetária 84, 94, 173 - 175

Banco de Amsterdã 172

Banco de Veneza 173, 174

o Banco de Londres é o mais forte 172, 178

os bancos podem alterar as taxas de juros e sustentar os fundos públicos 180

regulam o câmbio 144 - 150

sua utilidade é menor do que se crê comumente 94, 176, 178

superioridade dos bancos nacionais 172, 174, 176

superioridade dos bancos nacionais sobretudo em Estados pequenos 172, 174, 176

BUBBLES (negócios especulativos em Londres) 178

BURGOS

sua formação corresponde a uma necessidade econômica 25

sua importância, função da riqueza e do número de habitantes das vilas que deles

dependem 25, 26

C

CÂMBIO

análise das causas acidentais de suas variações	152
<i>Change-Alley</i>	218
sua natureza e seu mecanismo - variações devidas aos gastos e riscos do transporte	142 - 149

CELIBATO

opinião de Cantillon sobre os membros da Igreja	66
---	----

CHINA

aumento da população em função das subsistências	39, 53
deixa-se morrer os recém-nascidos (superpopulação)	53
muito grande o número de empresários e taxa elevada de juros	124
nível de vida muito baixo	53
preceito religioso influencia o número de casamentos	53
rendimento da terra	39

CIDADES

a metade da população de um país, é urbana	41, 82
formação das cidades	26, 27
formação e localização das capitais	28
sua importância é proporcional ao número de proprietários de terra	28

CIRCULAÇÃO

entre a cidade e o campo	88, 90 - 92
monetária, pagamentos importantes, pequenos pagamentos	88

CLASSES

as classes sociais são três - proprietários de terra, empresários e assalariados	46
--	----

COMÉRCIO EXTERIOR

a exportação de produtos manufaturados é vantajosa, e a de produtos agrícolas é desvantajosa	133 - 137
é favorável todo comércio que enriquece a nação e aumenta o número de operários	139
não requer dinheiro vivo quando há equilíbrio na balança comercial	86
o comércio exterior é mais importante que o comércio interior	142
pode tanto enriquecer como empobrecer uma nação, aumentar ou diminuir a sua população	63 - 64
suas relações com a circulação monetária	138

COMPANHIA DO MAR DO SUL.....	125, 162, 177, 180
COMPENSAÇÕES	
pagamentos por escrituração	172 - 173, 175
CONSUMO	
é função da quantidade de moeda em circulação	100, 103, 106 - 107, 112
ele se reduz exclusivamente à alimentação	92
impossibilidade de os empresários preverem o nível exato	44
o género de vida dos proprietários de terra determina o preço dos géneros alimentícios	48
o género de vida dos proprietários de terra influencia o número de habitantes	51, 57 - 58
outras causas de aumento	105
suas variações influenciam os preços	51, 101, 104, 106
CUSTO DE PRODUÇÃO	
corresponde ao valor intrínseco do trabalho	30
os preços de mercado podem ser superiores a ele	34
CUSTO DE VIDA	21, 53 - 55, 104
D	
DAVENANT	40, 60
E	
EMPREGO	
condiciona a distribuição profissional	31 - 32
é aumentado pelas despesas suntuárias dos proprietários de terra	65
seu nível é determinado pela necessidade do mercado	31, 56
sua ação sobre o número de habitantes	31, 61, 65
EMPRESÁRIOS	
difundiram o uso dos juros	123, 124
seu lucro	121
sua função económica	44 - 48
EMPRÉSTIMOS	
suas vantagens imediatas e seu perigo futuro	114 - 115

ESCOLAS DE CARIDADE	
sua utilidade quando o nível de emprego é insuficientemente elevado	33
ESCRAVOS	
custo do escravo	35 - 36
é mais vantajoso para os proprietários ter escravos do que camponeses livres	36 - 37
F	
FECUNDIDADE	
determinação da fecundidade feminina	58, 59
FILHOS	
seu custo	36
FRANÇA	
carência de uma frota mercantil	141
decadência comercial da França	98, 112
o mecanismo e as taxas de câmbio	142 - 147
o modo como são divididas as terras	22
operações monetárias nefastas	165 - 167
H	
HALLEY	36, 58
HOLANDA	
graças ao seu comércio e a suas manufaturas mantém uma grande população	60
relações comerciais com as Índias Orientais	139
I	
IMPOSTOS	
crítica ao projeto de Vauban – vantagens da cobrança de impostos sobre as rendas dos proprietários de terra	99
quando a quantidade de moeda é abundante fica mais fácil cobrar impostos	113
INGLATERRA	
exportações de produtos manufaturados, importações de produtos alimentícios, possibilidade de manter uma grande população	61
mercado de Londres, centro do comércio inglês	150
organização bancária	178 - 180

possibilidade de exportar a preços baixos graças à sua frota	104
potência marítima	141
preço dos produtos importados	108

J

JUROS

dependem da circulação monetária	125 - 127
fixação autoritária da taxa de juros	128 - 129
origem, modalidades e justificações – sua taxa é determinada pela lei da oferta e da procura	118 - 119
podem variar sob a ação dos bancos	180
servem de base para o cálculo do preço das terras	129
variações da taxa de juros no tempo e no espaço	119 - 124

L

LAVRADORES

causas que os levam a emigrar para as cidades	31 - 32
devem assegurar a sua subsistência pelo trabalho	23
devem morar perto do seu local de trabalho	24
nível de vida e emprego do rendimento dos lavradores	31, 37 - 38
seu número é proporcional às necessidades do mercado	31 - 32
seu trabalho vale menos do que o dos artesãos	20 - 21, 32
suas fontes de renda e sua influência sobre a circulação monetária	80 - 82

LAW	125, 179
-----------	----------

LETRAS DE CâMBIO

não podem substituir o dinheiro vivo	91-93, 178
perigos que contém	181
sua utilidade geral	169 - 171
sua utilidade para os grandes pagamentos	92

LOCKE	40, 74, 78, 99
-------------	----------------

LUCRO

justificação e cálculo do lucro do empresário	121
---	-----

LUXO

é devido a uma quantidade excessiva de moeda	176
--	-----

influência do comportamento dos ricos senhores sobre o luxo	65
suas consequências nefastas	109 - 110

M

MANUFATURAS

as manufaturas são sempre lucrativas	137
consequências da exportação de produtos manufaturados sobre a circulação monetária e sobre o emprego	97 - 98, 138
necessidade de proteger as manufaturas nacionais	32, 64, 140

MERCADOS

interdependência dos mercados	80, 159
sua função econômica	25 - 26

METAIS (ver prata, ouro e preços)

as reservas de ouro e prata determinam o poder de uma nação	63, 111
comparação entre os diferentes metais	66 - 68, 154 - 155
definição e distinção entre valor intrínseco e valor de mercado	67
seu valor real é proporcional à terra e ao trabalho necessários à sua produção	66, 71, 106
valor intrínseco dos metais preciosos utilizados como moeda é fixado pela quantidade e pela raridade	106, 154

MENAS (ver metais e preços)

a descoberta de minas aumenta a circulação monetária e eleva os preços de mercado	99, 101
consequências nefastas dessa elevação sobre a população, os preços e o poder do Estado	100 - 101
grande mortalidade de trabalhadores nas minas de prata	67, 73

MODA

as variações devidas à moda alteram os lucros	36
---	----

MOEDA (ver bancos)

a circulação monetária é realizada pelos empresários	92
a elevação dos preços que acompanha o aumento da circulação monetária não lhe é proporcional	100, 106 - 108
a moeda real não pode ser substituída por papéis	91 - 93, 178
a moeda tem um valor intrínseco enquanto mercadoria	73, 74
aceleração da velocidade de circulação monetária equivale a um aumento efetivo de	

moedas	100
as estimativas feitas por Petty	85
circulação monetária	80 - 88
é mais abundante nas cidades do que no campo	82 - 83, 94 - 95
efeitos da abundância monetária devido à balança comercial favorável	103
história do seu surgimento	67, 70, 72 - 73
mecanismos e conseqüências das operações monetárias (desvalorização, inflação), sinais de tempos de crise	163 - 168
medida da quantidade de moeda	112
nem sempre o aumento da quantidade de moeda contribui para baixar a taxa de juros	125 - 126
o aumento da quantidade de moeda em circulação, devido a uma grande extração de metal, contribui para elevar os preços – análise desse mecanismo	99, 100 - 103
outras causas que contribuem para o aumento da circulação monetária	95, 108, 113 - 117
permite medir a relação terra - trabalho	40
quantidade de moeda para garantir as trocas. Pode-se avaliar em um terço dos rendimentos anuais dos proprietários de terra	82 - 85, 91 - 94
uma grande abundância de moeda provoca o luxo	81
velocidade de circulação	83, 87
MONGES (ver celibato)	
opinião de Cantillon sobre os monges e particularmente sobre as ordens mendicantes	65 - 66
MORTALIDADE	
a mortalidade antes dos dezessete anos	36
dificuldade de previsão	43
grande mortalidade nas minas de prata	67, 73
mortalidade infantil, sua importância durante o primeiro ano de idade	36
N	
NEWTON	160, 161, 162
NÍVEL DE VIDA	
comparação entre o nível de vida do pai de família e do celibatário	37
é mais elevado na Europa	39
é superior nas cidades	42
variação do nível de vida segundo o país	38 - 39
NUPCIALIDADE	58 - 59

O

OURO

a necessidade o impôs como moeda de troca	73 - 74
seu preço indica o comportamento da balança comercial	150
seu valor, comparado ao da prata, é determinado pelo preço de mercado	156 - 158
superioridade do ouro e da prata sobre os outros metais do ponto de vista monetário	67

P

PETTY	40, 60, 85
-------------	------------

PODER DAS NAÇÕES

ao qual se segue uma rápida decadência	111, 116, 138
como a Nação aumenta seu poder	109
poder relativo se mede pela quantidade de ouro e prata em circulação	63, 111, 113

POPULAÇÃO (ver fecundidade, mortalidade e nupcialidade)

as grandes nações não têm necessidade de aumentar o número de seus habitantes	137
cálculo fantasioso de Petty quanto à propagação da população	60
causas que modificam a distribuição da população inativa	31 - 32
composição da população ativa	62
crescimento do número de habitantes nos países de baixo nível de vida	60
divisão da população em três classes: proprietários de terra, empresários e assalariados	46
fatores econômicos que influenciam o número de habitantes	32, 65, 101, 131
impossibilidade de prever a natalidade e a mortalidade	43
nível optimum de população	61
o aumento ou a diminuição da população dependem da subsistência e, em particular, da ação dos proprietários de terra	52, 55
população urbana e população rural	41
sua diminuição no tempo	60

PRATA (ver moeda)

é escolhida como moeda para troca por necessidade e não porque se queira	73 - 74
método de refino	70
seu valor, comparado ao do ouro, é determinado pelo preço de mercado	156 - 159
superioridade da prata e do ouro sobre os outros metais	67

PREÇOS (ver transportes)

aumentam quando aumenta a circulação monetária, sem manter a mesma
--

proporção	100 - 102, 106 - 108, 163
crítica das concepções de Locke	74
dependem da concorrência, do risco do ofício e das qualidades profissionais do trabalhador	30
o preço de mercado permite avaliar a proporção entre o ouro e a prata em circulação	159
preço de mercado fixado em função da terra e do trabalho, mas também pelas variações da oferta e da procura	25, 33, 73, 129
variações de preço entre a cidade e o campo	95 - 96
variam segundo a orientação do consumo dos proprietários de terra	48 - 51

PROPRIETÁRIOS DE TERRA

consequências da fixação de suas residências nas cidades	27
dispõem de um terço do produto da terra	41
o preço dos arrendamentos de suas terras permite estabelecer a quantidade de dinheiro em circulação	112
seu estilo de vida é influenciado pelo do príncipe	65
sua influência sobre o consumo e o número de habitantes	51, 65
sua influência sobre as ocupações dos habitantes	65
suas despesas contribuem para aumentar a taxa de juros	126
todos os habitantes de uma nação dependem deles	27, 35, 41, 47

R

RENDAS

as rendas da terra estão distribuídas em três partes – arrendatários, proprietários e Estado	23
as rendas dos arrendatários e circulação monetária	80 - 82
relação entre as rendas dos arrendatários e as dos proprietários de terra	41

RENDIMENTO

da terra	24, 54, 118
----------------	-------------

RIQUEZA (ver Poder das Nações)

ela é função da quantidade de trabalho	62 - 66
fontes e definição	21
provém sempre dos proprietários de terra	41

S

SENHORAS DE PARIS	57, 133, 134
-------------------------	--------------

SOCIEDADE	
os diferentes tipos de sociedades e o direito de propriedade	21, 24

SUBSISTÊNCIAS	
suas variações conforme o costume	21, 24

SUPLEMENTO — CÁLCULOS NELLE CONTIDOS	
despesas dos senhores	27
número de trabalhadores empregados na indústria têxtil na Inglaterra	64
o trabalho de vinte e cinco adultos é suficiente para atender as necessidades de cem outros adultos	62
preço e quantidade de trabalho dos gêneros de Bruxelas	33
quantidade de terra correspondente às necessidades anuais de um adulto em diferentes países europeus	38, 54
relação do custo das matérias primas e do trabalho para a fabricação de uma mola de relógio na Inglaterra	33

T

TERRA (ver proprietários de terra, rendimento, rendas)	
a terra é a matéria e o trabalho é a forma de todos os gêneros e mercadorias	35
diferentes modos de distribuição	21, 22
fonte de riqueza	21, 35
influência de sua qualidade sobre o número de habitantes	24
medida do valor das coisas	35
necessidade da apropriação da terra para constituição da sociedade	24
o trabalho frutifica a terra	42
o uso que se deve dar à terra	23
origem do direito de propriedade	35
produtividade da terra na Europa	54
relação terra-trabalho	37, 40
seja qual for a organização social, a divisão da terra é inevitavelmente desigual	21 - 23, 35
seu preço obedece à lei da oferta e da procura em relação com a taxa de juros	129

TRABALHO	
o trabalho do artesão é mais caro do que o do lavrador	29
o trabalho feminino é inferior ao trabalho masculino	38
o trabalho valoriza os bens de consumo	62
o trabalho, fonte da riqueza	21, 35
o valor mínimo do trabalho de um homem é o dobro do valor da terra que permite a	

sua subsistência	37, 40
seu preço depende do custo de produção, da concorrência, do risco e das qualidades pessoais do trabalhador	30 - 31

TRANSPORTES

o transporte na composição dos preços	25, 56, 77, 96 - 98, 104, 110
são mais económicos por água do que por terra	29, 104
utilidade de uma poderosa frota mercantil	140 - 141

TROCA

distinção entre troca com dinheiro vivo e outros tipos	90 - 91
--	---------

V

VALOR

valor do trabalho	29, 77
valor intrínseco dos bens e preço de mercado	34, 40

VAUBAN	99
--------------	----

ENSAIO SOBRE A NATUREZA DO COMÉRCIO EM GERAL
foi composto em várias tipologias da família Garamond.
Impresso na Gráfica Vicentina para a **SEGESTA EDITORA**.
CURITIBA, JULHO DE 2002.

CAPÍTULO I

Da riqueza

A terra é a fonte ou a matéria de onde se tira a riqueza; o trabalho do homem é a forma que a produz: e a riqueza em si mesma não é outra coisa senão o alimento, as comodidades e os deleites da vida.

A terra produz ervas, raízes, cereais, linho, algodão, cânhamo, arbustos e árvores de várias espécies, com frutos, cascas e folhagens diversas, como as das amoreiras para os bichos da seda; ela produz minas e minerais. O trabalho do homem dá forma de riqueza a tudo isto.

Os rios e os mares fornecem peixes para a alimentação do homem e muitas outras coisas para o seu deleite. Mas estes mares e estes rios pertencem às terras adjacentes ou são comuns; e deles o trabalho do homem tira o peixe e outros proveitos.

ISBN 85-89075-07-X



SEGESTA
EDITORA